

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

SIMONE PINHEIRO MATOS

**CENSO ESCOLAR E O DESAFIO FRENTE ÀS INCONSISTÊNCIAS DE
INFORMAÇÕES NO SISTEMA DO EDUCACENSO**

JUIZ DE FORA

2018

SIMONE PINHEIRO MATOS

**CENSO ESCOLAR E O DESAFIO FRENTE ÀS INCONSISTÊNCIAS DE
INFORMAÇÕES NO SISTEMA DO EDUCACENSO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão e Avaliação da Educação Pública, da
Faculdade de Educação, Universidade Federal
de Juiz de Fora.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Rafaela Reis A. de Oliveira

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Matos, Simone Pinheiro.

Censo Escolar e o Desafio Frente às Inconsistências de Informações no Sistema do Educacenso / Simone Pinheiro Matos. -2018. 148 f. : il.

Orientador: Rafaela Reis A. de Oliveira
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Censo Escolar. 2. Políticas Públicas. 3. Alunos Transferidos. 4. Evasão Escolar. I. Oliveira, Rafaela Reis A. de , orient. II. Título.

SIMONE PINHEIRO MATOS

**CENSO ESCOLAR E O DESAFIO FRENTE ÀS INCONSISTÊNCIAS DE
INFORMAÇÕES NO SISTEMA DO EDUCACENSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Prof^ª. Dr^ª. Rafaela Reis A. de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dra. Rita de Cassia Oliveira
Membro avaliador interno

Dra. Luciana da Silva de Oliveira
Membro avaliador externo

À minha família que me apoiou em todo processo, principalmente à minha mãe, Fátima Maria Pinheiro, que assumiu a educação do meu filho e as responsabilidades do meu lar, para minha total dedicação à pesquisa. Ao meu esposo, Wolney B. Vervloet, pela sua dedicação como pai e companheiro. À minha inspiração de todo dia meu filho Davi.

À Dra. Rafaela Reis, que sempre me motivou e acreditou na minha capacidade, com quem compartilho a satisfação de chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sempre estar guiando os meus caminhos e abrindo portas e janelas para o meu crescimento pessoal e profissional. Por me motivar a ser uma pessoa melhor a cada dia e honrar as bênçãos que me proporciona.

Agradeço ao Governo do Estado de Rondônia e à Secretaria Estadual de Educação pelo financiamento do curso de Mestrado Profissional e pelo investimento nos servidores da Educação. À equipe do Núcleo do Censo Escolar, pelo apoio em todo o processo da pesquisa.

À equipe do PPGP, principalmente aos professores do núcleo de dissertação e, com carinho, às Asas Mayanna Martins Santos, que me orientou na escolha do objeto da pesquisa e estrutura do caso de gestão, e Mônica M. S. B. Henriques, que me acompanhou até agora.

Agradeço às professoras Dra. Rita de Cassia Oliveira e Dra. Luciana da Silva de Oliveira, pelas importantes contribuições na banca de qualificação, pelo respeito e carinho que tiveram com o texto e por aceitarem estar na banca de defesa.

Agradeço às escolas de Cacoal, à jurisdição, aos profissionais que ali atuam, que me apoiaram, disponibilizando seu tempo para entrevistas e questionários, assim como o Conselho Tutelar que permitiu que eu realizasse a pesquisa.

À minha querida amiga Maria Celci, que foi minha professora dos anos finais no Ensino Fundamental, que hoje tenho a honra de tê-la como colega de trabalho, por sua contribuição na pesquisa por meio de entrevista e, também, por seu auxílio nos momentos de escrita do texto, motivando-me e contribuindo para sua melhoria. Além disso, pelo exemplo de profissional, sempre dedicada em busca da melhoria da qualidade da educação.

Agradeço à minha família que é meu suporte: “às quatro mulheres”, minha mãe e minhas irmãs. Ao meu marido e pai dedicado do Davi e aos meus sogros. Aos meus amigos e colegas de trabalho que me apoiaram durante toda trajetória da pesquisa.

E, finalmente, à minha querida orientadora, Dra. Rafaela Reis, que chamo carinhosamente de “Pro” (professora), pois ela não foi simplesmente orientadora. Ela me ensinou a cada devolutiva, a cada reflexão, a ser uma pessoa que motive o crescimento de cada um apontando as inconsistências de um jeito carinhoso que enobreça e não diminua o autor. Agradeço-lhe por mergulhar na pesquisa como se fosse a própria pesquisadora, com o cuidado para não interferir na autoria. Seu cuidado comigo e com meu trabalho, com certeza, contribuíram para que eu me tornasse um ser humano bem melhor. Foi Deus que a colocou no meu caminho. Obrigada, Pro querida, pela dedicação, respeito, carinho e cuidado durante todo o processo da pesquisa. Essa conquista é nossa!

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado, que discutiu como se dá o processo de inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar nas escolas na rede estadual de Cacoal – RO, busca minimizar as inconsistências no sistema Educacenso, tornando os dados mais próximos à realidade. Para isso, foi preciso acompanhar o processo de inserção de dados nas escolas. O objetivo geral foi analisar o preenchimento e o monitoramento do Educacenso a partir do relatório de alunos transferidos e não admitidos após (alunos que não foram inseridos na segunda etapa do Censo Escolar) em nenhuma modalidade no ano vigente na rede estadual de Cacoal (RO), propondo um Plano de Ação Educacional (PAE). O relatório apresenta alunos que pediram transferência e não foram inseridos no sistema Educacenso pela escola de destino, configurando-se, assim, que ficaram evadidos. O embasamento teórico desta pesquisa tem como principal suporte o Caderno de Estudos do Censo Escolar da Educação Básica e sistema Educacenso, ancorando-se também em autores que abordam temas como direito de aprendizagens, cultura, organização e gestão escolar, políticas educacionais, sistemas educacionais e controle social. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa qualitativa, sendo usados os seguintes instrumentos de coleta de dados: análise documental, entrevistas e questionários aplicados aos atores direta e indiretamente ligados ao tema. A pesquisa foi relevante, pois os dados do Censo Escolar são utilizados como ferramenta de planejamento estratégico, responsável pelo banco de dados para formulação e implementação de políticas públicas, pelo repasse financeiro para as escolas e pela organização do sistema de avaliação nacional. Os resultados da pesquisa mostraram que o referido relatório não apresentava, de forma fidedigna, todos os alunos que ficaram fora da escola em 2016. Tal aspecto tem consequências graves no que se refere à proteção do direito educacional, uma vez que indica possível desconhecimento sobre dados da evasão escolar. A partir desses resultados, propõe-se um Plano de Ação Educacional com ações que buscam minimizar as inconsistências encontradas com a pesquisa. Como foi necessário realizar ações antes da conclusão da pesquisa, diante das peculiaridades do sistema Educacenso, foram apresentadas ações implementadas e a implementar. A pesquisa proporcionou debater temas voltados para o direito de aprendizagem e o papel dos atores dentro da escola, assim como a função de controle social e as ferramentas oferecidas por meio do Censo Escolar.

Palavras-Chave: Censo Escolar. Políticas Públicas. Alunos transferidos.

ABSTRACT

The present dissertation was developed under the Professional Master's Program of the Postgraduate Program in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The studied management case, which discussed how the process of insertion and monitoring of School Census data in schools in the state network of Cacoal - RO, seeks to minimize the inconsistencies in the educational system, making the data closer to reality. For this, it was necessary to follow the data insertion process in schools. The general objective was to analyze the completion and monitoring of Educacenso from the report of students transferred and not admitted after (students who were not included in the second stage of the School Census) in any modality in the current year in the state network of Cacoal (RO) , proposing an Educational Action Plan (SAP). The report presents students who requested transfer and were not inserted in the Educacenso system by the destination school, thus configuring that they were evaded. The theoretical basis of this research has as main support the Caderno de Estudos do Censo Escolar de Educação Básica and Educacenso system, also anchoring itself in authors that deal with subjects such as learning rights, culture, school organization and management, educational policies, educational systems and social control. As methodology, the qualitative research was used, and the following instruments of data collection were used: documentary analysis, interviews and questionnaires applied to the actors directly and indirectly related to the theme. The research was relevant, since the data of the School Census are used as a strategic planning tool, responsible for the database for formulating and implementing public policies, for the financial transfer to schools and for the organization of the national evaluation system. The survey results showed that this report did not reliably present all out-of-school students in 2016. This has serious consequences for the protection of the right to education, since it indicates possible ignorance about data of school dropout. From these results, it is proposed an Educational Action Plan with actions that seek to minimize the inconsistencies found with the research. As it was necessary to carry out actions before the conclusion of the research, given the peculiarities of the Educacenso system, actions were implemented and implemented. The research provided the opportunity to discuss themes related to the right to learning and the role of the actors within the school, as well as the social control function and the tools offered through the School Census.

Keywords: School Census. Public policy. Students transferred.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Forma de apresentação dos sujeitos na pesquisa	26
Quadro 2– Atribuições dos principais responsáveis pela execução do Censo Escolar	31
Quadro 3 – Exemplo de uso dos dados do Censo Escolar para formulação e implementação de política para atendimento da Educação Infantil	33
Quadro 4 – Programas do FNDE que utilizam os dados do Censo Escolar	35
Quadro 5 – Mudanças a partir da implementação do Educacenso	37
Quadro 6 – Categorias dos relatórios do Sistema Educacenso.....	40
Quadro 7 - Tipos de Relatório Gerenciais	44
Quadro 8 – Tipo de atendimento das Escolas Estaduais de Cacoal/RO.....	53
Quadro 9 – Relatórios gerenciais e as informações do Município de Cacoal	58
Quadro 10 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade na Escola Cacau	70
Quadro 11 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitido após em nenhuma modalidade na Escola Cupuaçu.....	72
Quadro 12 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitido após em nenhuma modalidade na Escola Café	73
Quadro 13 – Resposta sobre como é realizada a conferência dos dados inseridos no Sistema Educacenso.....	89
Quadro 14 - Ferramenta 5W2H.....	100
Quadro 15 – Oferta de formação para os gestores.....	101
Quadro 16 – Divulgação do Enceja nas escolas	103
Quadro 17 – Adequação do sistema de diário eletrônico para migração dos dados	107
Quadro 18 – Oferta de formação para os Conselhos	108
Quadro 19 – Treinamento para utilização do Sistema Educacenso.....	109
Quadro 20 – Realização de monitoramento e acompanhamento da inserção dos dados	111

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo: ações que modificaram o Censo Escolar no Brasil.....	29
Figura 2 – Fluxo das Etapas da Coleta de Dados do Censo Escolar	39
Figura 3 - Organograma – Relatório de Perfil	42
Figura 4 – Fluxograma dos responsáveis pela formação e monitoramento do Censo Escolar	49
Figura 5 – Mapa do Brasil e localização de Cacoal (RO)	52
Figura 6 – Curso de Formação do Censo Escolar – Matrícula Inicial – Cacoal (RO)	56
Figura 7 – Exposição das fotos dos murais confeccionados pelas escolas – Cacoal (RO)	56
Figura 8 - Achados da pesquisa.....	98
Figura 9 - Alunos com idade para se inscreverem no Encceja da Escola Café.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Comparativo da demanda de atores ligados ao Censo Escolar com os concluintes do Curso de Formação pela Escola: Censo Escolar	57
Tabela 2 – Quantitativo apresentado no Relatório Gerencial de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade	59
Tabela 3 – Resultado do monitoramento realizado para reduzir o número de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade	60
Tabela 4 - Resultado da análise dos relatórios das escolas objetos da pesquisa	74
Tabela 5 - Alunos em distorção por escola aptos para realizar o Encejeja.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sobre as formações oferecidas para o uso do Sistema, você as define como:	68
Gráfico 2 - Sobre o Sistema Educacenso	69
Gráfico 3 - Perfil no Sistema Educacenso e ações que realiza	86
Gráfico 4 - Como os dados da sua escola são inseridos no Sistema Educacenso	88

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CACS	Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CERNIC	Centro de Reabilitação Neurológica Infantil
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria Geral da União
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FICAI	Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Profissional da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ID	Identificação Individual do Aluno
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
PAE	Plano de Ação Educacional
PAR	Plano de Ações Articuladas
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAT	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PROINFÂNCIA	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria do Estado da Educação
SEEC	Serviço de Estatística da Educação e da Cultura
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CENSO ESCOLAR E AS REDES ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE CACOAL	28
1.1 Processo histórico e contextualização do censo escolar	28
1.2 Sistema Educacenso e suas funcionalidades: preenchimento e monitoramento dos dados	36
1.2.1 Relatórios apresentados no Sistema Educacenso	40
1.2.2 Monitoramento das ações no Sistema Educacenso.	46
1.3 Curso de formação para compreensão do Censo Escolar	48
1.4 Panorama das redes de ensino em Cacoal (RO) e a realização do Censo Escolar .	51
1.4.1 Rede Estadual de Ensino	53
1.4.2 Acompanhamento e monitoramento dos dados inseridos no sistema.....	54
1.4.3 Processo de formação para inserção dos dados do Censo Escolar no Sistema Educacenso no Estado de Rondônia e em Cacoal.....	55
1.4.4. Principais inconsistências no Censo Escolar de Cacoal apontadas no relatório de Alunos Transferidos e não Admitidos Após em Nenhuma Modalidade.....	58
2 CENSO ESCOLAR COMO FONTE DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO:	63
2.1 – Sistemas educacionais e descentralização	63
2.2 – Direitos de aprendizagem: um olhar sobre a garantia de acesso e permanência no município de Cacoal.....	76
2.3 – Cultura organizacional e gestão escolar em Cacoal	84
2.4 – Controle social- atuação dos conselhos no município de Cacoal	90
3 – PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR AS INCONSISTÊNCIAS NA INSERÇÃO DE DADOS NO SISTEMA EDUCACENSO....	97
3.1 Ações implementadas	100
3.1.1 – Formação Continuada	101
3.1.2 Divulgação de política para remediação da distorção idade-série	103
3.2 Ações a implementar.....	106
3.2.1 Sistema de Diário Eletrônico	107
3.2.2 Formação para os Conselhos.....	108

3.2.3 Formação para utilização do Sistema Educacenso.....	109
3.3 Monitoramento e acompanhamento das ações	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	125
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Realizado anualmente e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo Escolar é uma pesquisa de caráter declaratório, realizada em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e diretores de escolas públicas e privadas.

O Censo Escolar apresenta um panorama da Educação Básica por escola, informando dados socioeconômicos, estruturais, nível de escolarização dos profissionais, jornada escolar, rendimento (aprovação e reprovação), movimento (transferência e abandono), faixa etária dos estudantes, número de atendimento educacional especializado, entre outros. Como se vê, os dados do Censo Escolar se tornam fonte de informações, pois apresentam uma visão geral e por escola da educação, possibilitando a identificação de problemas que precisam ser solucionados em determinadas localidades e/ou em nível nacional.

Criado no Brasil, pelo Ministério de Educação e Saúde, em 1931, o Censo Escolar resultou em um convênio estatístico educacional. Ao longo dos anos, o governo foi criando estratégias para melhorar a coleta de informações educacionais. Diante disso, em 1997, o INEP se tornou o órgão responsável pelas informações estatísticas educacionais e de avaliação do Governo Federal (LIMA e SOUSA, s/d, p. 95). Essas informações, divulgadas anualmente e denominadas “Sinopses Estatísticas”, estão disponibilizadas no site do INEP para *download* em planilhas no *Excel*. As planilhas apresentam um resumo das principais informações coletadas no Censo Escolar, como: número de matrículas, docentes, estabelecimentos de ensino, sexo, cor, raça, localização e faixa etária dos estudantes por série. Também são disponibilizados para *download* os chamados “microdados” – que são, segundo o site do INEP¹, um produto de divulgação dos resultados voltado para pesquisadores, imprensa, gestores e sociedade civil que utilizam os dados para obter informações de interesse específico (BRASIL, s/d).

O Censo Escolar iniciou a coleta de dados usando um sistema *off-line*, com formulários que eram encaminhados pelas escolas ao INEP. Em 2007, com a criação do Sistema Educacenso, toda a inserção dos dados do Censo Escolar tornou-se *on-line*, com reestruturação do sistema a cada ano para atender às demandas de informações consideradas essenciais para a educação (BRASIL, 2015, p.31).

¹ Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.

Diante disso, segundo o INEP, o Censo Escolar é uma “ferramenta utilizada pelo Ministério da Educação (MEC) para planejamento estratégico futuro e mapeamento de toda a Educação Básica”. Suas informações são utilizadas para embasar a criação de programas para o repasse de recursos, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)², Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), transporte escolar, livro didático e, outras ações de melhorias, os recursos repassados do FNDE para as escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)³. Seu banco de dados também é utilizado como base de dados para calcular o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)⁴, que utiliza os dados de rendimento e movimento escolar associado a avaliações externas para o cálculo do índice de cada escola.

O Censo Escolar tornou-se fundamental após a Constituição Federal de 1988, art. 208, que determina para a União a obrigação de recensear os dados educacionais em nosso país. Foi regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, como atividade a ser feita em regime de colaboração entre os entes federados, tendo se tornado obrigatório anualmente, em 2008, por meio do Decreto nº 6.425, para todas escolas públicas e privadas, com o objetivo de reunir informações educacionais para fomentar políticas educacionais, visto que política educacional

[...]corresponde a toda e qualquer política desenvolvida para intervir nos processos formativos – e informativos – desenvolvidos em sociedade – seja na instância coletiva, seja na individual – e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica – muitas vezes de modo indireto – determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade (SANTOS, 2014, p. 3).

² É um fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 04 set. 2017.

³ Destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da Educação Básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 04 set. 2017.

⁴ Foi criado em 2005 ... e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho nas avaliações do INEP, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Mais informações em: <http://portal.INEP.gov.br/ideb>. Acesso em: 04 set. 2017.

Como já foi dito, para essa coleta de dados, realizada de maneira descentralizada e articulada, foi necessário criar uma ferramenta *on-line* chamada de Sistema Educacenso que coleta, organiza, cruza e divulga os dados inseridos pelas escolas de todo o país.

Diante disso, o Censo Escolar, que se tornou a mais completa fonte de informações da educação nacional, utiliza o Sistema Educacenso como ferramenta da União para centralizar a gestão de programas educacionais e para subsidiar políticas públicas de educação, além de subsidiar a definição de critérios para repasse de recursos, bem como a organização de um banco de dados que facilita a transparência de gestão pública para a comunidade e gestores escolares.

Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015), a expressão “política pública” está ligada à reponsabilidade do Estado em responder às demandas que emanam da sociedade. Para Santos (2014), podem ser definidas como ações geradas na esfera do Estado que têm como objetivo atingir a sociedade como um todo ou partes dela. Sendo assim, para atender aos objetivos dessa política pública, é necessário que o preenchimento do Sistema seja realizado de forma correta para que os dados apresentados pelo Educacenso representem o cenário real da educação.

Posto isso, esta pesquisa busca abordar as possíveis inconsistências que ocorrem no Censo Escolar devido a falhas no Sistema Educacenso e/ou na inserção dos dados, que podem levar à geração de relatórios que não condizem com o cenário escolar.

Nesse sentido, o relatório gerencial denominado *Relação de Alunos Transferidos no Ensino Fundamental, Médio (modalidade regular) e Curso Técnico Integrado (modalidade profissional) que NÃO foram Admitidos Após em nenhuma Modalidade*⁵ apresentou-se relevante para o caso de gestão, pois nos remete a uma das principais discussões da educação na atualidade, o fluxo escolar, tema das metas 1, 2, 3 e 7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024. O fluxo representa a reprovação e a evasão escolar, que provocam a distorção idade ano. Contudo, para compreender a importância de pesquisar se os dados apresentados nesse relatório são reais e representam alunos foram da escola, é importante entender de forma geral como funciona o Censo Escolar por meio do Sistema Educacenso.

Portanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar o preenchimento e o monitoramento do Educacenso a partir do relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” no ano de 2016 na rede estadual de Cacoal (RO) e propor um Plano de Ação Educacional (PAE). Os objetivos específicos desse caso de gestão são: analisar como os

⁵ Devido à extensão do nome no texto ao se referir do relatório, usaremos o nome “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”

gestores organizam os levantamentos de dados para serem inseridos no Educacenso e identificar quais atores da escola estão envolvidos na inserção e análise dos relatórios; e, por fim, propor um Plano de Ação Educacional com a finalidade de elencar possíveis soluções para minimizar os problemas detectados. Sendo assim, a questão de investigação desta dissertação consiste em: “como se dá o processo de inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar nas escolas na rede estadual de Cacoal – RO? É fundamental investigar por que inconsistências acontecem no relatório que será analisado, ou seja, se o relatório mostra os alunos que estão realmente afastados da escola ou se eles são assim considerados, por erros de inserção de dados no Sistema Educacenso.

É importante ressaltar que, como o Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) é centrado no desenvolvimento profissional, a presente dissertação parte de um caso de gestão. Desse modo, a pesquisa aqui desenvolvida vincula-se aos temas aos quais me dedico⁶ no desempenho de minha função. Assim, a proposta foi pesquisar e analisar o processo do Censo Escolar, para que as inconsistências sejam percebidas e, ao mesmo tempo, possam ser corrigidas com ações planejadas, como também que os dados informados sejam o mais próximo possível do cenário escolar.

O interesse pela temática surgiu anteriormente, quando, desempenhando a função de auxiliar de secretaria escolar, tinha a responsabilidade pelo lançamento dos dados do Censo Escolar, o que me possibilitou identificar a importância do sistema e a facilidade de acesso para inserção dos dados. Ao mesmo tempo, essa posição deixou claro que os dados não eram analisados e utilizados como ferramenta de gestão pela equipe gestora da escola. Em Rondônia, essa equipe é representada pelo Diretor e Vice, Secretário Escolar, Supervisor e Orientador Escolar.

Ao ser convocada para o Estado no cargo de Supervisora Pedagógica, após aprovação em concurso público, coordenei os programas Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)⁷ e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁸, que utilizam a base de dados do Censo

⁶ Será usada a primeira pessoa quando for feita referência à minha trajetória profissional e sua importância na escolha do tema de estudo.

⁷ O PDE Escola é um programa do MEC que atende às escolas com baixo rendimento no IDEB, atuando no planejamento estratégico e participativo com o propósito de auxiliá-las em sua gestão. O PDE Escola foi concebido no âmbito do Fundescola, objeto do acordo de empréstimo firmado em 1998 entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, cujo objetivo era melhorar a gestão escolar, a qualidade do ensino e a permanência das crianças na escola. Disponível em: <<http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>>. Acesso em: 04 set. 2017.

⁸ Por meio do programa, o governo federal provê as escolas de Educação Básica pública com obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como com outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro>>. Acesso em: 04 set. 2017.

Escolar. Nessa função, pude perceber a importância das informações geradas pelo Censo Escolar para envio de recursos e implementação de políticas públicas. Todavia, observava que a maioria das escolas só reconhecia essa importância, quando ficava impossibilitada de receber algum recurso por erro na inserção dos dados.

A inquietação gerada em torno desse tema se intensificou ao final de 2016, ao assumir a coordenação do Censo Escolar na Secretaria Estadual de Educação na Regional Cacoal (RO). O objetivo do cargo é acompanhar as escolas na inserção das informações no Educacenso e no cumprimento dos prazos, diagnosticando possíveis erros de informações e orientando as escolas na execução da alimentação dos dados no Educacenso, que é a ferramenta *on-line* de coleta de dados utilizada pelo Censo Escolar. De 68 escolas da jurisdição entre as redes estadual, municipal e privada, sou responsável direta pelas 24 escolas estaduais nas quais a pesquisa foi desenvolvida.

Dentre os diferentes relatórios gerados pelo Censo Escolar, 6 são relatórios gerenciais; Entre eles, consta o relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, que será nosso objeto de pesquisa. Os outros relatórios serão apresentados no quadro 7 no decorrer do texto. Em Cacoal, a quantidade de alunos com essa inconsistência no Censo Escolar vem diminuindo ao longo dos anos. Em 2016, entretanto, o município ainda apresentou um número de 514 alunos nessa situação, sendo a maioria da rede estadual. Essas informações precisam ser uma preocupação entre os gestores, pois os dados podem representar o número de alunos que se encontra fora da escola. Ou seja, está sendo informado que o aluno foi transferido de uma unidade de ensino e não foi matriculado em outra até o término do ano letivo, vislumbrando, na verdade, que esses estudantes são possíveis evadidos. Ademais, as informações declaradas precisam ser fidedignas para que o Censo Escolar possa cumprir sua função social de análise da situação educacional.

Segundo a Cartilha do Censo Escolar, no Módulo Situação Aluno (2017, p. 10), é considerado transferido o aluno que mudou de uma escola para outra, ou quando ele muda de modalidade de ensino na mesma escola. Por exemplo, é considerado transferido o aluno que saiu de uma turma do ensino regular e foi cursar a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entretanto, pode-se questionar se os dados apresentados nesse relatório ilustram um panorama real dos estudantes das escolas estaduais na cidade de Cacoal (RO), ou se isso se dá por erro na inserção dos dados ou erro no Sistema Educacenso. Para tanto, será necessário compreender como se dá o processo de inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar nas escolas de Cacoal e, assim, buscar ações para minimizar os possíveis erros

diagnosticados, além de refletir sobre a importância da fidedignidade dos dados junto aos responsáveis pela sua inserção.

Observa-se que, em anos anteriores, o aluno fora cadastrado no Censo Escolar, mesmo sendo infrequente, para aumentar o número da matrícula inicial e, diante disso, aumentar o valor do recurso recebido; na segunda etapa, o aluno era informado como transferido para não influenciar a nota no IDEB. Uma das hipóteses a ser investigada é se as escolas estaduais em Cacoal compreendem o Censo Escolar apenas como indicador do IDEB e para repasse de recursos (quantidade de alunos da matrícula inicial) e se essas preocupações influenciam as inconsistências apresentadas no relatório, visto que a quantidade de recursos enviados para a escola é definida pela matrícula inicial, que é calculada na primeira etapa do Censo Escolar.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa analisando se os dados de “*alunos transferidos e não admitidos após*” representam um cenário real da educação no município de Cacoal. Para Gerhardt e Silveira (2009, p.31), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica de dados, mas é uma abordagem cujo pesquisador é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas, o que vai ao encontro da proposta metodológica do PPGP, que busca investigar uma questão empírica onde o pesquisador atua.

Segundo André (2013, p. 97), a realidade é construída a partir das interações sociais em diferentes ambientes, tornando-se, assim, “fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações”. Essa aproximação é possível devido ao objeto da pesquisa ter sido um tema do cotidiano da pesquisadora. Em virtude desse fato, também é importante o cuidado para que exista uma imparcialidade a fim de que a resposta da questão problema já não esteja pronta.

Dessa forma, a pesquisa teve como preocupação aspectos da realidade, investigando as inconsistências que permanecem no Censo Escolar, mesmo após o período para sua retificação, e monitorando como os dados informados pelas escolas estaduais de Cacoal, no Sistema Educacenso são inseridos e conferidos. Por se tratar de um estudo de caso, a pesquisa descreve fatos da realidade no Censo Escolar das escolas estaduais no município de Cacoal-RO.

A escolha da metodologia segue a estrutura do programa de Mestrado Profissional que se diferencia de outros programas de pós-graduação acadêmicos, porque traz como proposta de trabalho final de curso um caso de gestão que, segundo Magaldi (s/d), “visa garantir uma reflexão por parte dos gestores/alunos a respeito de suas práticas profissionais”. Sendo assim, a pesquisa deve tomar como ponto de partida um problema do ambiente de trabalho do gestor. De acordo com Velho (1978, p.1),

Para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia.

São denominados caso de gestão porque refletem sobre problemas que afetam o dia a dia do gestor público, seja qual for a dimensão em que ele atua – escola, secretaria de educação etc., a partir de um problema empírico. Para André (2013, p. 96), “o conhecimento gerado pelo estudo de caso é diferente do de outros tipos de pesquisa porque é mais concreto, mais contextualizado e mais voltado para a interpretação do leitor”. A autora define que os estudos de caso devem seguir sistematicamente três fases: “exploratória ou de definição dos focos de estudo; fase de coleta dos dados ou de delimitação do estudo; e fase de análise sistemática dos dados conforme poderá ser observado neste estudo”.

Na pesquisa foram analisados, verificados e apresentados como evidência, no primeiro capítulo, os relatórios gerados pelo Censo Escolar, que também foram sistematizados e analisados. Para consolidar essas informações, foram aplicados questionários a diferentes atores para identificar como compreendem o Censo Escolar e as informações geradas pelo relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”.

A pesquisa iniciou com a revisão da bibliografia, tendo, como principal documento analisado, o Caderno de Estudos do Curso de Censo Escolar da Educação Básica: Sistema Educacenso, desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁹, através do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância, nas Ações do FNDE em parceria com o INEP. Através dele, foi apresentada a importância do Censo Escolar e de seu estudo. No decorrer da pesquisa, os estudos bibliográficos foram se aprofundando, no intuito de identificar autores que debatem o tema abordado, principalmente para embasar as análises do resultado da pesquisa de campo.

O relatório utilizado como objeto de pesquisa apresenta dados de todo o município. Nesse caso, foi necessário delimitar quais seriam as escolas pesquisadas. Assim, foram definidos requisitos para escolha das três escolas estaduais que atendessem aos critérios que serão apresentados na seção 1.4. As escolas estão apresentadas no texto com nomes fictícios, definidos aleatoriamente, de frutas cultivadas em Rondônia. Elas foram escolhidas baseando-

⁹ Responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 04 set. 2017

se na quantidade de alunos que aparecem no relatório e também que representassem as diferentes modalidades de ensino.

Sendo assim, foram objeto de pesquisa uma escola que atende ao Ensino Fundamental, uma escola de Tempo Integral com Ensino Fundamental e Médio e uma escola que atende exclusivamente ao Ensino Médio regular e do campo.

Para essa investigação, além da pesquisa bibliográfica, realizou-se também a pesquisa documental. Para André (2013, p.100), “os documentos são muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados”. Foram analisados documentos não tratados, como livros-registro de transferências, relatórios de acompanhamento do diário eletrônico, atas de resultados finais e cadastro individual do Sistema Educacenso.

A análise documental dos relatórios de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” das três escolas definidas como objeto da pesquisa foi realizada com diferentes procedimentos. Primeiro, foi feita a pesquisa nos livros de registro de alunos transferidos identificando os destinos das transferências. Em seguida, no Sistema Educacenso, com base na matrícula inicial de 2017, buscou-se se os alunos apresentados no relatório do ano de 2016 possuíam vínculo em 2017, identificando se o aluno permanecia na mesma série do relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” ou na série seguinte. Por meio da pesquisa individual de cadastro de aluno no Sistema Educacenso, buscaram-se os cadastros duplos de Identificação Individual do aluno (ID). Também foram utilizados dados do diário eletrônico para encontrar matrículas desses alunos e para identificar alunos que se matricularam em cursos de seriado semestral da EJA. Esses, muitas vezes, não são informados no Censo Escolar, pois as turmas iniciam as aulas no segundo semestre, após a data base (última quarta-feira do mês de maio) para a matrícula inicial no Censo Escolar.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, foram utilizados, ainda, dois instrumentos de pesquisa: questionário e entrevista. O primeiro instrumento utilizado foi o questionário (Apêndice A), enviado para as 16 escolas estaduais que serão apresentadas no capítulo 1, para o público-alvo de diretores e secretários escolares, totalizando 32 pesquisados. Também foi enviado para nove escolas privadas, sendo que, dessas, dois sujeitos pesquisados são diretores e sete são secretários escolares. O instrumento de pesquisa teve como objetivo identificar como os usuários do Sistema Educacenso percebem suas funcionalidades, destacando as dificuldades e as facilidades no processo de inserção dos dados. Os atores foram escolhidos porque o diretor, segundo a portaria do Censo Escolar, é o

principal responsável pela declaração das informações do Censo Escolar – e o secretário – que, na maioria das escolas, é o responsável por executar essa ação.

Os questionários foram aplicados através de um aplicativo do Google – o Google Formulário, enviado por e-mail no dia 16 de março de 2018, com prazo de 15 dias para retorno, para 41 pessoas das quais 34 responderam. Os atores não foram identificados por Escola, apenas pela função. Portanto, serão apresentados no texto como D, representando o diretor, e S, o secretário.

Gerhardt e Silveira (2009, p. 69) afirmam que o questionário

é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Nas três escolas definidas como foco da pesquisa, foram realizadas entrevistas estruturadas (Apêndices B e C) com os três diretores, três secretários e três orientadores. Os diretores foram escolhidos, pois, como já abordado, são eles os responsáveis legais pela declaração das informações. Por sua vez, os diretores costumam delegar essa função aos secretários escolares. Desse modo, os dois atores têm influência direta na inserção de dados no Sistema Educacenso. Já os orientadores são os responsáveis pelo acompanhamento dos alunos. As entrevistas foram importantes para tecer distinções e aproximações de cada sujeito sobre o objeto da pesquisa. Segundo André (2013, p.100), essa técnica é umas das principais vias no estudo de caso qualitativo, pois “objetiva revelar os significados atribuídos pelos participantes ao caso investigado”. As entrevistas foram agendadas via aplicativo de *WhatsApp*, sendo todas gravadas e transcritas para melhor análise dos dados.

O relatório, como já abordado, apresenta os alunos que não foram matriculados novamente no ano corrente. Portanto, baseado no relatório, ficaram fora da escola. Diante disso, foi realizada entrevista (Apêndice D) com um membro do Conselho Tutelar do município, que é composto por cinco integrantes. Como é um conselho, seria importante a entrevista com todos, ou a maioria destes, para identificar se possuem conhecimento desse relatório e como compreendem esse fenômeno e as ações que possuem para minimizar a evasão escolar. Porém, a entrevista foi realizada com apenas uma conselheira, visto que, normalmente, não ficam os cinco na sede do Conselho. O trabalho é realizado em forma de plantão, em que três conselheiros atuam por dia, sendo que dois vão para as visitas e um fica

no atendimento na sede. Desse modo, foi realizada a entrevista, agendada por telefone, com a conselheira que estava de plantão na sede que foi feita no dia 21 de março de 2018.

Pontuamos, no texto, que o INEP e a Coordenação Estadual oferecem diferentes formações para a comunidade e para os responsáveis diretos pela inserção dos dados. Logo, foi entrevistada (Apêndice E) a Tutora do Programa de Formação pela Escola.

Os dados serão apresentados no capítulo 2 desta dissertação. Para garantir o sigilo dos atores envolvidos na pesquisa, eles foram identificados conforme quadro 1:

Quadro 1 – Forma de apresentação dos sujeitos na pesquisa

INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	FORMA APRESENTADA
Escola Cacau Diretor, secretário e orientador	Diretor da Escola Cacau, Secretário da Escola Cacau e Orientador da Escola Cacau
Escola Cupuaçu Diretor, secretário e orientador	Diretor da Escola Cupuaçu, Secretário da Escola Cupuaçu e Orientador da Escola Cupuaçu
Escola Café Diretor, secretário e orientador	Diretor da Escola Café, Secretário da Escola Café e Orientador da Escola Café
Tutora do Programa Formação pela Escola	Tutora do Formação pela Escola
Conselho Tutelar	Conselheiro Tutelar

Fonte: Elaborado pela autora

No decorrer da pesquisa, como foi identificada a importância dos conselhos para o Censo Escolar, não apenas como controle social, mas também para controle das informações declaradas no Sistema Educacenso, tornou-se necessário partir para campo novamente. O objetivo desse retorno ao campo era identificar se o Conselho Escolar e Conselho do Fundeb fiscalizavam os dados do Censo Escolar e se, em sua pauta de reuniões, esse tema aparecia.

Nas escolas estaduais, o presidente do Conselho Escolar é o diretor. Assim, na busca de obter informações fidedignas, realmente condizentes com a prática, ao invés de entrevistar o diretor, foi realizada uma pesquisa nos livros de atas do ano do Conselho Escolar das três escolas escolhidas como objeto de estudo para identificar se, nas pautas das reuniões, houvera menção ao Censo Escolar. As reuniões ordinárias estão previstas no calendário escolar e são realizadas uma vez por mês. Portanto, foi analisado, no livro de ata do ano de 2016, o registro de todas as reuniões para identificar se o tema Censo Escolar se constituía pauta de alguma delas.

Conforme a legislação dispõe, o Conselho do Fundeb está diretamente ligado ao controle social e ao Censo Escolar. Segundo as orientações da cartilha “O Censo da Educação Básica: Orientações Para os Cacs-Fundeb” (BRASIL, 2015), uma das atribuições desse Conselho é acompanhar a matrícula inicial no Sistema Educacenso, pois o Fundeb utiliza, como base de dados para repasse dos recursos, o número de matrículas informadas no Censo Escolar. Mas, ao entrar em contato com a presidente do Conselho Municipal por telefone, ela informou que, tendo assumido a diretoria em 2018, sentia-se incapaz de responder por questões da gestão anterior. Foi agendada, então, uma entrevista com a ex-presidente, a qual foi desmarcada. Ao entrar em contato com a presidente atual para agendar uma nova entrevista, ela informou, por meio de mensagem de voz enviado por aplicativo, que a ex-presidente lhe informara que, em sua gestão, nunca houvera acompanhamento do Censo Escolar, situação que será analisada em momento oportuno deste trabalho.

Assim, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o caso de gestão – o Censo Escolar e as escolas estaduais no município de Cacoal. Nele é apresentado o histórico sobre o Censo Escolar, destacando seus objetivos e suas contribuições por meio do fornecimento de informações que dão condições de pensar políticas público-educacionais que visam à melhoria da educação. Isso foi feito no intuito de situar o leitor no campo de pesquisa, apresentando os atores envolvidos e como é realizado o preenchimento do sistema e o monitoramento das ações, destacando os problemas decorrentes do preenchimento e do próprio sistema.

No segundo capítulo, foi realizada uma análise teórica dos dados da pesquisa em campo, seguindo quatro eixos de análise: Sistemas Educacionais e descentralização, Direitos de Aprendizagem: um olhar sobre a garantia e permanência no município de Cacoal, Cultura Organizacional e Gestão Escolar em Cacoal, Controle Social – Atuação dos Conselhos no Município de Cacoal.

No terceiro capítulo foi apresentado um Plano de Ação Educacional, apresentando ações para minimizar as inconsistências de inserção de dados no Sistema Educacenso. As evidências e os resultados da pesquisa apontam que, para a melhoria das inconsistências diagnosticadas, uma das ações mais relevantes é o monitoramento.

1 CENSO ESCOLAR E AS REDES ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE CACOAL

Este capítulo, que tem como objetivo apresentar o caso de gestão, encontra-se dividido em quatro seções. A primeira seção aborda o histórico do Censo Escolar no Brasil, pontuando seus principais objetivos como política pública, os atores envolvidos e suas responsabilidades quanto à inserção dos dados e a legislação que ampara e rege essa política. Dando continuidade, na seção seguinte, são apresentadas as funcionalidades do Sistema Educacenso no processo de inserção dos dados do Censo Escolar, suas etapas, quais relatórios são oferecidos como ferramentas de gestão escolar e os relatórios de fechamento do sistema que apontam as inconsistências. Na terceira seção, é relatado como se dá o processo de formação através do INEP. Na última divisão do capítulo, é abordado um panorama da cidade de Cacoal, seus dados demográficos e socioeconômicos, as redes de ensino e como acontece o processo de formação continuada em Rondônia e no município de Cacoal. Também serão elencados os problemas que acontecem devido ao mau preenchimento e utilização inadequada do sistema.

1.1 Processo histórico e contextualização do censo escolar

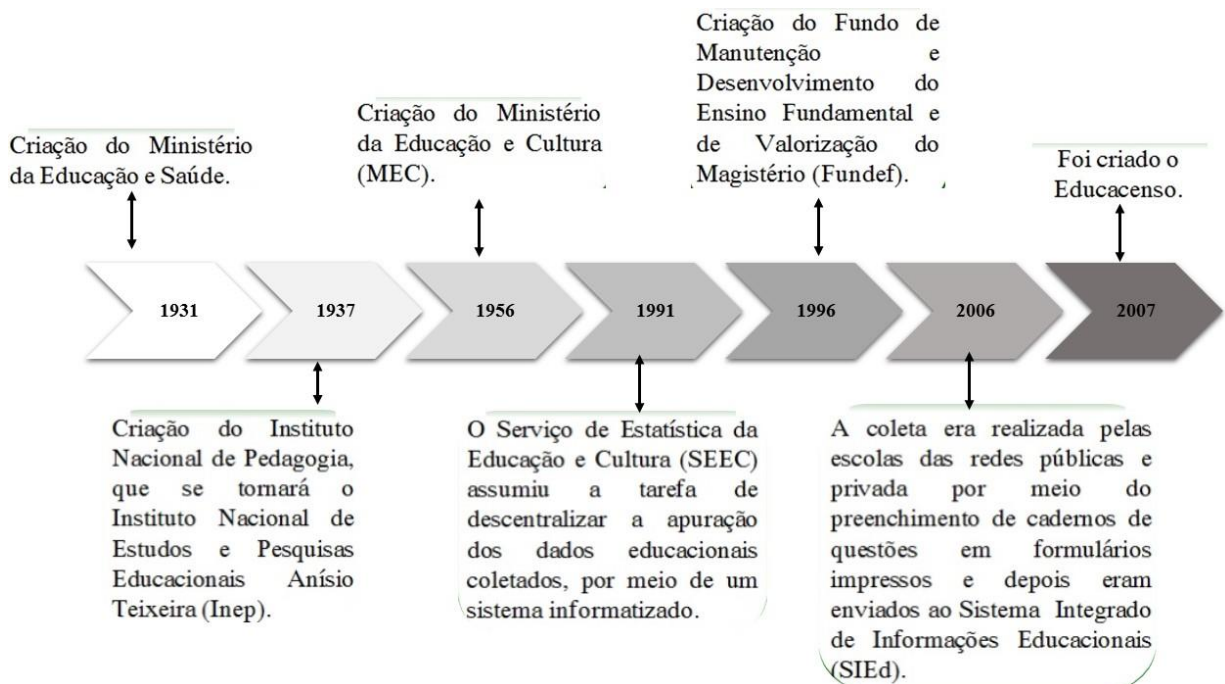
Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015, p.20), a palavra “censo” origina-se do latim “censos”, que significa o conjunto de dados característicos dos habitantes de um país, uma região, uma cidade etc., para fins estatísticos.

O primeiro censo brasileiro, denominado “Recenseamento da População do Império do Brasil”, foi realizado em 1872, e foi repetido em 1890, 1900 e 1920 que incluiu os Censos Econômicos, os quais investigaram vários temas e aspectos da economia, entre eles a produção agropecuária. Em 1936, foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se tornou o órgão responsável pela realização, a cada dez anos, dos censos demográficos. (IBGE, 2013 *apud* BRASIL, 2015, p. 21)

Com o tempo, foi surgindo a necessidade de obter outras informações, tais como aspectos econômicos, agrícolas e educacionais (BRASIL, 2015, p. 38). Para atender a essas especificidades de informações no processo censitário, surge o Censo Escolar, um conjunto de dados estatísticos da educação nacional, desenvolvido em 1931, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, diante da necessidade de se obterem dados específicos de cada setor.

Em 1937, surgiu o Instituto Nacional de Pedagogia, que atualmente é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Com a criação desse instituto, que se tornou responsável pela análise dos estatísticos do governo, em 1939, houve o lançamento da primeira publicação estatística, denominada “O Ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936”. Com a criação do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), em 1956, os dados estatísticos da educação saíram da responsabilidade da Secretária de Saúde e passaram a ser realizados pelo Serviço de Estatística da Educação e da Cultura (SEEC). Em 1997, essa secretaria foi integrada ao INEP, onde permanece até os dias atuais. De 2005 a 2006, os dados eram informados em formulários impressos e transmitidos para o sistema chamado Sistema de Informações Educacionais – SIED (BRASIL, 2015, p.p.33-38). No ano seguinte, o sistema de coleta de dados tornou-se *on-line*, por meio do Educacenso, conforme representado na figura 01.

Figura 1 – Linha do tempo: ações que modificaram o Censo Escolar no Brasil



Fonte: Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015, p. 38)

Atualmente, a inserção de dados do Censo Escolar é realizada no Sistema Educacenso, um sistema restrito, com acesso apenas para usuários cadastrados, com diferentes níveis de

acesso, como: Leitor (apenas visualiza os dados), Executor (visualiza e altera os dados) e Superusuário (visualiza, altera e cadastra novos usuários)¹⁰.

É importante observar que o Censo Escolar é amparado pela legislação educacional que regula os levantamentos das estatísticas educacionais nacionais. A Constituição Federal, no seu art. 208, dispõe sobre a obrigação do Estado com a educação. Em seu inciso VII, 3º, estabelece que ao Poder Público compete recensear os educandos no Ensino Fundamental, instituindo o Censo Escolar (BRASIL, 1988). Já a LDB, que estabelece as leis e diretrizes e bases da educação, regulamenta e organiza, no art. 5º, a competência dos entes federados diante desse recenseamento:

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União: I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso, art. 9º que a União incumbir-se-á de: V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação (BRASIL, 1996).

Nesse cenário, a União, com o Decreto nº 6.425, de 4 abril de 2008, dispõe que o INEP deve realizar anualmente, em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, o Censo Escolar. No art. 2, destaca que ele deve ser realizado por meio de caráter declaratório e mediante coleta de dados descentralizada, englobando todos os estabelecimentos públicos e privados de Educação Básica. A partir disso, o Censo Escolar se torna uma política de coleta de dados. É importante lembrar que o Censo Escolar, como política pública, foi implantado com a intencionalidade de diagnóstico e regulação da educação nacional, envolvendo vários atores e instituições, como MEC, INEP, Secretarias e Escolas que alimentam os dados no Sistema Educacenso e implementam a política do Censo Escolar.

Para Condé (2012), nem sempre os atores envolvidos ficam à vontade para implementar a política, uma vez que se trata de uma política do tipo *top/down*, instituída por meio do Decreto nº 6.425, ou seja, de cima para baixo.

Desse modo, é vista como uma ação institucional de poder, neste caso, do Governo Federal coordenado pelo INEP – com objetivo de produzir dados para avaliar as políticas educacionais. Assim, como não houve participação dos implementadores na sua formulação, os atores envolvidos na implementação podem não compreender sua relação com a política e os benefícios que ela pode proporcionar no seu cotidiano. Contudo, é importante mencionar

¹⁰Na seção 1.4 será apresentado de forma detalhada o funcionamento desse sistema.

que o INEP, por meio do FNDE, criou o curso do Censo Escolar dentro do Programa de Formação pela Escola para dar esclarecimentos sobre o Censo Escolar à comunidade em geral e principalmente aos responsáveis pela inserção dos dados. Na seção 1.3 será detalhada como funciona essa formação.

Condé (2012) destaca que as políticas não são neutras e têm intencionalidades. Sua formulação envolve diferentes atores que disputam para influenciar suas definições, sendo esses atores também os responsáveis por operá-la. Para o Censo Escolar, o INEP definiu, diante da Portaria MEC/GM nº 316, de 4 de abril de 2007, os atores e suas responsabilidades pela sua execução e pela fidedignidade das informações no processo censitário, que apresenta as seguintes atribuições, conforme mostra o quadro 2:

Quadro 2– Atribuições dos principais responsáveis pela execução do Censo Escolar

Atores	Atribuições
INEP	Definir e disponibilizar o cronograma das etapas. Avaliar e acompanhar todas as etapas do programa, garantindo o alcance de seus objetivos e as melhorias necessárias. Divulgar os resultados finais.
Gestores dos sistemas estaduais e municipais de educação (Secretarias de Educação e Coordenadorias).	Realizar formação para os responsáveis pelo processo censitário nas escolas; acompanhar e controlar toda a execução do processo censitário no seu território; zelar pelo cumprimento dos prazos e das normas estabelecidas; responsabilizar-se solidariamente pela veracidade dos dados declarados nos seus respectivos sistemas de ensino.
Aos diretores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino público e privado	Responder ao Censo Escolar da Educação Básica, no Sistema Educacenso, responsabilizando-se pela veracidade das informações declaradas.

Fonte: Elaborado pela autora como base nos dados da Portaria MEC/GM nº 316, de 4 de abril de 2007

Para o INEP, o Censo Escolar, por meio das informações do Educacenso, realiza o cruzamento dos dados através dos cadastros da escola, turma, aluno e profissional escolar e disponibiliza relatórios com informações consolidadas da escola, que possibilitam a verificação e a análise dos dados declarados. Nesse sentido, segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015), o Censo Escolar é uma ferramenta indispensável para se conhecer a realidade das escolas e da educação nos Municípios, nos Estados, no Distrito Federal e no país. Além de fotografar essa realidade, ele permite a visualização dos problemas e também auxilia na busca de possíveis soluções para esses problemas.

O Censo Escolar abrange todas as etapas da Educação Básica, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial, tendo, como principais objetivos:

Reunir informações para a elaboração de análises e descrições do Sistema Educacional Brasileiro. Obter informações sobre a Educação Básica, para subsidiar a elaboração, o planejamento, a execução e o acompanhamento de políticas públicas educacionais. Coletar os dados necessários para o cálculo dos coeficientes para a distribuição dos recursos do Fundeb. Produzir, com os dados coletados, indicadores educacionais comparáveis internacionalmente, contribuindo para a discussão sobre a qualidade da Educação Básica. Permitir e facilitar o controle social realizado pela sociedade. (BRASIL, 2015, p. 45)

Ao observar os objetivos, pode-se afirmar que as informações do Censo Escolar são utilizadas para delinear um panorama nacional da Educação Básica, destinando transferência de recursos públicos para alimentação e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, entre outros. É a base de dados para o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é composto por um conjunto de avaliações externas (ANEB, ANRESC/Prova Brasil e ANA)¹¹ com o objetivo principal de diagnosticar a qualidade da educação. Ademais, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e o movimento (abandono) escolar são utilizados para o cálculo do IDEB, que também é usado como indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)¹², em 1996, o Censo Escolar tornou-se fundamental, para que o recurso pudesse ser distribuído, uma vez que o recurso é calculado pela quantidade de matrículas. Em 2007, o FUNDEF é substituído pelo FUNDEB. Assim, o atendimento, que era apenas para alunos do Ensino Fundamental, foi ampliado para todos os da Educação Básica, incorporando a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

Para Lima e Souza (2014, p. 99), “os dados levantados subsidiam a elaboração de diagnóstico educacional do Brasil com objetivo de criar estratégias para acesso e permanência

¹¹O SAEB, instituído em 1990, é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. Disponível em: <<http://portal.INEP.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em: 04 set. 2017.

¹²O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto n.º 2.264, de junho de 1997. Disponível em:<<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>>. Acesso em: 4 set. 2017.

e o sucesso dos alunos na escola”. Esse diagnóstico apresenta um cenário educacional e favorece a visualização de características das diferentes realidades da educação no Brasil por meio da inserção de dados realizadas pelos gestores escolares.

Segundo Souza e Oliveira (2012, p.7), diante dos dados do Censo Escolar, “são estabelecidas as políticas de correção dos desequilíbrios regionais e de promoção da equidade na oferta do ensino público”. O Censo Escolar, por apresentar dados específicos e detalhados da educação, proporciona a visualização de problemas e/ou melhorias educacionais de uma determinada região ou nacionalmente. Portanto, os dados do Censo Escolar são ferramentas importantes de estudos técnicos como base para que os responsáveis em legislar possam formular políticas que realmente atendam às demandas educacionais da sociedade.

De acordo com Condé (2012), a política segue um ciclo: “momento de nascimento (agenda, formulação) e de desdobramentos (implementação)”. Para compreender melhor como o Censo Escolar funciona e se relaciona com o processo do ciclo da política e proporcionar uma melhor visualização desse processo de formulação e implementação de políticas públicas e como os dados do Censo Escolar podem perpassar todo esse ciclo, o quadro 3 vai relacionar as fases da política abordadas por Condé com um modelo de política formulada para a Educação Infantil apresentada no Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015).

Quadro 3 – Exemplo de uso dos dados do Censo Escolar para formulação e implementação de política para atendimento da Educação Infantil

Modelos das Fases ou Ciclo das Políticas	Uso dos dados do Censo Escolar
A agenda (predominantemente, mas não exclusivamente, governamental) é uma “lista” de questões (<i>issues</i>) relevantes e conduzidas pelo poder constituído.	Os dados do Censo Escolar e do Censo Demográfico apontaram a necessidade de atendimento das crianças de 0 a 5 anos.
Formulação e Decisão: É a transformação de um problema em alternativas de solução. Envolve elementos como estudos técnicos, conflitos, previsão, coordenação, construção de coalizões, propaganda, negociação e jogos políticos.	Foi levantado no Censo Escolar o número de matrículas da Educação Infantil e os dados de sua infraestrutura. A implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) e a Ação Brasil Carinhoso.

Implementação: o teste da realidade, o lugar da ação. É hora de verificar o quanto a política é crível, como ela vai se rotinizar e também por que ela precisa passar no teste dos usuários finais, os beneficiários de determinada ação.	A execução do programa: toda creche criada pelo Proinfância deve ser cadastrada no Censo Escolar. O repasse do recurso para os municípios será realizado com base no número de matrículas de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família declaradas no Censo Escolar.
Monitoramento e Avaliação: o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade.	Os dados do Censo Escolar apresentam, representativamente, os efeitos da implementação das políticas direcionadas à Educação Infantil, em que, nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de matrículas, demonstrando a efetividade da política.

Fonte: Elaborado pela autora com base no texto de Condé (2012, p.8-20) e Brasil (2015, p. 137).

Analisando o quadro, identificamos como os dados do Censo Escolar podem ser utilizados em todas as fases do ciclo de política, apresentando informações para que os problemas sejam identificados e ações possam ser planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas. Mas, para isso, é de grande importância que os dados informados sejam fieis à realidade. Outras políticas públicas de repasses financeiros utilizam como base de dados as informações do Censo Escolar. Dessa forma, o INEP cria, todo ano, uma cartilha de orientação de preenchimento do Censo Escolar, direcionada para os dados que subsidiam os programas e políticas federais. Nela são informados todos os programas que utilizam os dados do Censo Escolar, pontuando quais formulários são utilizados, deixando clara a importância do preenchimento correto desses dados para o envio dos recursos.

Segundo a Cartilha (BRASIL, 2017), atualmente, o Governo Federal possui 19 programas federais que utilizam a base de dados do Censo Escolar, sendo eles: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate). Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Avaliações da Educação Básica, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a informação de disciplinas, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a distância (EAD), Educação Especial, Formação inicial e continuada de professores, Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Política de Educação Integral (Novo Mais Educação), Programa Brasil Carinhoso, Programa Brasil Alfabetizado, Projovem Urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O quadro 4 apresentará uma síntese com cinco desses programas, considerados os mais

relevantes para o trabalho aqui desenvolvido, pois exercem influência direta na manutenção e estruturação das escolas.

Quadro 4 – Programas do FNDE que utilizam os dados do Censo Escolar

PROGRAMA	OBJETIVO	ABAS DO CENSO
FUNDEB	Distribuir os recursos para investimento na educação, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões.	Formulário de escola: Dependência Administrativa - Categoria de escola Localização/Zona da escola. Formulário de turma: Tipo de mediação didático-pedagógica. Atendimento da turma - Dias da semana - Horário de funcionamento. Modalidade – Etapa.
PDDE	Melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.	Formulário de escola: Dependência administrativa - Localização/Zona da escola - Categoria de escola privada. Formulário de turma: Tipo de atendimento e Modalidade.
PNAE	Transferência de recursos financeiros para alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional, em caráter suplementar. O programa atende aos alunos de toda a Educação Básica.	Formulário de escola: Dependência administrativa. Localização diferenciada da escola. Escola Indígena. Alimentação escolar para os alunos. Formulário de turma: Dias da semana - Horário da turma, Modalidade, Etapa. Mediação didático-pedagógica, Turma participante do programa Mais Educação.
PNLD	Prover as escolas públicas da Educação Básica com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários.	Formulário de escola: Dependência administrativa, Localização diferenciada da escola. Formulário de turma: Modalidade, Etapa, Tipo de atendimento e mediação didático-pedagógica.
PNATE	Garantir o acesso e a permanência, nos estabelecimentos escolares, dos alunos da Educação Básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar.	Formulário de escola: Dependência administrativa. Formulário de turma: Tipo de mediação didático-pedagógica. Formulário de aluno: Localização de residência - Transporte escolar público. – Tipo de transporte escola

Fonte: Elaborado pela autora com base no documento MEC, INEP: Programas e Políticas Federais que utilizam os dados do Censo Escolar Orientações de preenchimento. Brasília, 2017.

Não apenas como base de dados para os recursos, o Censo Escolar também pode ser utilizado para conhecer melhor os dados do país e dos entes federados. Esses dados permitem responder muitas questões, como, por exemplo, se os recursos investidos estão tendo resultados, a necessidade de materiais, se um recurso investido como, por exemplo, o

transporte escolar atende à demanda. Além disso, os dados coletados ajudam a identificar onde devem ser investidos recursos em educação, saúde, estrutura, como também podem ser utilizados para que empresas identifiquem melhores locais para instalação de fábricas, lojas etc.

Para realização do Censo Escolar, atualmente, como já mencionado, é utilizado o Sistema Educacenso. Logo, na seção 1.2, vamos abordar sobre as funcionalidades do Sistema Educacenso, preenchimentos dos dados e as ferramentas disponibilizadas para monitoramento das informações declaradas.

1.2 Sistema Educacenso e suas funcionalidades: preenchimento e monitoramento dos dados

O Educacenso, segundo o INEP, é um sistema informatizado de levantamento de dados do Censo Escolar. Ele utiliza ferramentas *web* na coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados censitários, mediante o cruzamento de informações de quatro cadastros de dados: Escola, Turma, Aluno e Profissional Escolar. O Censo Escolar teve mudanças significativas com a criação do Educacenso, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – Mudanças a partir da implementação do Educacenso

Principais mudanças	Unidade básica da coleta	Sistema de coleta	Método de alimentação do sistema	Utilização	Trajetória escolar	Interação com outros sistemas informatizados	Profissionais escolares	Execução da coleta
De 1991 a 2006	Escola – em cada escola apenas era possível quantificar o número de matrículas e profissionais escolares.	Sistema <i>off-line</i> - Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd).	Sistema alimentado nas secretarias de educação a partir da digitação das informações contidas nos questionários padronizados, que eram preenchidos à mão.	Cálculo das estatísticas educacionais brasileiras, a partir de 1996 o Fundef e outros programas educacionais do governo federal.	Não permitia o acompanhamento da trajetória escolar do aluno.	Não facilitava o relacionamento dos dados com informações de outras áreas sociais.	Não permitia a obtenção de informações específicas sobre a situação dos docentes e outros profissionais de educação.	Implicava um esforço logístico de todas as esferas de governo para a impressão e distribuição de questionários, preenchimento, coleta, digitação, transmissão, análise de recursos e tratamento das informações.
A partir de 2007, com o Educacenso	Escola, turma, aluno e profissional escolar. Ficou possível identificar, além de todas as escolas, cada aluno e profissional escolar.	Sistema <i>on-line</i> - Educacenso - utilização de "ferramentas web" na coleta, organização, transmissão e disseminação dos dados.	Sistema alimentado a partir da digitação das informações diretamente pelos responsáveis nos estabelecimentos de ensino.	Cálculo das estatísticas educacionais brasileiras e Programas educacionais do governo federal.	Permite o acompanhamento da trajetória escolar do aluno.	Informações que permitem a interoperabilidade entre sistemas do governo federal, como, por exemplo, o Bolsa Família e o Atleta na Escola.	Permite a coleta de informações dos profissionais escolares, possibilitando a implementação de políticas de formação de professores.	Informatização do processo redistribuindo as atividades entre os entes envolvidos conferiu agilidade em todo processo e mais rapidez na divulgação dos resultados.

Fonte: BRASIL, FNDE. Caderno de Estudos: Censo Escolar (2015, p. 4)

Para ter acesso ao sistema, é preciso estar cadastrado em um dos perfis disponíveis para o acesso, que são: INEP, Secretaria Estadual, Setec/MEC, Órgão Regional, Secretaria Municipal e Escola. Para cada perfil, existem diferentes níveis de acesso; o responsável por gerenciar os níveis de acesso é o Superusuário. Dessa maneira, para o INEP, é importante que cada secretaria estadual, municipal e escolas tenha um responsável (superusuário) para gerenciar o acesso no Sistema Educacenso.

A escola possui um cadastro único de identificação, formado por oito dígitos e gerado pelo Sistema Educacenso, que identifica as instituições escolares da Educação Básica no Censo Escolar. Seus dois primeiros dígitos identificam a unidade da federação de acordo com o código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por exemplo, as escolas de Rondônia iniciam com o número “11”. Do mesmo modo, alunos e professores possuem um número de identificação única denominada (ID), que, como informado no Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015), são: códigos numéricos, compostos por 12 dígitos, cujos objetivos são: (a) identificar unicamente cada indivíduo e (b) facilitar o preenchimento e a atualização dos dados”, permitindo, assim, um acompanhamento da trajetória dos alunos e docentes.

As informações do Censo Escolar no Educacenso são inseridas em duas etapas definidas anualmente pelo INEP mediante portaria. A inserção dos dados em 2017 foi regida pela Portaria nº 269, de 23 de março, na qual foram definidas as datas de início e término de cada etapa, ou seja, datas em que o Sistema Educacenso seria liberado para utilização. Mesmo sendo um sistema fechado, os usuários conseguem acessar as informações dos anos anteriores na mesma plataforma, não ficando liberada apenas a visualização do ano vigente após o fechamento das etapas.

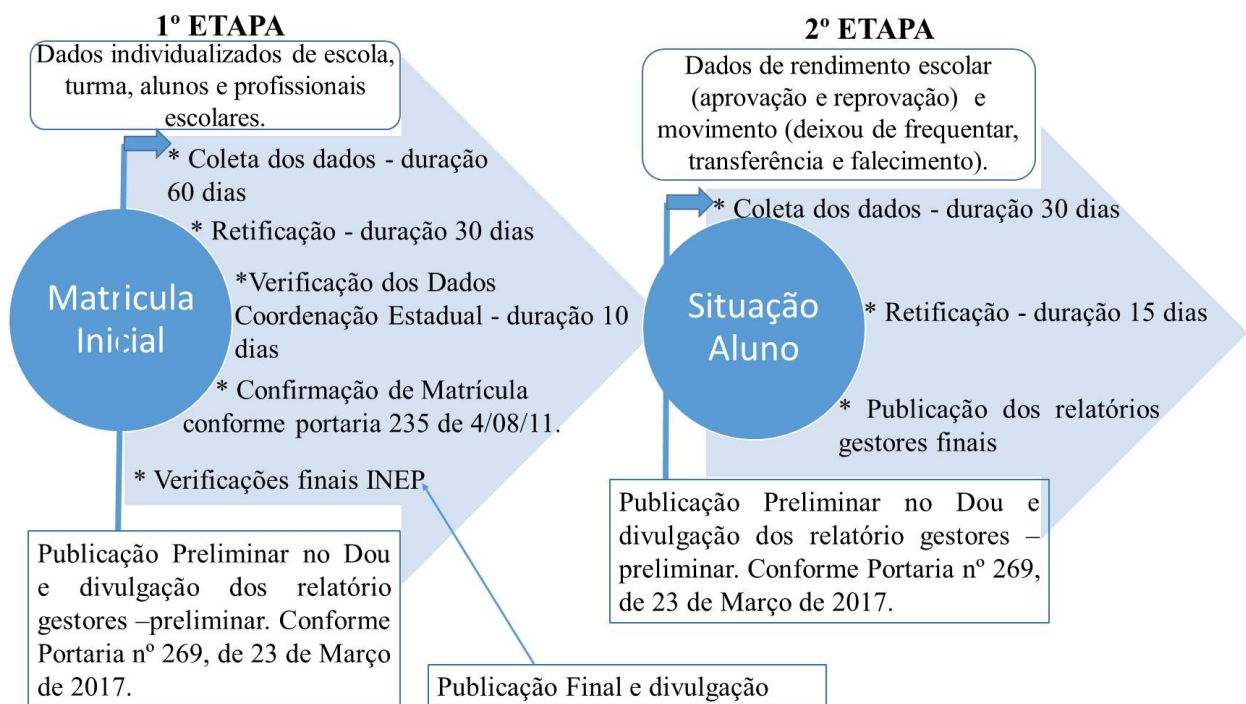
A primeira etapa, denominada “Matrícula Inicial”, tem como data base a última quarta-feira do mês de maio. Essa data foi definida em 2007, pela Portaria nº 264, de 26 de março, estipulada para atender ao calendário nacional de início do ano letivo. Isso significa que serão inseridos no sistema apenas os alunos matriculados e/ou que permaneceram na unidade escolar até essa data. Nessa etapa são inseridos os principais dados da escola, cadastro de turmas, alunos, docentes e cadastro da escola. Com base nesses dados, são enviados os recursos ofertados pelo governo federal.

A segunda etapa, chamada de “Situação Aluno”, acontece no início do ano seguinte, com o preenchimento de informações sobre o movimento (transferências e evasão) e o rendimento (aprovação e reprovação) dos alunos, ao final do ano letivo escolar. Nessa etapa, são inseridos os alunos que entraram na escola após a data base da “matrícula inicial”, ou seja, a escola só consegue inserir alunos que já estão cadastrados. No fechamento da segunda

etapa, são gerados os relatórios gerenciais, que foram utilizados como fonte principal de evidências desta pesquisa.

Para todas as etapas, é definido, na portaria, o cronograma das atividades (Anexo III), informando os períodos de coleta, retificação e fechamento do sistema. Na retificação, o sistema é reaberto para devidas correções por meio de relatórios gerados no sistema e/ou enviados pelo INEP. Esse período também é utilizado para a alteração de dados que foram identificados como incorretos pela equipe da escola. Durante todo o processo de inserção dos dados, o INEP monitora e envia relatórios chamados de “situação das escolas” para que as equipes da Coordenação Estadual, Regional e Municipal possam acompanhar as escolas que ainda não iniciaram as atividades no sistema. O fluxo da figura 2 apresenta as atividades de cada etapa.

Figura 2 – Fluxo das Etapas da Coleta de Dados do Censo Escolar



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Caderno de Estudos do Censo Escolar 2015.

Com ele, percebe-se que as etapas do Censo Escolar são organizadas de formas distintas e que a matrícula inicial tem uma duração maior, pois é nela que são inseridas as principais informações que serão base para a segunda etapa. Durante cada etapa, são gerados diferentes relatórios com objetivo de apresentar aos perfis que utilizam o Sistema Educacenso,

informações dos dados declarados e notificações para correção antes da publicação oficial. Na próxima seção, vamos detalhar os relatórios que são gerados pelo Sistema Educacenso.

1.2.1 Relatórios apresentados no Sistema Educacenso

Nas seções anteriores, vimos que o INEP disponibiliza os relatórios no Sistema Educacenso para que os dados do Censo Escolar possam ser conferidos, antes do fechamento de cada etapa. Assim, tais relatórios podem ser considerados uma ferramenta de conferência, controle e gestão das informações para garantir sua fidedignidade, pois as informações declaradas impactam diretamente nos dados oficiais divulgados pelo INEP/MEC e utilizados para implementar, monitorar e avaliar desenvolver políticas públicas (BRASIL, 2015, p. 109).

Esses relatórios possuem objetivos diferentes e são oferecidos de acordo com os perfis cadastrados no Educacenso. Conforme o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015), eles se dividem em quatro categorias, conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 – Categorias dos relatórios do Sistema Educacenso

Relatórios de perfis	Disponibilizam informações de acordo com o perfil do usuário: INEP, Secretaria Estadual e Municipal de Educação, Coordenação Regional de Educação e Escola.
Relatórios de gestores	São destinados aos gestores estaduais, municipais e órgãos regionais de educação para conferência das informações inseridas pelas escolas. Disponibilizados no período de retificação da matrícula inicial.
Relatório de notificação	Disponibilizados para todos os perfis no período de retificação que apontam incoerências de informações entre os dados do módulo da “Situação do Aluno” do ano anterior e as informações da “Matrícula Inicial” do ano corrente.
Relatórios gerenciais	Comparam as informações das escolas da sua região com os dados de todo o país e não estão acessíveis para o perfil de diretor. Disponibilizados nas duas etapas, mas com informações diferentes.

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015, p.110-112).

Para melhor compreensão do leitor acerca dos diferentes relatórios, vamos detalhar cada um e as informações apresentadas em cada um deles de acordo com cada perfil.

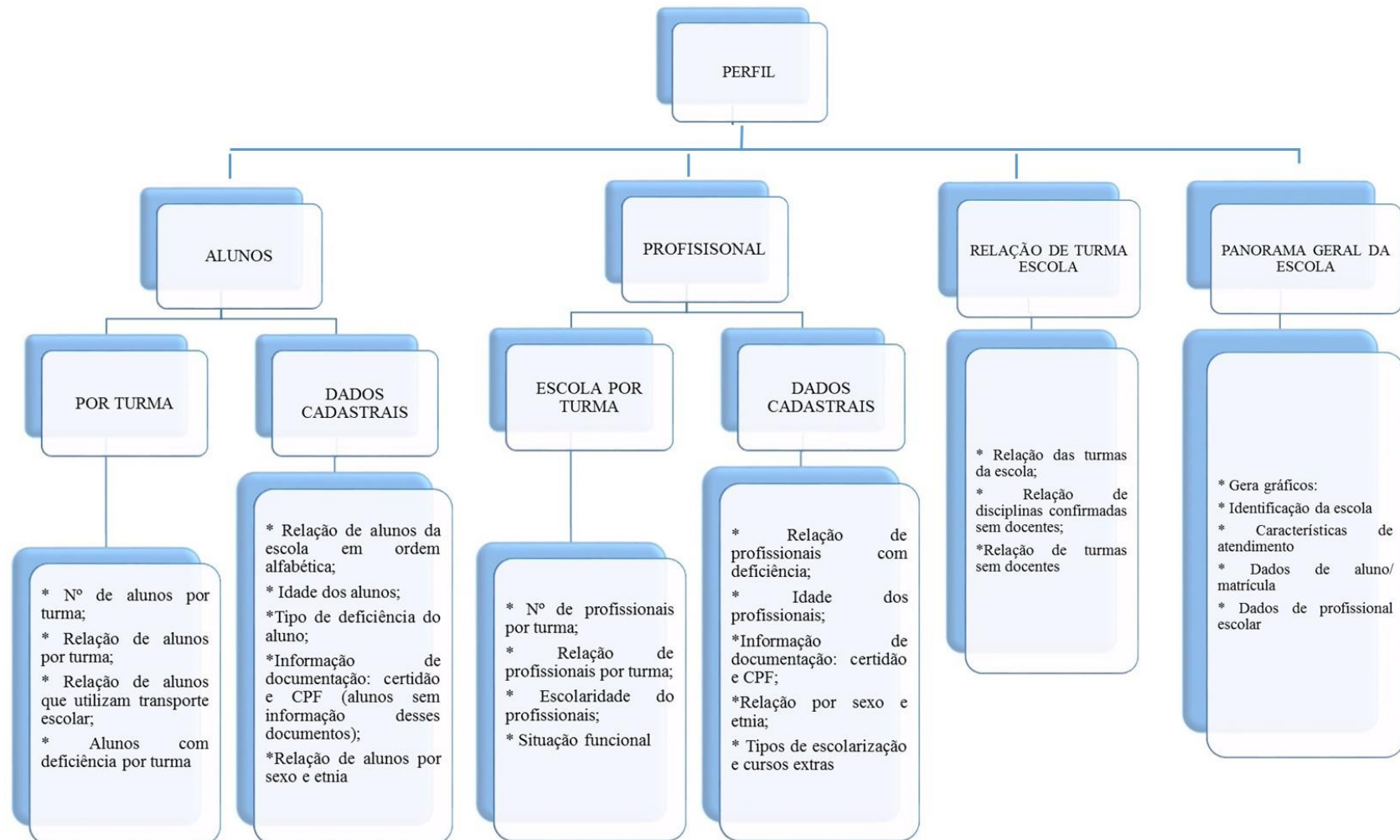
Os relatórios de perfis são utilizados para o acompanhamento dos dados declarados no Censo Escolar. As informações são apresentadas de acordo com o perfil, como, por exemplo: para a escola, é possível visualizar o número de alunos por turma. Os Coordenadores estaduais regionais e municipais podem acompanhar a relação de escolas,

quais estão fechadas, turmas por escola, profissionais etc. O INEP pode visualizar o número de escolas por município. São disponibilizados de acordo com a etapa do Censo Escolar, oferecendo diferentes filtros que apresentam informações detalhadas.

Essas informações podem ser acessadas enquanto a etapa estiver aberta para conferência dos dados inseridos e no dia a dia para que a escola identifique os diferentes perfis de alunos e profissionais. A Secretaria de Educação também pode utilizar os relatórios como fonte de informação, para acompanhar os diferentes perfis de alunos e, até mesmo, deficiências de profissionais por região e escola. Em todos os relatórios, o usuário pode escolher se prefere gerar o arquivo em *PDF* ou no *Excel*. Esses relatórios são gerados com os dados da primeira etapa do Censo Escolar, para que o gestor possa utilizá-los como ferramenta de gestão. Todavia, percebe-se que, em algumas escolas, a equipe pedagógica não tem conhecimento dessas ferramentas.

Para compreender um pouco mais as opções de filtro desses relatórios e por que podem ser utilizados por toda equipe escolar como ferramenta de gestão, vamos apresentar um organograma do relatório de perfil.

Figura 3 - Organograma – Relatório de Perfil



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Sistema Educacenso.

Os relatórios de gestores, como apresentado no quadro 04, são para os gestores estaduais municipais e regionais. Na primeira etapa “Matrícula Inicial”, apresentam informações por escolas; alunos que utilizam o transporte escolar, dados referentes à matrícula inicial por modalidade de ensino, relação dos gestores escolares, escolas extintas e que não preencheram o Censo Escolar. Na segunda etapa, denominada “Situação Aluno”, são disponibilizados dados referentes ao rendimento e movimento dos alunos, comparando com a matrícula inicial nas modalidades EAD, presencial e ensino especializado e a taxa de rendimento do ensino regular.

Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015, p. 111), “essas informações estão diretamente ligadas ao repasse de recurso financeiro pelo governo federal e são disponibilizadas no período de retificação e após publicação do diário oficial”. Elas servem para que todos tenham ciência das informações que serão contabilizadas para o envio de recurso financeiro, como, por exemplo, o Fundeb.

Já o **relatório de notificação** tem o objetivo de apresentar inconsistências verificadas, analisando dados do censo do ano anterior. Apresenta relatórios de alunos informados como aprovados em 2015 (exemplo) que não progrediram para as etapas de ensino seguintes no ano subsequente na mesma rede de ensino; relação de alunos informados como reprovados ou que deixaram de frequentar em 2015 (exemplo) que progrediram ou regrediram de etapa de ensino no ano posterior na mesma rede de ensino. Dessa forma, a escola pode verificar possíveis esquecimentos de inserção de matrículas de alunos na primeira etapa do Censo Escolar. Caso não se corrija numa etapa, existe a possibilidade de correção no ano seguinte, pois as notificações permanecem nas duas etapas.

Por fim, os **relatórios gerenciais** disponibilizam informações que apontam incoerências nas informações declaradas pelas escolas ou na falta de informações. Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (BRASIL, 2015, p.110), “essas informações só podem ser apontadas por meio de análise mais amplas e cruzamentos de dados e tem o objetivo de identificar os casos que precisam ser verificados pelos gestores estaduais, municipais e regionais”. Elas são utilizadas durante o processo de inserção dos dados para acompanhamento e correção.

Durante a primeira etapa, os relatórios gerenciais são para acompanhamento e correções dos dados informados na “Matrícula inicial”, principalmente de alunos que não são inseridos na escolarização (turma regular), mas apenas em atividade complementar ou atendimento educacional especializado. Dentre eles, temos: relação de alunos vinculados somente em turma de atividade complementar; relação de alunos vinculados exclusivamente

em turmas de atendimento educacional; relação de alunos vinculados à escolarização e à Atividade Complementar em horário coincidente (mesma escola) e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) em horários coincidentes.

Na segunda etapa, são disponibilizados relatórios de inconsistência voltados para o cruzamento de dados da “Matrícula inicial” e “Situação Aluno”. No quadro abaixo, serão apresentados o nome e os objetivo de cada um deles.

Quadro 7 - Tipos de Relatório Gerenciais

Relatório	Objetivo
Relação de alunos transferidos no Ensino Fundamental, Médio (modalidade regular) e Curso Técnico Integrado (modalidade profissional) que foram admitidos após apenas como transferidos.	Identificar os alunos que são admitidos na segunda etapa do Censo Escolar “Situação Aluno”, mas informados como transferidos.
Relação de alunos admitidos após em etapa ou modalidade diferente e relação de alunos admitidos após em etapas diferentes ou mais de um nível de escolarização da matrícula inicial.	Identificar alunos que, na matrícula inicial, estavam em uma etapa de ensino e, ao serem admitidos após, na Situação Aluno, são informados em um nível diferente da matrícula inicial.
Relação de alunos admitidos após informados como falecidos.	Identificar os alunos que são admitidos na segunda etapa do Censo Escolar “situação aluno”, mas informados como falecidos.
Relação de alunos informados como falecidos e com rendimento.	Identificar alunos informados como falecidos e informados como aprovados ou reprovados.
Comparativo das informações de escola entre os alunos admitidos após com a matrícula inicial.	Identificar quantos alunos foram transferidos da escola e as matrículas novas.
Relação de alunos transferidos no Ensino Fundamental, Médio (modalidade regular) e Curso Técnico Integrado (modalidade profissional) que NÃO foram admitidos após em nenhuma modalidade.	Identificar alunos que foram informados como transferidos, mas não foram admitidos em outra escola.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015).

Dentre os relatórios gerenciais apresentados, temos o nosso objeto de estudo que está destacado no quadro no relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”. Sendo assim, abordaremos quais informações importantes esse relatório pode apresentar, se analisarmos apenas os dados disponibilizados pelo sistema justificando sua escolha como objeto de pesquisa.

No relatório gerado, identificam-se alunos que pediram transferência no ano letivo, mas cuja matrícula em outra rede de ensino não foi informada no Sistema Educacenso. Dessa

forma, pode-se constatar que esses alunos ficaram fora da escola, representando um possível dado de alunos evadidos. Essa análise gera a pergunta: esses dados realmente apresentam dados fidedignos ou há erros na sua inserção ou no sistema?

Segundo a cartilha do Censo Escolar Módulo Situação Aluno (2017, p. 8), pode ser considerado e informado como transferido:

O aluno que mudou de uma escola para outra mediante um requerimento formal (documento de transferência). Para efeitos do Censo Escolar, reconhece-se também como aluno transferido aquele que mudou de modalidade de ensino na mesma escola. Por exemplo, é considerado transferido o aluno que saiu de uma turma do ensino regular e foi cursar a educação de jovens e adultos.

O relatório mostra que esses alunos não se matricularam em outra escola, ou seja, deixaram de frequentar e, diante disso, podem ser considerados como evadidos. Isso porque, segundo Tavares (2016), a evasão é quando o aluno se matricula e, no decorrer do ano letivo, se afasta ou deixa de frequentar a escola.

Assim, é importante destacar que as informações declaradas no Censo Escolar precisam ser fidedignas. Porém, nesse processo, ainda há obstáculos consideráveis a serem superados. Uma análise da inserção dos dados se mostra relevante para identificar se realmente o *“relatório de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade”* é um retrato da realidade, indicando que esses alunos não deram continuidade nos estudos. Com o monitoramento, percebe-se que, muitas vezes, os alunos transferidos foram matriculados em outra escola, porém a instituição não inseriu essa informação no Censo Escolar. Isso pode ser percebido porque, no relatório da matrícula inicial, o aluno é inserido na série seguinte. Existe, ainda, a possibilidade de ter sido cadastrado outro ID para o aluno. Essa ação gera a duplicidade no cadastrado, prejudicando o acompanhamento individual do aluno e levando à geração dos relatórios de inconsistências. Essas análises serão detalhadas na seção 2.1. Isso posto, a pesquisa busca analisar e identificar se esses alunos foram identificados de forma incorreta no Censo Escolar ou se realmente estão fora da escola.

Analisar esses dados é importante principalmente porque, como apontam Popkewitz e Sverker (2001, p.139), os números não podem ser utilizados como verdades absolutas, sendo preciso entender o contexto e o processo para sua formulação. Por isso, deve ser considerado como essas inconsistências aparecem, investigando todo o processo de inserção dos dados. Somente com uma análise criteriosa pode-se afirmar a existência de problema social de alunos

evadidos, ou seja, alunos considerados transferidos e que, efetivamente, não estão se matriculando em nenhuma outra escola.

Klein (2007) ressalta que, ao longo dos anos, houve modificações no Censo Escolar para conseguir acompanhar e relatar a questão da evasão de forma correta. Hoje, o aluno é acompanhado, desde que a escola insira seu cadastro no Censo Escolar, sendo seus dados acumulados na sua identificação individual (ID). Nesse caso, mesmo que ele saia de um sistema e vá para outro, essa identificação continua a mesma, desde que seja utilizado o mesmo ID para o aluno. Com o monitoramento realizado, percebe-se que ainda existem algumas falhas que podem prejudicar esse acompanhamento e que serão relatadas ao longo do texto como, por exemplo, o aluno possuir dois IDs no sistema Educacenso.

A seção 1.4 abordará os números que aparecem nesse relatório para o município de Cacoal, justificando, assim sua escolha como objeto de pesquisa. Nesta seção, identificamos os diferentes relatórios que são usados no Sistema Educacenso para acompanhamento das ações. Na próxima seção, será discutida a importância do monitoramento junto aos responsáveis pela inserção de dados.

1.2.2 Monitoramento das ações no Sistema Educacenso.

Segundo a Portaria nº 316, de 4 de abril de 2007, MEC/GM, artigo 3º, cabe ao INEP verificar os dados declarados pelos estabelecimentos escolares com base nos procedimentos de controle de qualidade das informações e emitir relatório para correções de inconsistência. Para isso, o sistema disponibiliza, durante o processo de inserção dos dados, ferramentas para a verificação e a correção por meio de relatórios já apresentados na seção anterior. Após o fechamento, ainda acontece, no período de retificação, envio de cruzamento de dados para corrigir e ou acrescentar dados que a escola ou o INEP julgar necessários. No artigo 4º, a portaria define que uma das responsabilidades dos coordenadores estaduais, municipais e regionais é acompanhar e controlar toda a execução do processo censitário.

Portanto, diante dessas atribuições, mostra-se necessário acompanhar as atividades desenvolvidas pelos responsáveis pela inserção dos dados no Sistema Educacenso. O INEP utiliza o cruzamento das informações inseridas no Educacenso para realizar esse controle da veracidade dos dados. A Coordenação Estadual e Regional realiza ações mais sistemáticas de acompanhamento do processo de inserir esses dados até o fechamento. Mesmo que, na Portaria, não se utilize a palavra monitoramento, entende-se que essa ação também é uma atribuição desses atores, pois, segundo Vaitsman *et al* (2006, p. 21), “monitoramento consiste

no acompanhamento contínuo e cotidiano por parte dos gestores”. Sendo assim, para o acompanhamento e o controle, são necessárias ações próximas aos responsáveis pela inserção de dados. Desse modo, o monitoramento deve ser realizado ao longo do processo, utilizando as ferramentas do Sistema Educacenso e *in loco* para verificar como é realizada a inserção e a conferência dos dados. Os principais responsáveis por esse contato direto são os Coordenadores Estaduais e Regionais.

Essas ações ocorrem para garantir que os dados sejam os mais fidedignos, principalmente porque esses dados também são utilizados para monitoramento de políticas públicas. Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar (2015, p. 22):

A finalidade de qualquer censo é levantar dados estatísticos capazes de exibir o panorama de uma determinada área em um dado momento histórico e, a partir desse panorama, prover subsídios para a análise, formulação, planejamento, implementação, **monitoramento**, acompanhamento, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.

O monitoramento, para Vaitsman *et al* (2006, p. 21), “é realizado por meio de indicadores, produzido regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados”. Sendo assim, o Censo Escolar se confirma como ferramenta para o monitoramento, pois possibilita a visualização desses indicadores sobre a educação anualmente. Portanto, há necessidade de monitorar como os dados são inseridos no sistema.

O INEP também realiza por amostragem o monitoramento *in loco*. As escolas e Estados são definidos utilizando os relatórios de inconsistências ou através de indicação dos coordenadores estaduais. Nesse monitoramento, as escolas precisam comprovar as informações inseridas no Sistema Educacenso com documentos legais, como atas de resultados finais, registro de matrícula e outros documentos que garantem a fidedignidade dos dados.

Nessa ação realizada pelo INEP, em parceria com os coordenadores estaduais, podemos observar o conceito de monitoramento apresentado por Vaitsman *et. al* (2006, p. 21).

O conceito de monitoramento encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida qualitativa, por meio da qual

gestores, pesquisadores ou outros agentes podem verificar como a implementação está sendo realizada.

Podem-se verificar essas duas ações no monitoramento dos dados inseridos no Educacenso. Enquanto o interno é realizado e disponibilizado principalmente pelo INEP, os presenciais são realizados com maior frequência pelos Coordenadores Estaduais, Regionais e Municipais. Essas ações são importantes porque, como já abordado, o Censo Escolar é utilizado como ferramenta de implementação e monitoramento de políticas públicas. Por meio dos dados publicados, chamados de Notas Estatísticas do Censo Escolar, pode-se verificar se a política pública implementada está tendo êxito. Com uma política de correção de fluxo, com os dados do Censo Escolar, por exemplo, podem-se identificar os alunos que estão em distorção idade série e, dessa forma, avaliar se a política está diminuindo esses casos. Mas, para isso, é preciso que as informações sejam inseridas de forma correta, tornando o monitoramento e o acompanhando do processo uma ação relevante para perceber se os dados são conferidos após a inserção no sistema. Um erro de digitação no ano de nascimento do estudante, por exemplo, pode gerar um relatório de distorção que não condiz com a realidade.

Para que os dados sejam inseridos de forma correta e para realização do monitoramento, é necessário conhecer o Censo Escolar como política e as funcionalidades do Sistema Educacenso. Portanto, na próxima seção, serão abordadas as propostas de formação continuada para a utilização do Sistema Educacenso e as propostas de divulgação do Censo Escolar para a comunidade, bem como para os responsáveis pela inserção de dados.

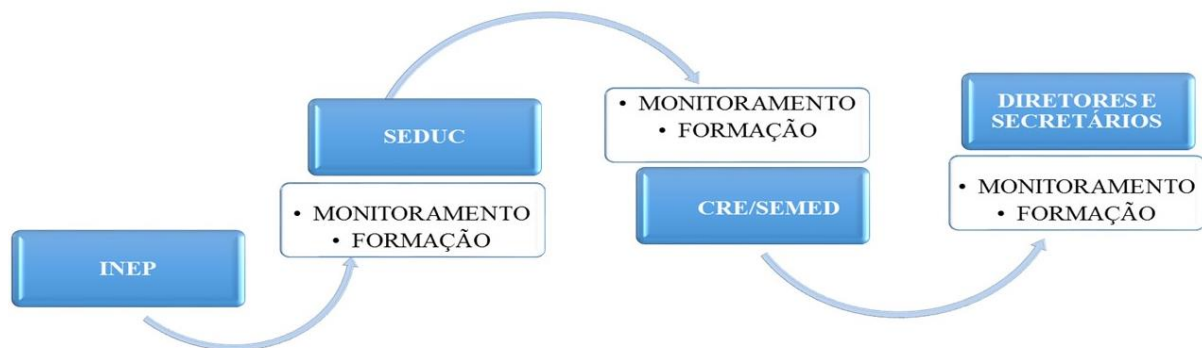
1.3 Curso de formação para compreensão do Censo Escolar

Diante da importância do preenchimento correto do Educacenso, o INEP tem se dedicado a realizar cursos de formação sobre o Censo Escolar, tendo como público-alvo os coordenadores das secretarias estaduais e municipais, diretores, conselheiro escolar e comunidade em geral. Sendo assim, esta seção vai abordar como são ofertadas essas formações em âmbito nacional.

Antes de iniciar cada etapa do Censo Escolar, o INEP realiza formações com os Coordenadores da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), nas quais é ensinado o funcionamento do Sistema Educacenso por meio da apresentação dos formulários de cadastro da escola, cadastro de aluno, cadastro de turmas e cadastros de profissionais, que são as abas existentes no sistema. São repassados aos Coordenadores Estaduais os critérios para inserção das informações e o cronograma de prazos. Os Coordenadores Estaduais repassam esse

treinamento para os Coordenadores Regionais, que estão nas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) de cada município, e para os técnicos responsáveis pelo Censo Escolar da Secretaria Municipal. Em seguida, os Coordenadores Regionais das CREs e da Secretaria Municipal de Educação (Semed) realizam as formações com os gestores e responsáveis pela inserção dos dados na escola. O fluxograma (figura 4) a seguir apresenta quem é o responsável pela formação e pelo monitoramento das ações.

Figura 4 – Fluxograma dos responsáveis pela formação e monitoramento do Censo Escolar



Fonte: Elaborado pela autora

Analisando o fluxograma, podemos observar que existe uma espiral de responsáveis para que a informação chegue até o ator final, que é quem alimenta o Sistema Educacenso. Esse modelo pode levar a perdas de informações durante o processo, fazendo, dessa forma, que o receptor final não tenha a orientação apresentada como a inicial, o que é chamado popularmente de *telefone sem fio*. Para diminuir esse impacto, o INEP disponibiliza tutoriais de cada etapa no *Youtube*, no canal do Censo Escolar, e cartilhas com orientações para o preenchimento, que são repassadas diretamente aos responsáveis pela inserção dos dados, utilizando as mídias e e-mails cadastrados no INEP.

Sabendo da importância do Censo Escolar, o MEC oferece, por meio do Programa Formação pela Escola,¹³ criado pelo FNDE e organizado pela Resolução CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, que “dispõe os critérios de implementação e execução do Programa

¹³ O Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola – desenvolvido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Autarquia do Ministério da Educação (MEC), tem por objetivo principal capacitar os agentes, operadores, parceiros e conselheiros envolvidos com a execução, acompanhamento, avaliação e prestação de contas das ações e programas financiados com recursos do orçamento do FNDE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola/formacao-pela-escola-cursos-ofertados/item/7956>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), assim como estabelece os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006”. Assim, oferece o curso sobre Censo Escolar da Educação Básica Sistema Educacenso, que tem como principal objetivo capacitar profissionais da educação, conselheiros e cidadãos para o correto preenchimento, acompanhamento e controle social das informações do Censo Escolar da Educação Básica, conscientizando-os sobre a importância do preenchimento cuidadoso e fidedigno dos dados.

Um programa de formação continuada, na modalidade à distância, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. (FNDE, s/d)¹⁴

Como pontuado nos objetivos, o curso, que tem como público-alvo a comunidade em geral, é oferecido gratuitamente pelo Tutor do Programa Formação pela Escola de cada CRE ou município. O curso é *on-line*, com carga horária de 60h e duração de 30 dias, período no qual acontecem dois encontros presenciais, realizados normalmente no início e no final do módulo. A plataforma é dividida seguindo as unidades da Cartilha do Caderno de Estudos do Censo Escolar. O curso é dividido em cinco seções: Unidade I – Censo: fonte indispensável para estabelecer políticas públicas; Unidade II Conhecendo o Censo Escolar; Unidade III – Informações coletadas pelo Censo Escolar; Unidade IV – Funcionalidades do Sistema Educacenso; Unidade V – Censo Escolar: Políticas Públicas e Controle Social. O cursista pode ir realizando as atividades na plataforma *on-line*, que é interativa, ou pode fazer conforme a sua disponibilidade de leitura *off-line*, fazendo o *download* da Cartilha. Ao final de cada seção, deve ser realizada uma atividade avaliativa *on-line* e, ao término do curso, deve ser entregue um plano de ação (Anexo II) das atividades para realização da inserção dos dados do Censo Escolar. Os tutores, que geralmente atuam nas Coordenadorias Regionais de Educação ou nas secretarias municipais, são, em sua maioria, professores ou supervisores escolares. Segundo o site do FNDE, nos programas de formação, os tutores devem atender aos seguintes requisitos:

Ser, preferencialmente, professor efetivo da Secretaria de Educação;
Conhecer as ações do FNDE, ter conhecimento de informática (navegação

¹⁴ FNDE. Programa Formação Pela Escola. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>. Acesso em: 01 dez. 16.

na internet e Office); conhecer e ter experiência em EaD. Ele também pode ser um servidor efetivo da carreira de assistência/ apoio a educação ou estar vinculado a outras secretarias do município, com o mesmo perfil do professor (conhecer as ações do FNDE, preferencialmente conhecer e ter trabalhado com educação a distância e possuir conhecimentos de informática). Por não ser professor, NÃO receberá bolsa do Programa (FNDE s/d).

Após finalização de cada curso, os tutores são avaliados no sistema pelos cursistas. A certificação só é impressa por meio do sistema.

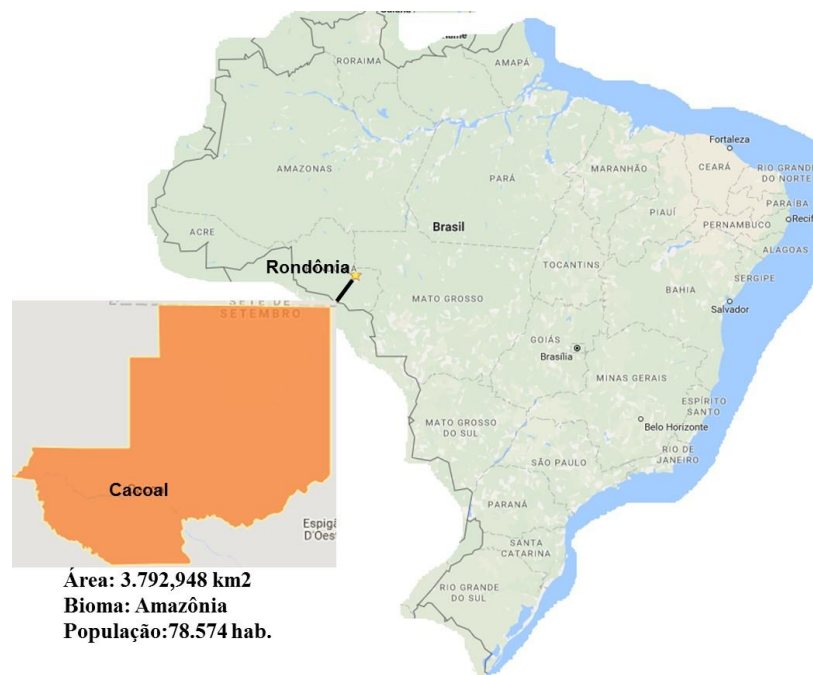
Sendo assim, percebe-se que são proporcionadas diversas ferramentas para que os responsáveis pela inserção dos dados e até mesmo a comunidade conheçam os objetivos do Censo Escolar e como se dá o processo de inserção dos dados. Mesmo o sistema sendo autoexplicativo e possuindo cartilhas e tutoriais com orientações, o INEP disponibiliza as formações que vão sendo realizadas antes do início de cada etapa, garantindo, caso tenha havido troca de gestor, que ele esteja preparado para usar o sistema.

Na seção 1.4 faremos um panorama da Cidade de Cacoal (RO), município cujos dados são analisados no estudo, apresentando suas redes de ensino, alguns dados sociodemográficos e econômicos, abordando também a realização do Censo Escolar na cidade.

1.4 Panorama das redes de ensino em Cacoal (RO) e a realização do Censo Escolar

Cacoal, cujo nome surgiu pela quantidade de cacau existente na região, foi fundada na década de 1960, com a abertura da BR-364, no Estado de Rondônia, tendo tido sua emancipação em 1977. Está localizada a 481 km de distância da capital Porto Velho e a população estimada para 2017 é de 88.507 habitantes. Suas principais atividades econômicas são: serviços, indústria e agropecuária (IBGE, s/d). Para melhor visualização da localização do município, a figura 5 destaca Cacoal no mapa do Brasil e do Estado de Rondônia.

Figura 5 – Mapa do Brasil e localização de Cacoal (RO)



Fonte: Desenvolvido pela autora baseado nos dados do IBGE Mapas.

Cacoal possui 58 escolas que ofertam a Educação Básica. Destas, 24 são municipais, que ofertam da Educação Infantil ao Ensino Fundamental anos finais; 24 são estaduais, atuando com o Ensino Fundamental e Ensino Médio e indígena; sete são da rede privada, divididas na oferta de Educação Infantil ao Ensino Médio; um Instituto Federal que atende ao Ensino Médio com técnico concomitante; uma Escola Agrícola com ensino propedêutico com oferta de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio e um Centro de Reabilitação Neurológica Infantil - CERNIC¹⁵.

Segundo a Sinopse do Censo Escolar no Ensino Superior de 2015, Rondônia possui 31 instituições de Ensino Superior. Cacoal possui nove instituições, sendo uma universidade federal, um instituto federal, três escolas de ensino profissional técnico, quatro faculdades privadas e uma de educação a distância, oferecendo um total de 32 cursos¹⁶, sendo a oferta do Ensino Superior uma das principais atividades econômicas da cidade. A próxima seção

¹⁵ Dados referentes à Sinopse Estatísticas da Educação 2016.

¹⁶ Nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, ofertadas também pela Univ. Federal e Tecnologia em Agronegócio, Zootecnia e Matemática, oferecidas pelo Instituto Federal. Os outros cursos, oferecidos por universidades privadas, são: Psicologia, Biomedicina, Engenharia de Produção, Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Sistemas de Informação, Gastronomia, Letras, Pedagogia, Arquitetura e Urbanismo, Nutrição, Medicina Veterinária, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Educação Física, Química (licenciatura), Geografia (licenciatura), Física, Gestão Ambiental, Gestão de Agronegócios e Ciências Biológicas.

apresentará as características do atendimento educacional das escolas da rede estadual de ensino de Cacoal.

1.4.1 Rede Estadual de Ensino

Como já abordado, Cacoal possui 24 escolas estaduais de Educação Básica. Neste ponto, vamos conhecer um pouco mais sobre o seu atendimento.

As escolas de Cacoal possuem, em sua maioria, uma boa estrutura física, com salas de aulas e prédios pintados e conservados. Todas as salas têm ar condicionado, apenas duas escolas não têm quadra coberta, todas possuem laboratório de informática, biblioteca. A equipe gestora da escola é composta pelo diretor, vice-diretor, secretário, supervisor e orientador escolar – essas duas últimas funções sendo definidas por concurso público.

Todas as escolas estaduais possuem Conselho Escolar. Os recursos são vinculados na Conta do Conselho Escolar, eleito após a posse do diretor e vice, que também são escolhidos através de indicação popular. Os secretários escolares são escolhidos pelos diretores e nomeados pelo Secretário de Educação com portaria específica. As escolas, para atender à demanda da cidade, apresentam características diferentes, conforme será apresentado no quadro 8.

Quadro 8 – Tipo de atendimento das Escolas Estaduais de Cacoal/RO

ESCOLAS	LOCAL	ETAPA
9 Indígenas	Aldeia	Ensino Fundamental e Médio, multisseriada.
1 (EJA)	Urbana	Ensino Fundamental e Médio, modular e seriado.
1 EJA e Ens. Regular	Urbana	Ensino Fundamental e Médio atendimento EJA
10 escolas de Ensino Regular	Urbana	1 atende apenas ao Ensino Fundamental anos iniciais
		7 atendem ao Ensino Fundamental.
		1 atende exclusivamente ao Ensino Médio
	Urbana/Rural	1 atende exclusivamente ao Ensino Médio regular do campo;
3 escolas de Tempo Integral	Urbana	2 atendem ao Ensino Fundamental Anos Finais em tempo integral por meio do Projeto Guaporé, criado pelo Governo de Rondônia, também atendem ao Ensino Médio Regular.
		1 atende em tempo integral exclusivo ao Ensino Médio com a implementação do Projeto Novo Tempo ¹⁷ .

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria Estadual de Educação.

¹⁷Instituída pelo programa do Governo Federal para fomento da implementação da Educação Integral no Ensino Médio, por meio da Lei Complementar nº. 940, de 10 de abril de 2017, que institui o Programa Escola do Novo Tempo, no âmbito do Estado de Rondônia.

Até aqui, foi possível conhecer a rede estadual de ensino no município de Cacoal. Na próxima subseção, será relatado o processo de acompanhamento dos dados inseridos no Censo Escolar por meio da SEDUC e CRE.

1.4.2 Acompanhamento e monitoramento dos dados inseridos no sistema

Em 2017, iniciaram-se os trabalhos de monitoramento do Censo Escolar em Cacoal, o que ocorreu entre 01/02 e 17/03, acompanhando-se a inserção dos dados da segunda etapa “Situação Aluno” de 2016. Essa etapa, como já mencionado, acontece sempre no início do ano anterior. O monitoramento foi realizado via relatórios do sistema, informando às escolas por e-mail ou mensagens, acompanhando os prazos para inserção dos dados. Já o monitoramento *in loco* foi realizado com agendamento pré-estabelecido junto às escolas. Nessa ação, realizou-se conferência comparando as atas de resultados finais dos alunos com os dados informados no Educacenso, com o responsável pela inserção dos dados de cada escola e com registros em instrumento de monitoramento desenvolvido pela autora (Anexo VIII). O instrumento foi desenvolvido para facilitar o registro do trabalho de acompanhamento da inserção dos dados, formalizando as orientações dadas aos responsáveis da escola.

Para a primeira etapa de 2017, denominada Matrícula Inicial, também foi organizado um cronograma (Anexo V) de visitas e um instrumental (Anexo VI) que possibilitasse acompanhar o preenchimento de todos os formulários antes do fechamento do sistema, que ocorreu em 31 de julho. Com esse trabalho, pôde-se perceber que, muitas vezes, os dados inseridos não são conferidos e que ainda existem muitos erros de inserção que podem ser solucionados com a conferência prévia.

Por meio do Memorando Circular nº 438 - 2017/GCAE/DGE/SEDUC (Anexo VII), foi informado ao Coordenador Regional do Censo Escolar e ao Coordenador Regional de Educação sobre o período de realização da inspeção *in loco*, chamada de “Força Tarefa” para a Matrícula Inicial 2017, nas Escolas da Rede Estadual, agendada para 28 de agosto de 2017. Essa ação, financiada em parceria com o INEP, teve o objetivo de reduzir os alunos que estão no Censo Escolar, mas são alunos infrequentes e que possivelmente seriam alunos do relatório de transferidos e não admitidos na segunda fase, além de corrigir outros erros que não foram detectados.

Sendo assim, o Secretário Estadual de Educação requisitou e instruiu membros de diversas áreas da Seduc para acompanhar cerca de 80% das escolas de Rondônia. Por meio do diário eletrônico, eles filtram os dados cadastrais dos alunos e a frequência até 31/05 para comparar os dados informados no Censo Escolar. Em Cacoal, muitos desses alunos foram identificados com o trabalho já realizado pela Coordenação Regional por meio do monitoramento inicial, não havendo, assim, grandes correções pela equipe da força tarefa, o que reforça a importância do monitoramento junto às escolas realizado pela Coordenação Regional.

Na seção 1.3 foi detalhado como ocorrem as formações via INEP e quais os recursos são disponibilizados. Na próxima subseção, será abordado como aconteceram as formações no Estado de Rondônia e, mais especificamente, no município de Cacoal.

1.4.3 Processo de formação para inserção dos dados do Censo Escolar no Sistema Educacenso no Estado de Rondônia e em Cacoal

Em Rondônia, as formações seguiram o cronograma publicado pelo INEP, ocorrendo antes do início de cada etapa. Diante disso, em fevereiro de 2017, antes de abrir o Sistema Educacenso para início da segunda etapa do Censo Escolar 2016, foi ofertada por um técnico da Seduc a formação para inserção dos dados referentes à “situação aluno” de rendimento e movimento, para o público alvo, os diretores e secretários escolares de Cacoal.

Nos dias 3 e 4 de maio, aconteceu o Treinamento do Censo Escolar Matrícula Inicial de 2017 para todos os coordenadores municipais e regionais em Porto Velho com a equipe da Seduc. No dia 30 de maio de 2017, um dia antes da abertura do Sistema Educacenso para a primeira Etapa do Censo Escolar denominada “Matrícula Inicial”, foi ofertada formação de 4 horas, acompanhada por técnica da Seduc, com diretores, secretários, orientadores, coordenadores de programas e professores da Sala de Atendimento Educacional Especializado. A formação ocorreu em dois momentos: na primeira etapa, com todos, para falar do objetivo e da importância do Censo Escolar como ferramenta de planejamento estratégico da escola e do papel de cada um dos presentes na inserção dos dados; no segundo momento, foi trabalhado o preenchimento dos formulários das abas do Sistema Educacenso com os diretores e secretários, ocasião em que também estiveram presentes os secretários das escolas privadas. A figura 6 ilustra a realização da primeira formação realizada pela Coordenadora Regional.

Figura 6 – Curso de Formação do Censo Escolar – Matrícula Inicial – Cacoal (RO)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Como proposta de mobilização e divulgação do Censo Escolar nas unidades de ensino, foi sugerido que cada escola fizesse um mural com informações para a comunidade sobre o Censo Escolar e sobre o início das atividades no sistema. Para isso, foi enviado um slide com sugestão de informações importantes para a confecção dos murais. Das 16 escolas estaduais, 12 confeccionaram o mural e enviaram a foto. As fotos foram expostas no dia da formação para todos os participantes, conforme mostra a figura 7.

Figura 7 – Exposição das fotos dos murais confeccionados pelas escolas – Cacoal (RO)



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Buscando melhorar a eficiência das informações, a oferta de formação também aconteceu em outros momentos. Para tanto, o Coordenador Estadual do Censo Escolar solicitou, em 2016, a adesão junto ao FNDE do curso “Censo Escolar da Educação Básica: Sistema Educacenso”, ofertado pelo Programa Formação pela Escola, como abordado na seção 1.3.

Para identificar a adesão dos principais atores envolvidos na inserção dos dados do Censo Escolar, em conversa informal com a tutora do programa em Cacoal, no final de 2016, foram solicitados os dados referentes ao público alvo nos cursos.

Diante dos números, pudemos destacar que houvera pouca adesão dos diretores nessa formação. Como eles são os atores principais, pois declaram as informações, deveriam ter maior conhecimento do funcionamento do sistema e da utilização dos dados do Censo Escolar para definição de políticas públicas e envio de recursos, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1– Comparativo da demanda de atores ligados ao Censo Escolar com os concluintes do Curso de Formação pela Escola: Censo Escolar

ESCOLA	QUANTIDADE DE PESSOAS APTAS AO CURSO CENSO ESCOLAR		QUANTIDADE DE PESSOAS QUE CURSARAM		
	DIREÇÃO	SECRETÁRIO	DIREÇÃO	SECRETÁRIO	OUTROS SERVIDORES
Manga	2	1	0	0	0
Graviola	2	1	0	1	1
Banana Nanica	2	1	0	0	1
Café	2	1	0	1	1
Cupuaçu	2	1	1	1	0
Jambo	2	1	0	1	0
Cacau	2	1	0	1	1
Buriti	2	1	0	1	1
Açaí	2	1	0	0	0
Araçá boi	2	1	0	1	2
Jatobá	2	1	0	1	4
Pupunha	2	1	1	1	2
Limão Thaiti	2	1	0	0	0
Carambola	2	1	0	1	2
TOTAL	28	14	2	10	15

Fonte: Elaborado pela autora com os dados do Sistema de Informação do Programa Formação pela Escola - Sife

As formações são imprescindíveis para que o usuário tenha mais conhecimento da importância do processo e na utilização do sistema e, em consequência, possa minimizar os erros. Na subseção 1.4.4 serão detalhados os principais relatórios disponibilizados pelo sistema, apresentando os dados do município de Cacoal voltados, principalmente, para os relatórios gerenciais.

1.4.4. Principais inconsistências no Censo Escolar de Cacoal apontadas no relatório de Alunos Transferidos e não Admitidos Após em Nenhuma Modalidade.

Na seção 1.2.1 foram expostos os relatórios disponibilizados pelo Sistema Educacenso apresentando o relatório de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade como objeto de estudo, que é um relatório gerencial. Os dados aqui demonstrados justificam o porquê do tema para a pesquisa, bem como contribuem para apontar as evidências encontradas. O quadro 9 apresenta informações de Cacoal para cada relatório gerencial.

Quadro 9 – Relatórios gerenciais e as informações do Município de Cacoal

Relatório	Informações de Cacoal
Relação de alunos transferidos que foram admitidos após apenas como transferidos.	Em Cacoal não houve ocorrência. Pode ser corrigida no período de retificação.
Relação de alunos admitidos após em etapa ou modalidade diferente e relação de alunos admitidos após em etapas diferentes ou mais de um nível de escolarização da matrícula inicial	Nesses dois relatórios pode ser que o aluno tenha saído do regular e ingressou na EJA. Ou o aluno está na escola, mas houve erro na informação.
Relação de alunos admitidos após informados como falecidos.	Não houve ocorrência em Cacoal. Só devem ser admitidos após alunos ativos.
Relação de alunos informados como falecidos e com rendimento.	Não houve inconsistência em Cacoal.
Comparativo das informações de escola entre os alunos admitidos após e a matrícula inicial.	Os dados estavam de acordo com a realidade escolar.
Relação de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade.	O relatório apresenta um número considerável de alunos nessa situação.

Fonte: Elaborado pela autora

O relatório em destaque será nosso objeto de estudo, pois está informando a quantidade de alunos que estão fora da escola, mas que não estão sendo contabilizados como evadidos. Em Cacoal, os relatórios gerenciais de “alunos transferidos e não admitidos após” apontam que os números vêm diminuindo, como podemos visualizar na tabela 2.

Tabela 2 – Quantitativo apresentado no Relatório Gerencial de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade

ANO	NÚMERO DE ALUNOS	
	CACOAL	ESCOLAS ESTADUAIS
2014	953	522
2015	1009	409
2016	514	372

Fonte: Elaborado pela autora baseado nos Relatórios Gerenciais do Censo Escolar

A diminuição se dá pelo monitoramento feito nas escolas procurando identificar os possíveis erros de inserção nos dados. Esses dados ainda são preocupantes, pois, segundo dados preliminares, em 2016, havia 14.396 estudantes com essa inconsistência no Estado. O relatório também demonstra que, em Cacoal, as escolas com maior índice de não admitidos estão no Ensino Médio. Em uma única escola que atende ao Ensino Médio, o relatório apresentou 100 alunos que foram transferidos e que não constavam como admitidos após em nenhuma modalidade.

Em reunião realizada no dia 14 de março de 2017, com os supervisores e orientadores das oito escolas que atuam no Ensino Médio, foi diagnosticado que eles não têm acesso a esses relatórios de inconsistências. Dessa forma, desconheciam o número de alunos que são transferidos e não foram matriculados em outra escola. Percebe-se, então, que a equipe escolar não participa das informações inseridas e geradas pelo sistema, dando a entender que apenas o secretário e diretor têm acesso às informações.

Uma das fragilidades que o sistema possui é a possibilidade de cadastrar vários IDs para o mesmo aluno, uma vez que, no processo de cadastramento, ainda não se vincula tal variável com o Cadastro de Pessoa Física - CPF. Em 2016, só em Rondônia, 4.275 alunos tiveram cadastros duplicados, sendo que em Cacoal foram 226 dos quais 127 são de escolas estaduais. Pode ser que alguns desses alunos que estão no relatório como não matriculados em

outra unidade de ensino, tenham sido cadastrados com outro ID. Isso acontece porque, ao digitar errado uma letra ou o ano de nascimento, o sistema já aceita outro cadastro mesmo com o mesmo nome de pais. Em Cacoal, foi sugerido que, na transferência, seja informado o ID do aluno do Censo Escolar para facilitar a admissão na outra unidade de ensino.

Outra fragilidade do sistema é que os alunos que não são cadastrados na primeira etapa não poderão ser incluídos na etapa seguinte. Em Cacoal nos deparamos com 26 alunos que não estavam cadastrados na matrícula inicial e não puderam ser admitidos após na segunda etapa, o que fez com que esses alunos não tenham sido contabilizados no sistema. Essa inconsistência não faz parte do campo de pesquisa, mas acontece por falha na inserção dos dados ou, ainda, devido à data base do Censo Escolar.

Em 2016, foi realizada uma pesquisa de análise documental para apresentação das evidências deste caso de gestão. A partir desses dados, foram realizadas algumas ações para tentar diminuir a quantidade de alunos apresentadas no relatório. Para isso, no período de fechamento da segunda etapa do Censo Escolar do ano, foram enviados para todas as escolas os relatórios gerenciais de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade, para que a escola comunicasse o destino da transferência informado pelo responsável. Com essa informação e utilizando o sistema de diário eletrônico, foi possível identificar alunos que estavam matriculados em outra escola, mas ainda não haviam sido inseridos no Censo Escolar. Com isso, houve uma redução significativa no número de alunos, conforme apresentado na tabela 3, que também traz o número de matriculados e transferidos por escolas no ano de 2016.

Tabela 3 – Resultado do monitoramento realizado para reduzir o número de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade

NOME FICTICIO DA ESCOLA	ETAPA	MATRIC.	TRANSF.	REL. DE NÃO ADMIT. APÓS. GERADO EM 02.03.17	REL. DE NÃO ADMIT. APÓS GERADO EM 26.06.17
Manga	E.F	241	34	9	9
Graviola	E.F. II E EJA	1186	82	36	20
Banana Nanica	E.F	868	57	19	19
Café	E.F e E.M.	777	70	74	39

Cupuaçu	E.F	857	52	36	25
Jambo	E.F e E.M.	340	31	31	11
Cacau	E.M. Campo	959	136	147	103
Buriti	E.M	675	63	60	31
Açaí	E.F	489	52	14	14
Araça Boi	E.F	536	54	21	17
Jatobá	E.F	450	49	19	16
Pupunha	EM	631	58	70	34
Limão Thaiti	E.F	467	48	16	12
Jambu	E.F. I	437	32	3	3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de recibo e gerenciais¹⁸ do Censo Escolar

Observa-se que, em algumas escolas, essa ação reduziu significativamente o número de alunos que eram apresentados como transferidos e não admitidos. Foram detectados que alguns alunos não haviam sido inseridos na outra escola por falta de conferência ou por terem sido inseridos com outro ID. Nesse caso, foram identificados os casos e enviados para que o INEP pudesse excluir a duplicidade. Em uma única escola, 24 alunos desistentes e dois reprovados por falta estavam informados no Censo Escolar como transferidos. Com a comparação dos dados do Censo Escolar e do diário eletrônico, foi possível identificar esses casos e corrigir antes do fechamento.

Não foram explicitadas na tabela escolas que atendem apenas à EJA; escolas indígenas que atendem com classe multisseriada e a de Ministro Andreazza, que, apesar de ser da jurisdição da CRE de Cacoal, está situada no município vizinho.

Das escolas apresentadas, podemos perceber que aquelas que atendem ao Ensino Médio e a escola que atende ao Ensino Médio do campo possuem um maior número de alunos que foram transferidos e não foram admitidos no ano corrente em outra unidade de ensino no Censo Escolar.

A partir dos dados obtidos, para fins de aprofundamento, no segundo capítulo, será realizada a análise comparativa de três escolas para investigar por que as inconsistências acontecem. O critério para escolha das escolas apresentadas foi o maior número de inconsistências no “Relatório de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade”. Para que pudéssemos ter um panorama da Educação Básica, a investigação foi

¹⁸ Os relatórios de recibo apresentam as matrículas e as transferências e os gerenciais apresentam os dados dos alunos admitidos após o início do ano letivo.

realizada em escolas que atendem a diferentes etapas. Se utilizássemos apenas o critério de maior número de alunos, só teríamos como público-alvo escolas do Ensino Médio.

Com o objetivo de familiarizar o leitor com as três escolas escolhidas, será apresentado o número de turmas ofertadas em cada uma delas, baseado nos dados da sinopse estatística do Censo Escolar 2016.

A Escola Cacau está localizada no centro de Cacoal. É uma das maiores escolas da cidade. Já ofertou Ensino Fundamental em anos anteriores, mas, com o reordenamento, desde 2016, atende exclusivamente a alunos do Ensino Médio nos três turnos. Em 2016, a escola tinha 45 turmas, sendo que 20 eram do Ensino Médio do campo, que estão situadas em escolas municipais na zona rural, além de duas turmas da correção de fluxo escolar.

A Escola Café, localizada num bairro periférico da cidade, é contemplada, desde 2014, pelo Projeto Guaporé do Governo de Rondônia e tem a carga horária ampliada para os alunos do Ensino Fundamental anos finais. A escola funciona nos três turnos e atendeu, em 2016, a 26 turmas, sendo que nove eram do Ensino Fundamental, 13 do Ensino Médio e quatro da correção de fluxo escolar.

A Escola Cupuaçu está situada próximo ao centro da cidade, já atendeu a todos os níveis de ensino, porém, em 2016, com o reordenamento, ficou apenas com o Ensino Fundamental. Nesse ano, atendeu a 31 turmas, sendo que 14 são dos anos iniciais, 16 são dos anos finais e uma é de correção de fluxo escolar.

Sendo assim, a pesquisa apresentada no segundo capítulo buscou explicar essas inconsistências.

2 CENSO ESCOLAR COMO FONTE DE INFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada por meio da análise documental, entrevistas e questionário do *Google docs*, conforme já detalhado na introdução deste trabalho, dialogando sempre com as reflexões teóricas apresentadas em quatro grandes eixos de análises, que seguem desenvolvidos em quatro seções do capítulo. O eixo 01 (seção 2.1) - os sistemas educacionais e a descentralização das ações - foi desenvolvido tendo em vista que a ferramenta do Educacenso é uma forma de descentralizar a coleta de dados sobre a educação. Na seção 2.2 vamos discutir, por meio dos resultados da pesquisa, o segundo eixo de análise - os direitos de aprendizagem: um olhar sobre a garantia de acesso e permanência no município de Cacoal -, já que o relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” nos remete à permanência e à continuidade de educação, que é uma obrigação do Estado e um direito do estudante. Dando continuidade, na seção 2.3, serão discutidas as características da cultura organizacional e da gestão escolar do município de Cacoal (eixo 03) e como isso influencia na utilização do Sistema Educacenso e na implementação do Censo Escolar. E, por fim, na seção 2.4, vamos tratar do controle social e da atuação dos Conselhos no município de Cacoal (eixo 4) e o que pode ser feito por meio dos dados do Censo Escolar, utilizando as ferramentas do Educacenso e os resultados da pesquisa sobre esse controle social.

2.1 – Sistemas educacionais e descentralização

Para compreender a atual estrutura educacional, faz-se necessário entender como se organiza o Estado a partir do modelo federativo instituído em nossa Constituição e identificar características desse modelo na política do Censo Escolar. Para Abrucio (2010, p.37), essa compreensão inicial se faz necessária, pois “é muito difícil entender o atual modelo educacional e buscar seu aperfeiçoamento sem compreender a dinâmica federativa”. O federalismo “é uma forma de organização territorial do Estado e, como tal, tem enorme impacto na organização dos governos e na maneira como eles respondem aos cidadãos” (ABRUCIO, 2010, p.41).

No Brasil, o federalismo inicia com a proclamação da nossa primeira República Federativa. No decorrer dos anos e com as mudanças políticas, o modelo federativo aqui instituído foi se modificando, estando por vezes mais centralizado nas mãos do Governo Federal, ora mais centralizado nos Estados.

O país vivenciou entre 1889 e 1930, uma experiência de descentralização, considerando até mesmo a motivação que levou a República Federativa Brasileira. Mediante o fortalecimento do governo federal e, posteriormente, a instituição da ditadura de Vargas, entre os anos 1930 e 1945, a experiência do federalismo brasileiro foi centralizadora; e, com a abertura democrática, em 1946, chegou-se a um tipo mais descentralizado, que durou, porém, até o ano de 1964. Por fim com o golpe militar, por mais 20 anos, o país vivenciou mais uma experiência de centralização (OLIVEIRA, 2015, p. 56).

Contudo, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), surge um novo pacto federativo no Brasil, que se torna, segundo Cavalcanti (2012, p.1), “um regime político que visa equilibrar unidade e diversidade, autonomia e interdependência”. A Carta de 1988 ficou conhecida como a Constituição mais evoluída, porque definiu um pacto federativo cooperativo e reconheceu os municípios como um dos entes federados, possibilitando, assim, sua autonomia para gerar políticas públicas, além da União e dos Estados. No art.1º instituiu, portanto, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito. Estabeleceu, ainda, para além da autonomia dos entes federados, a definição de competências concomitantes e concorrentes dispostas nos art. 23 e 24 (CF/88) entre os entes, tal como verificaremos mais adiante no campo educacional (art.211; CF/1988).

Com a autonomia atribuída aos municípios, cumpre destacar a importância de que o regime que se instituiu cooperativo se cumpra, visto que, por exemplo, os municípios são, em sua maioria, os entes com menor arrecadação e recursos, mas responsáveis pela implementação da maioria das políticas públicas (OLIVEIRA, 2015, p. 64). Segundo Abrucio (2010), isso acontece em função da heterogeneidade entre os municípios, em termos financeiros, políticos e administrativos, entre eles e os demais entes. Essas diferenças acabam “resultando em disparidades que impedem que cidadãos formalmente iguais, vivendo em diferentes locais do país, tenham, de fato, acesso a estes serviços em qualidade e quantidade similar, como previsto constitucionalmente” (CRUZ, 2011, p. 90).

No campo da educação, a Constituição Federal de 1988 trouxe um detalhamento do pacto federativo, afirmando a necessidade de se instituir um regime de colaboração entre os entes federados, que, conforme o art. 211, dispõe:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. (EC no 14/96, EC no 53/2006 e EC no 59/2009)

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 1988).

Segundo Menezes e Santos (2001, p. 1), o Sistema Educacional “é a forma de como se organiza a educação regular no Brasil. Essa organização se dá em sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”. Cada sistema tem autonomia para atuar, desde que siga a legislação educacional vigente. Diante das diferenças regionais já apontadas no texto, principalmente na esfera municipal, tem-se colocado como necessário pensar em um sistema nacional de ensino, de modo que haja garantia de igualdade de oportunidades educacionais para todos.

Conhecer as características e as dificuldades de se realizar o pacto federativo é importante para compreender por que acontecem algumas deficiências na implementação das políticas públicas e, em especial, as que ocorrem no nosso campo de atuação, ou seja, as educacionais. Isso ajuda a pensar, por exemplo, a questão do Censo Escolar, nosso objeto de estudo, e, principalmente, a execução do Sistema Educacenso diante dos diferentes sistemas educacionais. Nesse sentido, torna-se plausível refletir sobre as possíveis interferências em sua implementação e utilização, devido às diversas organizações dos sistemas educacionais e das desigualdades regionais entre os entes federados.

O Censo Escolar, conforme já apresentado na introdução deste trabalho, é uma pesquisa autodeclaratória coletada pelo INEP, utilizada de maneira centralizada pelo Governo Federal para definição e distribuição de recursos e para execução de políticas públicas educacionais, através da ferramenta Educacenso. Mas, para isso, o INEP precisa estar monitorando e acompanhando os estados e municípios para modificar os formulários do Educacenso e atender a toda essa diversidade.

Os sistemas de ensino possuem órgãos que dão sustentação às redes de escolas. Em Rondônia, por exemplo, a Seduc é o órgão executivo e o Conselho Estadual de Educação, o órgão deliberativo e normativo. Nos municípios, a Semed é o órgão executivo e, em alguns, como Cacoal, o órgão normativo e deliberativo é o Conselho Municipal de Educação. Nessa

organização, identificam-se algumas diferenças estruturais que podem interferir na inserção de dados no Sistema Educacenso. Por exemplo, a maior parte das 24 escolas municipais está na zona rural e não possui secretaria, ficando a cargo da Coordenadora Municipal do Censo Escolar a inserção dos dados, sendo que, no Estado, a Coordenadora apenas acompanha e monitora a inserção. Outra questão é que o Estado possui um sistema eletrônico integrado de inserção da matrícula dos alunos (diário eletrônico), o que facilita a organização e o monitoramento dos dados inseridos no Sistema Educacenso. Já o município não possui um sistema *on-line* integrado, ou seja, seu sistema é individual, por escola, dificultando, assim, o cruzamento dos dados.

Essas informações são importantes, porque, para a coleta dos dados, a União descentraliza as ações, mas continua responsável por reger e normatizar as atribuições e as obrigações da política. Para Castro (2000, p. 122), a sistemática do Censo Escolar é muito complexa. O autor destaca que sua viabilidade só é possível “pela parceria entre INEP, Secretaria de Educação dos 26 Estados e do Distrito Federal, além da cooperação da comunidade escolar responsável pelo preenchimento do questionário”. Essa parceria é regida por portaria específica que define o papel e a responsabilidade de cada colaborador. Sendo assim, a obrigação da União instituída pela Constituição Federal de recensear a educação por meio da política do Censo Escolar é dividida entre os entes federados e as escolas. Para Menezes e Santos (2001, p. 1), a descentralização

responde à lógica da organização federativa, no sentido de: ordenar responsabilidades e competências nos planos administrativo e financeiro aos entes federativos; instituir processos desconcentrados de administrações financeira, administrativa e pedagógica; e instaurar a gestão democrática da escola, em cumprimento a preceito constitucional, cuja regulação maior encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, institucionalizando a escola autônoma.

Para Carvalho (2012 *apud* Diegues, 2013), a descentralização vem aproximar as políticas sociais do cidadão “embasada na participação e democratização da coisa pública e principalmente na produção de uma gestão territorial de proximidade, incorporando o cidadão com o desenvolvimento local”. Sendo assim, como reflexo da descentralização política, que entende que, dadas as dimensões territoriais de nosso país, nossa diversidade e desigualdade, a gestão dos recursos e das políticas públicas será melhor feita *in loco*.

Para isso, a escola se torna responsável pela inserção dos dados do Censo Escolar no Sistema Educacenso, por ser ela a principal detentora dessas informações, podendo fornecê-

las com maior fidedignidade. Portanto, é importante que a instituição compreenda seu papel nesse processo para não interferir nos resultados dos dados estatísticos.

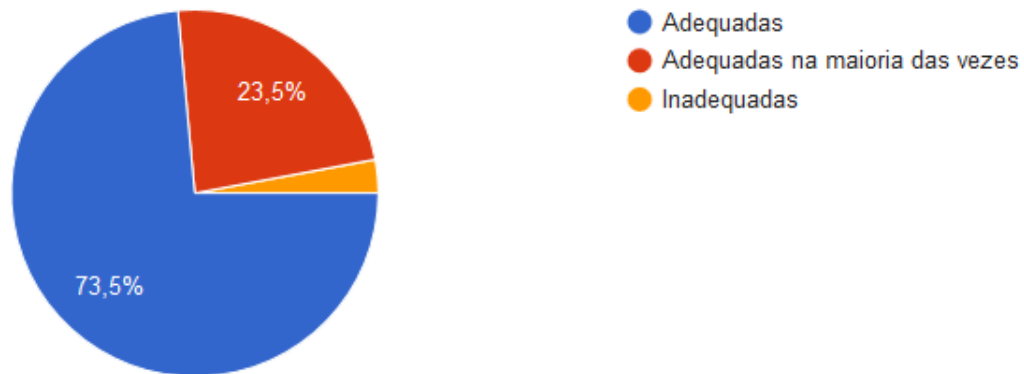
Na análise documental do relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, ficou comprovado que ele não representa totalmente alunos fora da escola. Mas, na maioria das vezes, ele é o resultado da má utilização do Sistema Educacenso ou de como a escola entende o processo de inserção dos dados, conforme será apresentado posteriormente neste capítulo.

No primeiro capítulo, vimos que o INEP, por meio das formações, tutoriais e cartilhas disponibilizadas, tenta diminuir o distanciamento da política do Censo Escolar, de modo que os responsáveis por inserir os dados no Educacenso possam estar mais próximos do sistema, podendo seguir as orientações e objetivos propostos. Em entrevista com a Tutora do Programa de Formação pela Escola, ela destaca que “o Censo Escolar é o curso mais atual desse programa, devido à necessidade de compreensão das escolas. E para não ter tanto erro nos dados, então eles viram a importância de ter esse curso” (TUTORA, entrevista cedida no dia 19 de março de 2018). Ela afirma que o público alvo

são todas as pessoas que estão envolvidas com o censo na escola na inserção de dados. A direção de escola, esse aí, são os principais que deveriam fazer esse curso, mas o curso do Programa de Formação pela escola é aberto para toda comunidade. Toda pessoa que tem interesse de ter conhecimento a respeito do processo escolar (TUTORA, entrevista cedida no dia 19 de março de 2018).

Observa-se que também são ofertadas formações específicas para utilização do Sistema Educacenso em cada etapa do Censo Escolar, consideradas, pela maioria dos diretores e secretários, que responderam o questionário, adequadas, conforme apresenta o gráfico 1.

Gráfico 1 - Sobre as formações oferecidas para o uso do Sistema, você as define como:



Fonte: Elaborado pelo Google Fomulário, com base nas respostas da pesquisa

Diante disso, podemos entender que os responsáveis pela inserção dos dados estão sendo aproximados da política, via curso de formação, de diferentes formas, para que todos sigam as orientações e atinjam os objetivos definidos.

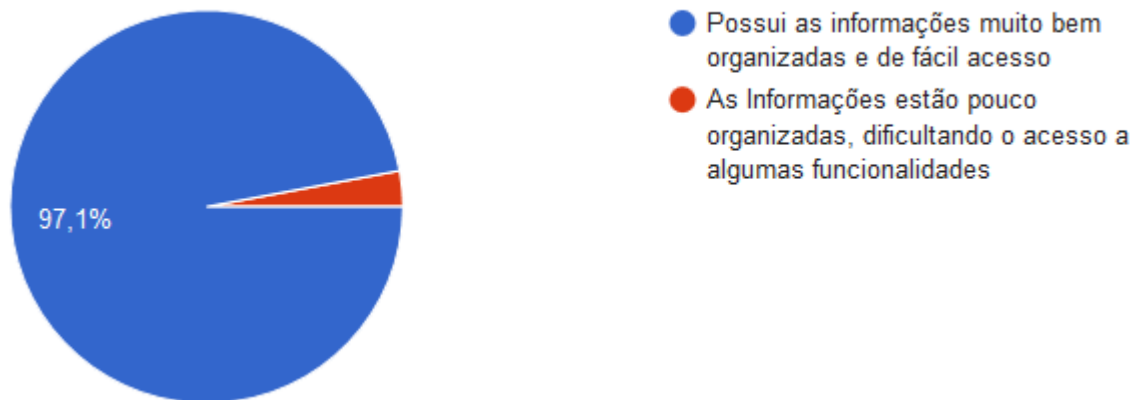
Segundo Saviani (2010, p.381), “a palavra sistema possui a conotação de modo de proceder, de forma de organização, de maneira de arranjar os elementos de um conjunto”. Esse modo de proceder do estado, do município e, principalmente, das escolas pode influenciar nos resultados estatísticos durante o preenchimento do Educacenso. Portanto, esses modos de proceder precisam estar articulados com os objetivos do Censo Escolar, visto que

o desenvolvimento de um eficiente sistema nacional de informações educacionais tem orientado a atuação do Governo Federal no que se refere a sua função supletiva voltada para a superação das desigualdades regional. Com os instrumentos criados o MEC pode estruturar programas destinados especificamente a suprir deficiências no sistema (CASTRO, 2000, p. 121).

A melhoria dos sistemas aos quais a autora se refere são os sistemas educacionais. Portanto, o Censo Escolar interliga, analisa e divulga os dados educacionais por meio do Sistema Educacenso com o objetivo de melhorar os sistemas educacionais. Mas, para isso, são necessárias informações que retratem a realidade educacional e que os usuários desse sistema eletrônico possam compreender as informações solicitadas. Sendo assim, foi realizado um questionário com os responsáveis pela inserção dos dados na perspectiva de perceber como

eles veem o Sistema Educacenso. No gráfico 2, podemos identificar que o Educacenso é considerado, pelos que responderam os questionários, um sistema bem organizado e de fácil utilização.

Gráfico 2 - Sobre o Sistema Educacenso



Fonte: Elaborado pelo Google Formulário, com base nas respostas da pesquisa.

As respostas aos questionários também indicaram que a maior dificuldade para uso do Sistema Educacenso está ligada à questão da velocidade da internet, como foi pontuado por 64,7% dos entrevistados, em detrimento do funcionamento do sistema, visto que apenas 35,3% das respostas indicaram que ele costuma travar. Também consideram que os prazos definidos para a inserção dos dados são suficientes. Assim, não podemos atribuir ao fator tempo como o que poderia apresentar dificuldades na inserção correta dos dados, já que 94,1% dos entrevistados consideram-no suficiente.

Com a pesquisa, foi possível identificar como as escolas se organizam para inserir os dados censitários educacionais, seguindo as orientações do INEP, e que nem sempre sua organização para inserção dos dados consegue ser coerente e operante, tal como o entendimento de Sistema com que estamos trabalhando (SAVIANI, 2010), tornando falhas as informações do Sistema Educacenso. Essa afirmação se deve pelo fato de que, dos 167 alunos apresentados no relatório das três escolas de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, apenas 20% ficaram sem estudar. Com a análise dos dados, fica clara a diferença, nas escolas pesquisadas, da quantidade de alunos transferidos e não admitidos nas que atendem ao Ensino Fundamental para menos e nas que atendem ao Ensino Médio para

mais. Vejamos a seguir os dados obtidos a partir do relatório do censo, de modo que possamos esclarecer melhor o que está acontecendo nas escolas pesquisadas.

O primeiro quadro da análise da pesquisa é da Escola Cacau, que atende ao Ensino Médio regular e do campo. O relatório apresenta 103 alunos no ano de 2016. A análise desses dados será apresentada no Quadro 10.

Quadro 10 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade na Escola Cacau

Alunos transferidos e não admitidos em nenhuma modalidade na Escola Cacau (2016)	SITUAÇÃO ATUAL
11 alunos foram informados como transferidos para fora do Estado no livro de registro de transferência	09 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017 e no diário eletrônico. 01 aluno está matriculado em 2017, mas na mesma série de 2016. 01 matriculado na EJA Semestral em 2018 mesma série.
14 alunos foram informados como transferidos para dentro do Estado no livro de registro de transferência.	08 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017 e no diário eletrônico. 02 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016. 02 alunos estão no Censo 2017 na série seguinte. 02 EJA semestral em 2017
46 alunos foram informados como transferidos para escolas no município .	05 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017 e no diário eletrônico. 16 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016. 07 alunos estão no Censo 2017 na série seguinte. 02 alunos estão informados como abandono no diário eletrônico. 15 alunos foram matriculados em 2016 no seriado e, como o mesmo inicia em julho, não entra no Censo Escolar. 02 estão no seriado em 2018 na mesma série. 01 foi transferida em 2017 no diário e alterou o resultado em 2016.
32 alunos não tiveram os destinos informados	28 não foram localizados no Censo 2017 e Diário Eletrônico. 15 são alunos do Ensino Médio do campo. 3 foram matriculados no EJA semestral em 2016. 1 está matriculado em 2018 na mesma série.

Fonte: Elaborado pela autora

Observando o quadro dos 50 alunos não encontrados no Censo Escolar 2017, cinco não tinham nota, nem frequência, desde o início do ano, e quatro tinham sido transferidos antes da data base. Portanto, esses nove alunos não deveriam estar vinculados na matrícula inicial do Censo Escolar 2016 nessa escola, pois, como já apresentado, apenas são considerados alunos para inserção de matrícula no Censo Escolar os estudantes frequentes até a última quarta-feira do mês de maio, denominada como “data base”.

Em entrevista, a secretária da Escola Cacau afirmou que não tem dificuldade com a data base, ou seja, de inserir os alunos que se matricularam até a última quarta feira de maio. Sobre alunos infrequentes, afirmou: “não, a gente não coloca esses alunos no Censo não, sempre eu faço um apanhado, primeiro passo nas salas para ver qual aluno está vindo estudar só entra no censo o aluno que está frequentando; o aluno que não frequenta a gente não tem costume de colocar não” (SECRETÁRIA - CACAU, entrevista cedida no dia 16 de março de 2018).

A diretora, por sua vez, relata outro entendimento e declara: “na verdade a gente faz porque, como é matrícula, então toda matrícula inicial ela é colocada quando é aquele momento de fazer as correções e a gente observa que o aluno não está, então a gente faz a correção e retira ele realmente do sistema” (DIRETORA, entrevista cedida no dia 28 de março de 2018).

Aqui se pode perceber que existem pensamentos e modos de fazer diferentes dentro da própria escola. Analisando pela quantidade de alunos e pelo monitoramento realizado, essas inconsistências poderiam ter sido reduzidas com a conferência dos dados inseridos, comparando-os com o diário eletrônico.

Nessa escola também foram identificados três alunos que tinham notas baixas e foram transferidos no final do ano de 2016. Esses alunos são definidos por Klein e Ribeiro (1991) como “repetência branca”, ou seja, quando os alunos são estimulados a pedir transferência porque vão reprovar. Percebe-se, assim, que esse estímulo pode ser não só da escola, mas também dos pais. Sobre esse tipo de situação, a orientadora da Escola Café pondera:

Se você for notar as crianças que não estão matriculadas em local nenhum você vai ver que ela tem um histórico de faltas muito grande. Alguns, dependendo se você pegar essas crianças que foram transferidas depois do mês de agosto, provavelmente ela já excedeu o número de faltas e já está repetente. Tenho assim praticamente 90% de certeza, eles iam reprovar por falta. Então, o pai vem e tira. Ah, não quer estudar mesmo, então já leva a transferência (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018).

Para além disso, identificou-se que 15 alunos não localizados são do Ensino Médio do campo que não estão vinculados no diário eletrônico, impossibilitando a pesquisa no sistema. Mas não podemos afirmar que eles ficaram fora da escola, pois existe a possibilidade de esses alunos terem cursado o modular da EJA, uma vez que essas turmas não são cadastradas no diário eletrônico e só são informadas no Censo Escolar as criadas até a data base. Para a orientadora que atua com essa modalidade, “a maioria deles que param, casam e vão viver a

vida deles para lá e tal, alguns por dificuldade mesmo de transporte e às vezes pela questão do trabalho” (ORIENTADORA – CACAU, entrevista cedida no dia 27 de março de 2018).

A pesquisa também apresenta a dificuldade de localizar, no Censo Escolar, os alunos que migram para a EJA. Só nessa escola 20 alunos que estão no relatório cursaram a EJA semestral. O questionário também trouxe essa dificuldade, visto que uma entrevistada respondeu que “na EJA as matrículas acontecem durante todo o ano, por isso torna-se difícil adequar ao Censo Escolar do ensino regular” (RESPOSTA DO S – Google Formulário enviado em 16 de março de 2018). Para a pesquisada, deveria ser criado um sistema de inserção de dados que atendesse a todas as especificidades da EJA.

O quadro 11 apresenta a análise dos 25 alunos da Escola Cupuaçu, na qual veremos um diagnóstico diferente, pois esta atende apenas ao Ensino Fundamental.

Quadro 11 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitido após em nenhuma modalidade na Escola Cupuaçu.

Alunos transferidos e não admitidos em nenhuma modalidade na Escola Cupuaçu (2016)	SITUAÇÃO ATUAL
10 alunos foram informados como transferidos para fora do Estado no livro de registro de transferência	01 aluno não foi localizado no Censo Escolar 2017 03 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016. 04 alunos estão no Censo Escolar 2017 série seguinte. 01 aluno duplicado foi cadastrado com outro ID. 01 aluno foi informado como transferido para o exterior.
08 alunos foram informados como transferidos para dentro do Estado no livro de registro de transferência.	02 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017. 04 alunos estão vinculados em 2017 na série seguinte. 01 aluno teve seu ID duplicado 01 aluno está em 2017 no Ensino Médio
07 alunos foram informados como transferidos para escolas no município	01 aluno foi transferido indevidamente, pois retornou à escola antes do término do ano e está no Censo Escolar 2017. 02 alunos foram erros no cadastro, pois não eram alunos da escola e o erro só foi identificado na segunda etapa, não sendo possível excluir. Está no Censo Atual. 01 aluno está informado como abandono no diário eletrônico. 02 estão matriculados em 2016 na EJA semestral. 01 está matriculado em 2017 no modular.

Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados do Censo Escolar e do sistema de diário eletrônico de RO

Analisando o quadro, é possível concluir que, nessa escola, há falha na alimentação do sistema. Pode-se perceber que, em sua maioria, os alunos permaneceram estudando – apenas não foram vinculados no Censo Escolar na segunda etapa como admitidos após e/ou por erros na inserção dos dados. Dos 25 alunos apresentados no relatório de “alunos transferidos e não

admitidos após em nenhuma modalidade”, pode-se afirmar que apenas três alunos ficaram fora da escola em 2016. Uma dificuldade apresentada pelo secretário dessa escola foi a data base, como ele aponta:

A dificuldade que eu vejo em relação à data base é porque os alunos que são transferidos próximo à data base às vezes ficam no limbo [...], o menino sai próximo à data base, ele passa uma semana fora, se matricula na outra escola. Então ele desaparece. Deveria ter um mecanismo de correção dessa situação (SECRETÁRIO – CUPUAÇU, entrevista cedida no dia 19 de março de 2018).

Isso faz com que o aluno fique perdido durante um ano no Censo Escolar constando como se não tivesse estudado. Na pesquisa identificou-se que nove alunos estavam no Educacenso 2017 vinculados à série seguinte, configurando, assim, que embora eles tenham estudado em 2016, isso não foi informado no sistema pela escola de destino.

Dando continuidade à análise documental dos dados gerados pelo relatório do Censo Escolar, o quadro 12 vai apresentar os resultados da Escola Café.

Quadro 12 – Análise dos dados apresentados no relatório final de alunos transferidos e não admitido após em nenhuma modalidade na Escola Café

Alunos transferidos e não admitidos em nenhuma modalidade na Escola Café (2016)	SITUAÇÃO ATUAL
08 alunos foram informados como transferidos para fora do Estado no livro de registro de transferência	02 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017 02 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016. 03 alunos estão no Censo 2017 na série seguinte. 01 aluno informado como transferido para o exterior.
08 alunos foram informados como transferidos para dentro do Estado no livro de registro de transferência.	03 alunos não foram localizados nos Censo Escolar 2017. 02 alunos estão matriculados na correção de fluxo da mesma escola. 01 aluno está no Censo 2017 na série seguinte. 02 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016.
15 alunos foram informados como transferidos para escolas no município	06 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017 02 alunos estão matriculados em 2017 no seriado e, como o mesmo inicia em julho, não entra no Censo Escolar. 01 aluno foi matriculado em ID diferente da escola de origem 02 alunos estão matriculados em 2017, mas na mesma série de 2016. 01 aluno está matriculado na correção de fluxo de outra escola. 03 alunos matricularam em 2017, mas desistiram antes de 31/05.
08 alunos não foram informados os destinos.	04 alunos não foram localizados no Censo Escolar 2017. 04 alunos estão no Censo 2017 na série seguinte.

Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados do Censo Escolar e do sistema de diário eletrônico de RO

Nessa escola foi possível identificar que o Censo Escolar acompanha as mudanças nos sistemas educacionais, como, por exemplo, a correção de fluxo, a progressão parcial, inserindo no Sistema Educacenso essas especificidades. Rondônia aderiu ao programa de correção do fluxo, sendo que, em Cacoal, temos três escolas que possuem classe de aceleração, uma das quais é a Escola Café. Importa destacar que, após a aprovação da LDB de 1996, os sistemas de ensino adquirem autonomia para decidir a organização de sua educação básica. Dessa forma, os estados podem escolher formas diferenciadas de garantir um bom fluxo escolar e a garantia do direito de aprendizagem, seja através da progressão parcial, classe de aceleração etc (CASTRO, 2000). Se o INEP não estiver atento a essas decisões dos estados, as escolas não conseguiriam inserir as turmas no fluxo do Sistema Educacenso.

Com as análises, pode-se concluir que, na maioria das vezes, as escolas possuem o mesmo tipo de inconsistências. Assim, não podemos afirmar que, em todas as três escolas, os alunos apresentados no relatório ficaram, realmente, fora da escola em 2016. A tabela 4 vai apresentar o resumo dessa análise relacionando as três escolas pesquisadas.

Tabela 4 - Resultado da análise dos relatórios das escolas objetos da pesquisa

	CACAU	CAFÉ	CUPUAÇU	TOTAL
ESCOLA/TOTAL DE ALUNOS	103	39	25	
RESULTADOS DA PESQUISA				
Alunos que ficaram sem estudar em 2016, pois foram localizados no Censo 2017 na mesma série	23	9	3	35
Alunos com ID duplicados	0	1	2	3
Alunos que migraram para a EJA semestral	20	2	3	25
Alunos que foram localizados no Censo Escolar em 2017 na série seguinte	9	8	9	26
Erro na inserção era aprovado colocou transferido.	1	-	3	4
Alunos que não tinham nota e frequência até a data base e foram inseridos	5	3	-	8
Inseridos indevidamente, pois já apareciam transferidos antes da data base	3	-	-	3
Alunos informados como abandono no diário	2		1	3
Alunos não localizados no Censo Escolar e no diário eletrônico	40	15	3	58
Informados como transferidos para o exterior		1	1	2
TOTAL	103	39	25	167

Fonte: Elaborado pela autora com base na análise documental

A tabela apresenta que apenas 35 alunos podem ser considerados pertencentes ao relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, pois se comprovou que eles ficaram sem estudar em 2016 e só retornaram em 2017 na mesma série. Outros 26 não foram “admitidos após” no Sistema Educacenso pela escola de destino no ano da transferência, pois foram localizados cadastrados na matrícula inicial do Censo Escolar em 2017 na série seguinte, além de 25 alunos que foram cursar a EJA. Isso se dá porque o Sistema Educacenso não abrange as informações dessa modalidade de ensino por completo. Isso se mostra como necessário, visto que existe um movimento de os alunos, ao atingirem a idade exigida, migrarem do ensino regular para concluir os estudos na EJA. Portanto, o sistema não consegue inserir de forma eficiente todas as modalidades de ensino que são oferecidas no sistema educacional. Dessa forma, as informações dos alunos ficam perdidas no Educacenso, configurando no relatório como alunos que não deram continuidade aos estudos.

A pesquisa também apresenta que 58 alunos não foram localizados nem no Censo Escolar 2017 e nem no diário eletrônico do Estado. Não se pode afirmar, entretanto, que esses alunos estão evadidos, pois temos modalidades de ensino que não são contempladas totalmente pelo Educacenso, como a EJA. Atualmente, o INEP também realiza o Encceja¹⁹ em que os alunos com distorção idade-série podem concluir os níveis de ensino por meio da realização de uma prova.

Sendo assim, podemos concluir que, como existem muitos fatores que alteram os dados fidedignos do relatório, os números neles apresentados não podem ser considerados como um retrato da realidade. Mas, na pesquisa, identificamos que o relatório também apresenta alunos que realmente ficaram fora da escola. Entender como se estrutura a educação foi importante para compreender as obrigações de cada ente federado. Cabe destacar que as atribuições divididas entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal poderiam se tornar mais eficazes com a instituição de um Sistema Nacional de Educação para, dessa forma, garantir uma educação igualitária e de oportunidades para todos, visto que a educação é um direito de todos, logo, universal. Portanto, na próxima seção, vamos abordar sobre como são garantidos os direitos de aprendizagem dos alunos, embasados na legislação.

¹⁹ Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). No Brasil e no exterior, o Encceja pode ser realizado para pleitear certificação no nível de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, entre outros. (BRASIL, Ministério da Educação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja>. Acesso em: 20 abr. de 2018.

2.2 – Direitos de aprendizagem: um olhar sobre a garantia de acesso e permanência no município de Cacoal

Faz-se necessário compreender, à luz da legislação, quais são os fundamentos e os princípios que devem ser levados em consideração para que os direitos educacionais sejam garantidos de forma universal, visto que o Censo Escolar, além de ser base de dados, por meio do Educacenso, para implementação de políticas públicas educacionais, também é utilizado como ferramenta de controle para garantir que esses direitos sejam efetivados.

A Constituição Federal (1988) dispõe, no seu art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Segundo Cury (2008, p. 1195), “a educação se torna o primeiro dos direitos sociais” (art. 6º; CF/88), devendo configurar-se, ainda, como um direito intrasferível dos direitos humanos e um direito político de cidadania. A educação é instituída como direito fundamental devido à sua função social, devendo-se, portanto, buscar uma política de igualdade e equidade para garanti-la. Além disso, em nossa Constituição, foi definida como direito público subjetivo (art.208), o que significa que qualquer cidadão pode acioná-la em juízo, caso se sinta violado, ou seja, precisa estar juridicamente protegida e cercada de todas as condições (CURY, 2008).

Para Riani (2013), estar na Constituição não significa que o direito será aplicado, visto que muitos direitos não têm sua aplicabilidade imediata. Ele afirma que o simples fato de estar na Constituição não transforma, em um passe de mágica, a realidade, com a construção de escolas e a contratação de professores, uma vez que sua eficácia depende de ações concretas do Estado. Diante disso, é garantido, no artigo 208 (CF/88) § 2º, “o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”, essa responsabilização também é reforçada no art. 5º (LDB/96). Por ser um direito público subjetivo, a exigibilidade do direito à educação pode ser requisitada em diferentes instituições, como é o caso do Ministério Público e do Conselho Tutelar. Conforme destaca Oliveira (2011, p. 88), “o Ministério Público tem o dever de garantir os direitos individuais e sociais indisponíveis, defendendo pessoas grupos de pessoas”. Além disso, o Conselho Tutelar também pode ser acionado considerando que são parceiros “e costumam desempenhar a função de requisitar serviços ou acionar o Ministério Público em casos de violação de direitos das crianças e adolescentes” (OLIVEIRA, 2011, p.

32). Portanto, a nossa Constituição possibilita que qualquer cidadão exija a efetivação desse direito, apresentando os mecanismos para sua consecução.

A nossa discussão vai além do dever do Estado em oferecer a educação, mas, sobretudo, o que vem garantido no art. 206 (CF/88), inciso I – “igualdade de condições para o acesso e **permanência** na escola” (grifo nosso). O aluno precisa ter acesso à escola, mas também é necessário que se garanta a sua permanência para que conclua seus estudos na idade adequada.

Nesse sentido, os dados do Educacenso podem apresentar um panorama dessa permanência por escola, para que ações possam ser instituídas pelos órgãos competentes e pela equipe escolar. O relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” aborda um dado que apresenta um outro perfil de aluno evadido, o aluno com “transferência retida”, que fica fora dos dados estatísticos da evasão. Com a pesquisa realizada nas três escolas, foi comprovado que, dos 167 alunos apresentados no relatório, 35 realmente ficaram fora da escola no ano de 2016. Portanto, o relatório pode estar identificando a não garantia de uns dos princípios exposto no art. 3º inciso I (LDB/96).

Em entrevista com o Conselho Tutelar, é relatado que, muitas vezes, o aluno não gosta da escola:

Falta de atrativo na escola, infelizmente tem que dizer isso, a escola ela não oferece...eu não sei se é de cunho pedagógico, se de profissional, algo que interesse o aluno. É normal uma criança de 7 anos não querer estudar? Não é normal uma criança de seis anos estudar, nas nossas entrevistas elas dizem eu não vou para escola, eu não gosto da escola. (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018)

Cabe destacar que, na entrevista, a conselheira também aborda sobre a questão familiar e as condições sociais, que também serão citadas no decorrer do texto. Sendo assim, de acordo com a análise do relatório, identificamos que, a despeito de a escola garantir o acesso, tem dificuldade de garantir a permanência desse aluno. Desse modo, constituiu-se como uma necessidade buscar saber que ações são realizadas dentro da instituição para garantir essa permanência. Para a orientadora da Escola Café:

Eu percebo assim, primeiro a criança não vai querer estudar mesmo ainda mais que aqui é integral, fica o dia inteiro tal. E, então, se, em casa, ela não tem uma pessoa que coloque os freios nela, que a incentive para que estude e que mostre por que tem que estudar, ela não vai ficar na escola ele vai se evadir mesmo. (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018).

O orientador da Escola Cupuaçu acrescenta a questão da indisciplina também como um motivador:

Eu vejo uma questão assim, aquele aluno que normalmente que não está matriculado em nenhuma escola, são aqueles alunos que têm algum problema na escola, indisciplina e a escola, é claro, sempre está cobrando do pai da questão da disciplina do filho. Não tendo jeito, a escola sugere que ele transfira o filho para outra escola, para ver se muda de ambiente, se melhora e o pai acaba pegando pedindo a essa transferência para não ser tão incomodado. Pega a transferência e não matricula em escola nenhuma, vejo essa uma das questões. (ORIENTADOR – CUPUAÇU, entrevista cedida no dia 05 de maio de 2018).

Nesse relato, percebe-se que a escola usa a transferência como ferramenta para resolver a indisciplina. Segundo Brito (2012), a indisciplina escolar tem sido alvo de inúmeras discussões entre os educadores brasileiros, como Aquino (1996), Vasconcellos (2013) e Torres (2008). Na busca de debater e desenvolver ações que possibilitem a convivência do aluno e não apenas transferir o problema para outra instituição, é preciso ressaltar que garantir a permanência significa buscar estratégias para que o aluno perceba a importância da educação na sua vida. Esse tema daria um extenso texto com reflexões e diferentes opiniões, mas, por não ser o objeto da nossa pesquisa, apenas foi mencionado no sentido de refletir sobre o papel da escola diante da indisciplina.

Infelizmente, percebe-se, segundo os relatos dos entrevistados, que hoje os adolescentes largam a escola para trabalhar. De acordo com o relato da Conselheira Tutelar, os adolescentes afirmam: “eu quero trabalhar e não quero estudar, estudar não me dá dinheiro agora. A família não consegue passar para o filho que ele tem que estudar” (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018).

Essa questão também foi relatada pelas orientadoras das escolas que atendem ao Ensino Médio. Vale destacar que a matrícula e a permanência do aluno vão muito além da vontade e da implicação da família. Atualmente, a questão socioeconômica acaba sendo também um dos fatores que faz os estudantes procurarem um emprego para ajudar na renda familiar. Para Cury (2002), a pirâmide educacional acompanha muito de perto a pirâmide da distribuição de renda e da riqueza. De acordo com o autor, isso explica o enorme número de pessoas que não são alfabetizadas e também o fato de ainda existir um número grande de pessoas com poucos anos de escolarização.

Segundo o relatório da Unicef divulgado em 2012, “638 mil crianças entre 5 e 14 anos trabalham, apesar de a legislação brasileira proibir a prática para menores de 16 anos”. Eles afirmam que “[...] os problemas de frequência não estão tão relacionados à falta de vagas, mas ao desinteresse da população nessa faixa etária pelo ensino médio. Para muitos jovens já envolvidos com o mercado de trabalho, a escola é pouco atrativa” (EBC BRASIL, 2012).

Nesse sentido, percebe-se que não é apenas o trabalho, mas talvez pelo fato de aluno perceber que, ao entrar no mundo do trabalho, a escola não está atendendo às suas expectativas. Há, ainda, a questão de muitos exercerem atividades que demandam muito esforço físico, inviabilizando a exigência de permanecerem quatro horas assistindo às aulas. Desse modo, como vimos na pesquisa, muitos acabam migrando do Ensino Regular para a EJA. Para Tufi Soares²⁰, em entrevista para Larieira (2015), “devido ao atraso, eles acabam alcançando os 18 anos durante o período escolar, idade que representa um ponto de mudança na vida do jovem; muitos deles são pressionados a trabalhar para complementar a renda familiar, adiando a conclusão dos estudos naquele momento”.

A orientadora da Escola Café destaca que alunos com distorção idade/série no Ensino Fundamental constituem uma dificuldade, porque o turno noturno não é oferecido. Segundo a entrevistada, “eles querem trabalhar, aí junta o poder econômico que não tem, ele quer trabalhar e aí ou ele trabalha ou ele estuda e preferem trabalhar”. (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018).

Para Cury (2002, p. 249), o estado, como provedor do direito à educação, deve “garantir a igualdade de oportunidades, seja para, uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades, que nascem do conflito da distribuição capitalista da riqueza, e progressivamente reduzir as desigualdades”. Sendo assim, é importante que se busquem ações que possam garantir a permanência desse estudante por meio do Estado, para que o jovem não se sinta obrigado a trabalhar devido às suas condições sociais e deixe de estudar.

Em sentido diferente, Marcos Rosselline (2015, s/p) aponta, porém, que o trabalho não estava sendo considerado o vilão para o abandono dos jovens. Segundo ele, uma pesquisa de 2009 da Fundação Getúlio Vargas constatou que 40,3% dos jovens de 15 a 17 anos tinham abandonado os estudos por falta de interesse.

Recentemente, houve a reestruturação do Ensino Médio aprovada pela Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, com a proposta de deixar o ensino mais atrativo para os jovens.

²⁰ Tufi Machado Soares, doutor em Educação e coordenador da unidade de pesquisa do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade de Juiz de Fora.

Entretanto, muitos pesquisadores, como Fernando Lamas (2017), Daniel Cara, coordenador do movimento “Todos pela Educação”, questionam como essas modificações serão realizadas para atender a todas as demandas no Brasil, diante das diversidades de estrutura do sistema educacional e também das diversidades regionais. A preocupação com esse desinteresse foi justificativa para que a reforma do Ensino Médio fosse realizada por medida provisória, conforme as exposições de motivos para a Medida Provisória apresentada por Oliveira (2017 s/p).

Diz que a função social do EM não foi cumprida nos últimos 20 anos. Sistemas de ensino não conseguem atender à determinação das DCN de diversificar 20% do currículo, por conta do número de disciplinas obrigatórias; currículo, extenso, superficial, fragmentado, que não dialoga com a juventude e com o setor produtivo; elevado número de jovens fora da escola e os que estão dentro, baixo desempenho educacional; destaca que o ensino médio é um retrocesso e que o Brasil é o único país do mundo que apresenta apenas um modelo de ensino médio com 13 disciplinas obrigatórias.

Na entrevista, a Conselheira aponta que, muitas vezes, o aluno não gosta da escola pelos fatores abordados anteriormente, mas também menciona situações diferentes, ou seja, de alunos que desejam estudar, sendo impedidos pelos próprios pais. Ela destaca que algumas crianças querem estudar: “a gente tem caso de meninos que vêm aqui pedir pelo amor de Deus, eu quero estudar e os pais violam esse direito” (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018). Segundo ela, em alguns casos, os pais retêm a transferência da escola, pois “é uma forma de você ter paz, eu pego a transferência fico com a minha transferência retida em casa, ninguém vai me perceber, só se alguém me denunciar” (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018). Nesse relato, identificamos que os pais estão deixando de cumprir um dever que lhes foi conferido na Constituição, reafirmado no art. 6º da (LDB/96) assim como no art. 22 e art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo os quais “os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

Os orientadores das escolas entrevistadas também apresentaram a mesma visão de responsabilização das famílias. A orientadora da Escola Café relata que “geralmente ele [pai] pega transferência porque o filho não está dando certo aqui na escola e, para ele, não vai dar certo em lugar nenhum, aí segura a criança na em casa”. (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018). A da Escola Cacau declara:

Que a maioria é porque geralmente eles pegam transferência falando que vão embora e na verdade não vão. Eles não vão embora, eles ficam ali porque eles sabem que eles têm que pegar a transferência, porque pode dar problema para eles. Continuam lá no sítio porque não querem estudar mesmo, os alunos de lá até por falta de incentivo dos pais, né? Ah, não quero mais estudar e o pai também não se preocupa” (ORIENTADORA – CACAU, entrevista cedida no dia 27 de março de 2018).

A análise do relatório apontou que, em alguns casos, o direito de permanência não foi garantido. Os entrevistados responsabilizaram as famílias, relatando que costumam usar o pedido de transferência como estratégia para não serem incomodadas pela escola e órgãos responsáveis pela garantia desse direito. Contudo, Cury (2002, p. 260) afirma que “este jogo entre direito e dever implica aos interessados, quando na falta deste atendimento, o acionar de instrumentos jurídicos e processuais capazes de fazer respeitar um direito claramente protegido”. Cabe, portanto, a todos os envolvidos proteger esse direito e buscar estratégias para suas garantias. O autor também destaca que a Constituição aciona a sociedade para controle e exigências desses direitos “a fim de que nenhum cidadão fique sem o benefício da educação escolar”. (CURY, 2002, p. 260)

De acordo com o site QEDu, em Rondônia, 9.301 alunos deixaram de frequentar a Educação Básica em 2016 dos quais 175 no Município de Cacoal. As notas estatísticas do Censo Escolar de 2016 apresentam que, no Brasil, apesar da melhoria das taxas de aprovação do Ensino Médio, observa-se uma elevação da distorção idade-série nessa etapa, que passou de 27,4%, em 2015, para 28%, em 2016. Os 35 alunos comprovados na pesquisa que tiveram transferência retida não entram nessa estatística, mas entram na de distorção idade-série, porque, ao retornarem à escola, estarão fora da faixa etária. A partir dos dados, identificamos a dificuldade de garantia e de permanência do estudante na Educação Básica.

Em 2016, nas escolas estaduais de Cacoal, no Ensino Fundamental, a cada 100 alunos, 24 estão em distorção, enquanto, no Ensino Médio, a cada 100 alunos, 25 estão em distorção (QEDu). Segundo a Conselheira Tutelar: “eu tenho criança com 12 anos que ainda não está na segunda série E.F” (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018). Para a orientadora da Escola Café, a distorção no Ensino Fundamental colabora para a evasão:

A distorção de idade e série isso é muito preocupante. A gente recebe muita criança e adolescente de 14 anos num sexto ano, ele não vai caber no sexto ano, ele não cabe no sétimo, ele não cabe no oitavo, aí ela acaba perdendo o gosto pela sala de aula e não fica. (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018).

Esses dados são preocupantes, porque as informações desses 35 alunos estão perdidas, uma vez que, quando o pai pede transferência para a escola, ele declara que está levando o estudante para outra instituição. E, perante a lei, a escola só precisa informar ao Conselho Tutelar, conforme o art. 56 (ECA/90), os casos de: “I – maus-tratos envolvendo seus alunos; II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III – elevados níveis de repetência”.

As ações das instituições de “fiscalização”, como, por exemplo, o Ministério Público, também são dirigidas apenas aos alunos que são informados como evadidos ou infrequentes pela escola. Atualmente, a escola desenvolve o Projeto “Nenhum a Menos”, criado pelo Ministério Público em parceria com o Conselho Tutelar, cujo objetivo é combater a evasão escolar, promovendo ações efetivas que garantam o acesso e a permanência do aluno na escola, através da implementação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

A escola precisa encaminhar essa ficha dos alunos infrequentes sem justificativa para o Conselho Tutelar, recurso que as orientadoras, nas entrevistas, afirmaram utilizar. Ressaltam que existe um acompanhamento das faltas e que realizam uma parceria com os professores. Na Escola Cacau, segundo a orientadora, “o professor passa para a gente que o aluno não está indo, ligamos para os pais, como é difícil o acesso para ir na casa, a gente liga para os que têm telefone, a gente liga pede o comparecimento dos pais na escola” (ORIENTADORA – CACAU, entrevista cedida no dia 27 de março de 2018).

Na Escola Café, essa estratégia também é utilizada:

O legal é que os professores daqui têm bastante consciência porque os meninos matam muita aula e aqui é integral. E, então, tem que ficar de olho mesmo, senão eles vão embora e a gente não sabe, né? E é feito assim: o professor primeiro passa para nós e aí eu vou atrás ligando para o pai. Caso a gente não encontre, chama algum amigo para levar aquele bilhete. Se não encontrar e, às vezes, vou até na casa. Teve vezes que eu fui na casa ou a diretora” (ORIENTADORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 03 de abril de 2018).

Desse modo, observa-se que existem ações para os alunos infrequentes. Para os alunos transferidos, no entanto, há apenas um registro da conversa com o pai e encaminhamento para a secretaria. Essas ações são justificadas porque, diante do conceito de alunos transferidos, conforme o Caderno de Estudos do Censo Escolar:

Transferido: Quando aluno mudou de uma escola para outra mediante um requerimento formal (documento de transferência). Para efeitos do Censo Escolar, reconhece-se também como aluno transferido aquele que mudou de

uma modalidade de ensino na mesma escola. Por exemplo, é considerado transferido o aluno que saiu de uma turma do Ensino Regular e foi cursar a Educação de Jovens e Adultos. (BRASIL, 2017, p. 80)

Mas, para Klein (2007, p. 115), “o que está faltando são justamente os alunos classificados como transferidos em vez de afastados por abandono”. É preciso identificar o número de abandonos que são colocados como transferidos. Por isso, deve ser considerado como essas inconsistências aparecem, investigando todo o processo de inserção dos dados, para, assim, afirmar a existência de um problema social de alunos considerados transferidos e que não estão se matriculando em outra escola, tornando-se evadidos. Para a Conselheira, no Conselho Tutelar, o único meio de descobrir transferência retida “é a denúncia de violência. Porque a primeira coisa que você pergunta é onde você está estudando, não tem outra explicação. Aí a gente começa, a partir daí, descobrir os direitos violados” (CONSELHEIRA, entrevista cedida no dia 21 de março de 2018).

Os autores trazem as considerações sobre a legislação – que Estado e família devem garantir o direito à educação. Assim, a educação não é apenas dever do estado, como não é apenas dever da família, a ênfase está na parceria. As entrevistas apontam, em sua maioria, que, primeiramente, os pais dos alunos que constam no relatório do censo pesquisado estão negligenciando o direito de acesso e permanência da educação. Portanto, nessa parceria, o Estado precisa diminuir as desigualdades sociais e a família incentivar os filhos a permanecerem na escola. Não foi possível entrevistar as famílias desses alunos com transferências retidas e, assim, analisar todo o contexto.

Com a pesquisa nas três escolas que foram objeto do estudo, foi possível perceber que as escolas que atendem ao Ensino Médio têm um maior número de alunos no relatório. Talvez isso possa ser consequência dos fatores que também foram identificados nas falas das entrevistadas, principalmente a questão do trabalho, pois o adolescente se vê forçado a ajudar na renda familiar.

Destaca-se aqui a importância da fidedignidade dos dados do relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”. É primordial que nele só apareçam alunos que realmente estejam fora da escola, pois, a partir dele, o Estado poderia buscar estratégias para identificar essas famílias, para que, assim, possam se buscar ações para minimizar essa realidade. Todavia, para isso, é preciso melhorar e minimizar as inconsistências, pois, conforme apresentado, ainda existem muitas falhas. Nessa perspectiva, podemos perceber que a organização do processo da coleta de dados é essencial para minimizar essas inconsistências. Contudo, muitas vezes, ações mecânicas podem prejudicar

os resultados. Dessa forma, na próxima seção, vamos abordar como a cultura organizacional e a gestão escolar podem interferir no processo de inserção de dados no Sistema Educacenso.

2.3 – Cultura organizacional e gestão escolar em Cacoal

É importante, antes de falamos de cultura organizacional e gestão escolar, discutir alguns conceitos de cultura escolar, para que, assim, possamos perceber por que essa cultura interfere nas implementações das políticas públicas educacionais e como a equipe visualiza a educação e a organização da escola.

Para Lins (2000 *apud* LÜCK, 2009, p. 116), “uma escola é uma organização social viva, determinada por seu modo de ser e de fazer dinamicamente orientado pelas crenças e orientações mentais de quem faz parte de seu ambiente, muito mais do que por regras e relações definidas formalmente”. Pol *et al.* (2007, p.64) complementam: “a cultura escolar não é só um conceito teórico, mas tem também implicações práticas”. De acordo com Forquin (1993, *apud* SILVA, 2006, p. 205), cultura escolar é um “conjunto de saberes que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos”. Portanto, são as características individuais das pessoas que vão caracterizando a escola. “Acredita-se que a cultura escolar se manifesta através de formas específicas de comunicação, na realização de actividades pessoais, na maneira como as decisões são tomadas pela gestão da escola” (POL *et al.*, 2007, p.64).

A escola é uma organização social, visto que é construída pela interação de diferentes pessoas que se relacionam diariamente e foi criada para atender às necessidades da sociedade. Contudo, segundo Ferreira (2016), não pode ser comparada a uma empresa diante das suas peculiaridades, principalmente porque está ligada à aprendizagem. Silva (2006) destaca, porém, que justamente por sua função social, que deve ser muito mais que prestar serviços educativos, a escola não poder ser configurada como uma organização. Contudo, para Ferreira, as escolas, como qualquer outro tipo de organização, possuem sempre um modelo de gestão. “Ainda que não tenham consciência disso, os gestores escolares seguem padrões de comportamento e adotam arranjos organizacionais típicos dos diferentes modelos administrativos” (FERREIRA, 2016 p. 1). Essa relação vai construindo características e valores que definem suas decisões.

O campo da gestão inspira a gestão escolar com concepções de gestão segundo as quais a cultura escolar é considerada um importante fator para o desenvolvimento de uma

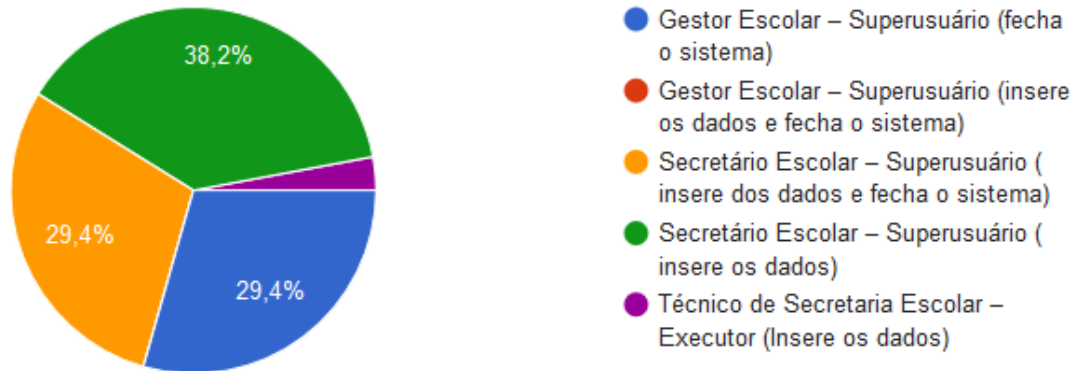
organização (POL *et al.*, 2007, p. 66). Para Lück, a gestão não pode ser utilizada como simples substituição do termo administração, pois

é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. (LÜCK, 1997, p. 1)

Ferreira (2016) assevera que a gestão escolar precisa ser democrática e estimular a comunidade a participar das decisões e não apenas aceitá-las. Cervi (2010, p.148), ao relatar os escritos de Vitor Paro (2002), argumenta que é preciso “a busca de uma nova Administração Escolar que se fundamente em objetivos educacionais representativos dos interesses das amplas camadas da população e que leve em conta a especificidade do processo pedagógico”. Esse envolvimento coletivo é um ponto positivo para a gestão, definindo objetivos voltados para as reais necessidades da comunidade escolar. O gestor de uma escola deve priorizar uma administração participativa. Lück elenca várias competências do diretor para atuar na gestão da cultura organizacional da escola, como, por exemplo: “estabelece na escola um modo de ser e de fazer dinâmico, positivo, aberto e orientado para sua contínua transformação na construção de ambiente educacional positivo em que a aprendizagem é um valor” (LÜCK, 2009, p.115). Assim, apesar das diferenças e valores da equipe, é preciso que todos estejam voltados para o objetivo da escola e para o que ela deve ser.

Diante disso, vamos apresentar os dados das escolas pesquisadas, para, assim, perceber e compreender o papel da gestão escolar na inserção de dados no Sistema Educacenso, bem como buscar perceber como esse processo é organizado para que seja democrático e participativo. Com o resultado dos questionários, conforme apresenta o gráfico 3, podemos traçar quais são os perfis de usuários que as escolas utilizam para inserir os dados no Sistema Educacenso.

Gráfico 3 - Perfil no Sistema Educacenso e ações que realiza



Fonte: Elaborado pela autora Google Formulário, com base nas respostas da pesquisa.

No gráfico, visualiza-se que, dos 10 diretores que responderam à pesquisa, todos fecham o sistema, o que significa que, na ação de concluir as informações, a senha utilizada é a do diretor. Pode-se visualizar também que os secretários são os principais responsáveis para inserção dos dados, sendo que 29,4%, dos 23 que responderam à pesquisa, inserem os dados e fecham o sistema. Essa informação é intrigante, pois vale ressaltar que a orientação é que o sistema não seja fechado com a senha do secretário como responsável, só o gestor pode fechá-lo. Comprova-se que nove fecham o Sistema Educacenso com a senha do gestor, visto que o Sistema gera um recibo no qual consta o nome de quem realizou a ação. Diante desses dados, pode-se concluir que os secretários inserem os dados com a sua senha e eles mesmos inserem a senha do diretor para fechar o sistema. Portanto a partir desse resultado, identifica-se que, em 10 escolas, o diretor nem participa do processo de fechamento do Educacenso.

Vale ressaltar que, para esta pesquisa, foram enviados formulários para escolas privadas e estaduais, portanto, não se pode afirmar que todos eles sejam os gestores das escolas estaduais. Logo, identifica-se que as escolas, mesmo com todas as orientações recebidas, agem de formas diferentes, indo ao encontro do que Lück aborda sobre a distância entre os objetivos formalmente propostos pelas políticas e a prática realizada nas escolas.

É necessário reconhecer que, de certa forma, e em certa medida, sempre existirá alguma discrepância entre os objetivos educacionais formalmente postos nos sistemas de ensino e os praticados pela cultura escolar. Isso porque aqueles objetivos são exógenos, isto é, definidos fora da escola por legisladores, teóricos e líderes educacionais a partir de entendimento global e abrangente a respeito do ideário Educacional (LÜCK, 2009, p. 121).

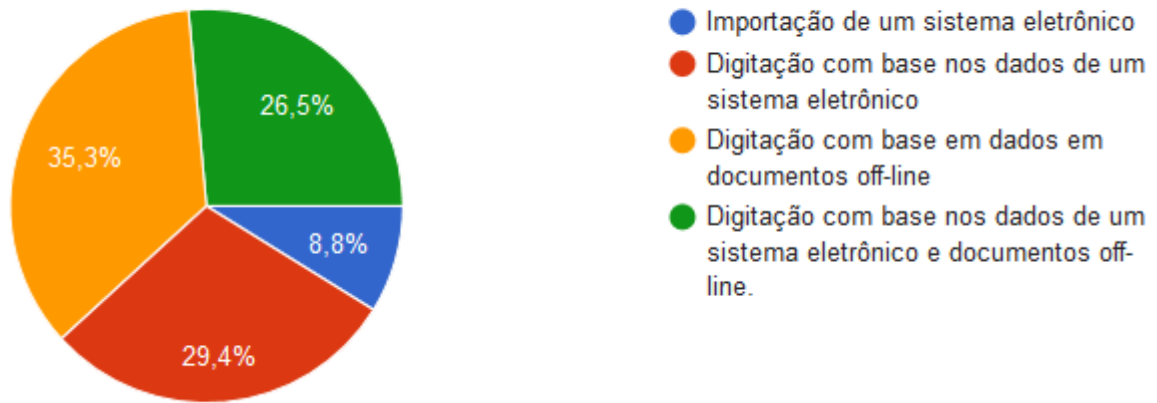
No Censo Escolar, o gestor é considerado o principal responsável pela declaração dos dados da sua escola. Contudo, as entrevistas demonstraram que, pelas falas dos gestores, o secretário configura-se como o principal responsável para inserção dos dados, auxiliado pelos técnicos da secretaria. Em apenas uma escola, o diretor coloca essa tarefa como ação conjunta. Sobre a responsabilidade por inserir os dados, o diretor da Escola Café respondeu que “normalmente nós fazemos com diretor e o secretário” (DIRETORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 20 de março de 2018). Ao questionar quem auxilia, ela responde: “É junto. Quando recebe a informação, aí o diretor sempre senta com a secretária, no caso, eu com a secretária. O trabalho em si, quem toma a frente, é a secretária” (DIRETORA – CAFÉ, entrevista cedida no dia 20 de março de 2018). Nas outras escolas entrevistadas, os diretores respondem: “sempre é o secretário que está inserindo” e quem auxilia? “Ele fica específico” (DIRETORA – CUPUAÇU, entrevista cedida no dia 19 de março de 2018). Ou seja, ele faz sozinho a inserção dos dados. Na Escola Cacau:

É nossa secretária, então ela que cuida toda dessa parte e aí para poder está inserido no sistema. E geralmente a gente escolhe um ou dois funcionários que têm mais experiência para poder estar fazendo, inclusive a secretária que, na verdade, é quem mais faz esse trabalho de inserção no sistema. (DIRETORA – CACAU, entrevista cedida no dia 28 de março de 2018).

As respostas representam o modo de ser e fazer de cada escola, evidenciando as diferenças para desenvolver a mesma política, nesse caso, o Censo Escolar.

Com as entrevistas, identificamos que, mesmo com um sistema de diário eletrônico, as escolas recorrem às pastas dos alunos. Como destacado pelos secretários da Escola Cupuaçu: “a organização da secretaria, ela já é, digamos que já fica pronto, né, porque a pasta do aluno já está completa” (SECRETÁRIO – CUPUAÇU, entrevista cedida no dia 19 de março de 2018). E a Escola Cacau “com a pasta do aluno a pasta individual de cada aluno a matrícula do aluno” (SECRETÁRIA – CACAU, entrevista cedida no dia 26 de março de 2018). O gráfico 4 também demonstra que as escolas utilizam as pastas dos alunos em detrimento do sistema de diário eletrônico.

Gráfico 4 - Como os dados da sua escola são inseridos no Sistema Educacenso



Fonte: Elaborado pela autora Google Formulário, com base nas respostas da pesquisa.

Conforme mostra o gráfico, as escolas utilizam diferentes métodos para inserir os dados, sendo que apenas 29,4% utilizam os dados do sistema eletrônico. O recomendado, segundo as orientações do Censo Escolar, é que sejam utilizados documentos que comprovem a veracidade dos dados como: ficha de matrícula, certidão de nascimento etc. As escolas estaduais têm esses dados já inseridos no diário eletrônico e arquivados em pastas individuais por alunos. Isso se dá porque os termos do diário ainda não estão totalmente interligados com o Sistema Educacenso. Um exemplo disso é que os alunos em progressão parcial no diário são apresentados como reprovados na ata de resultado final, enquanto que a Cartilha do Censo Escolar orienta que eles devem estar como aprovados no Sistema Educacenso. Diante disso, os secretários precisam verificar quais alunos têm direito à progressão, manualmente. Outra questão já abordada são os projetos de correção de fluxo e o Ensino Médio do campo que não estão contemplados no sistema de diário eletrônico.

Percebe-se também, no monitoramento realizado, que ainda não se incorporou ao cotidiano da escola o processo de revisão e de correção das atividades realizadas no Sistema Educacenso. Muitas escolas só conferem os dados quando a Coordenadora Regional do Censo Escolar vai à escola. No primeiro capítulo, destacamos a importância do monitoramento e como ele pode auxiliar a minimizar as inconsistências. Com essa ação, está se criando o estímulo para conferência dos dados coletados. O quadro 13 vai apresentar as respostas referentes à realização da conferência dos dados inseridos no Sistema Educacenso.

Quadro 13 – Resposta sobre como é realizada a conferência dos dados inseridos no Sistema Educacenso.

ESCOLA	CUPUAÇU	CAFÉ	CACAU
DIRETOR	Depois que ele insere lá, às vezes eu sento com ele e pergunto: já inseriu? Já posso dar uma olhada?	Confere aí nesse caso da conferência, aí já reúne todos os funcionários da secretaria. Daí confere tudo para ver se realmente foi informado corretamente, conforme cobra, né? Tem a coordenação da CRE também que acompanha.	Eles conferem. Na verdade, geralmente é pela ficha de inscrição porque a gente sempre faz a atualização dos dados do aluno, né? Então a gente acredita que todos aqueles dados que estão sendo informados no ato da matrícula, né, eles são corretos.
SECRETÁRIO	Essa conferência é por meio dos relatórios que são emitidos e pelo acompanhamento da coordenadoria.	Olha, a gente, depois de colocados os dados no sistema, a gente imprime os relatórios, confere, aí também vem a coordenação.	A gente pega a data a ficha individual do aluno, né, na pasta do aluno e vê e já vai fazendo de acordo com cada matrícula dos alunos.

Fonte: Elaborado pela autora baseado nas entrevistas

Apesar de os gestores afirmarem que realizam a conferência dos dados, percebe-se que não existe uma forma organizada para realização dessa ação. Com o monitoramento, constata-se que a prática de conferência vem da ação do secretário e não de uma sistemática criada pelo gestor.

É possível observar em escolas, diretores exercendo papéis burocráticos de controle e cobrança, ou ainda, papéis formais de representação, sem um esforço deliberado e comprometido em exercer influência sobre a organização social da escola como um todo e a orientação para a realização dos objetivos educacionais. (LÜCK, 2009, p. 120)

Com o monitoramento realizado, pode-se identificar que existe algo muito comum nos sistemas, como destaca Saviani (2010), que é o “burocratismo” como, por exemplo, nas ações de inserção de dados no Sistema Educacenso. O processo fica tão mecânico que os envolvidos na inserção dos dados não conseguem perceber pequenos detalhes. Assim, o funcionamento do sistema acaba caindo numa rotina em que as “ações se tornam mecânicas, automáticas, rompendo o movimento dialético ação-reflexão-ação” (SAVIANI, 2010, p. 388). Em algumas escolas, constatou-se essa ação, principalmente com os alunos que pediam transferência e retornavam para a escola em outra turma e eram inseridos no Educacenso como transferidos, não identificando que os alunos tinham retornado.

Percebeu-se também que não foi identificado pelos secretários que o sistema do diário eletrônico induz ao erro. Quando a escola realiza no sistema uma transferência de um aluno que foi aprovado em 2017 em janeiro de 2018, como o ano letivo de 2018 ainda não teve início, o sistema altera o status de transferido em 2017. Ou seja, o sistema altera o resultado dos alunos de aprovado para transferido, mas com data do ano posterior. Como a segunda etapa do Censo Escolar é realizada no ano seguinte, esse erro pode influenciar no resultado. Em 2017, foram localizados 14 alunos nessa situação em quatro escolas estaduais de Cacoal. Isso foi identificado porque a Coordenação Regional conferia os dados dos alunos transferidos e não admitidos após, de cada escola, no diário eletrônico, verificando que a data da transferência não fora no ano vigente.

Assim, pode-se concluir que, atualmente, as escolas se organizam de maneiras diferenciadas e que o processo de inserção de dados, em sua maioria, é de responsabilidade do secretário escolar. Com a revisão bibliográfica, foi possível refletir acerca de como a cultura organizacional interfere até mesmo em como a equipe visualiza a política. Foi possível identificar também que ainda não existe uma cultura de monitoramento e acompanhamento das ações por parte dos gestores. Na realidade, o que existe é mais uma ação isolada do perfil do secretário. É preciso que esse acompanhamento aconteça para que as ações de inserção dos dados não se tornem apenas um processo burocrático, que é feito simplesmente para cumprir uma legislação. Tal processo faz parte do dia a dia da escola e colabora para sua melhoria, pois os dados disponibilizados pelo Sistema Educacenso, como já fora mencionado, apresentam um panorama geral da escola, que podem ser usados para controle e planejamento de ações de melhoria.

Com a pesquisa, percebe-se que o Censo Escolar não é apenas uma política de recenseamento dos dados educacionais, mas uma ferramenta, por meio do Educacenso, de prestação de contas e controle social. Na próxima seção discutir-se-ão o Censo Escolar como controle social e a atuação dos conselhos no município de Cacoal, relacionando com os dados da pesquisa.

2.4 – Controle social- atuação dos conselhos no município de Cacoal

No primeiro capítulo, identificamos que um dos objetivos do Censo Escolar é o de produzir indicadores educacionais que possam ser comparáveis e contribuam para a discussão sobre a qualidade da Educação Básica, permitindo e facilitando o controle social realizado pela sociedade, por meio do Sistema Educacenso. Portanto, faz-se necessário compreender

um pouco mais sobre o conceito de controle social e o seu papel diante do Censo Escolar e das políticas públicas educacionais, para, assim, apresentar os dados da pesquisa.

O regime democrático tem como características a divisão de poderes em cujo seio existem os controles institucionais exercidos pelo poder Legislativo, Tribunais de Contas e Controladorias. “Estes órgãos têm todos eles e cada um dentro da sua esfera de competência, a função de fiscalizar o gasto dos recursos públicos (federais, estaduais, municipais) e podem ser acionados por meio de denúncias, por qualquer cidadão”²¹.

Além desse controle, existe o controle social que pode ser definido como a participação da sociedade no controle das ações do Estado. Para Davies (2011, p. 544), o controle social, para ter eficácia, “não pode ser reduzido à mera presença de representantes da sociedade civil em conselhos para controlar ações estatais [...] mas também, e, sobretudo, a construção de um projeto de nova sociedade e Estado que aponte para a superação das desigualdades sociais e de poder”. Para uma melhor organização do controle social, foram criados os conselhos de controle das políticas públicas, nacionais, estaduais e municipais que atuam em diferentes esferas como educação, saúde, assistência social etc. Para Morin (2006, p. 6), o conselho pode ser definido

como espaço fundamentalmente político, institucionalizado, funcionando de forma colegiada, autônomo, integrante do poder público, de caráter deliberativo, compostos por membros do governo e da sociedade civil, com as finalidades de elaboração, deliberação e controle da execução das políticas públicas.

Guimarães e Abranches (2012) destacam que o processo de participação social nas políticas públicas, de modo geral, teve início com as mudanças no federalismo brasileiro a partir da Constituição de 1988 e com o processo de descentralização, que não envolve apenas essa nova concepção de redemocratização e a colaboração entre os entes federados. Com isso, garantiu-se poder para o cidadão atuar e fiscalizar. Para Diegues (2013, p.86), “a abertura de novos espaços de interlocução entre a sociedade e o poder local como é o caso dos conselhos gestores, assume um importante papel como mecanismos de participação cidadã e controle social das ações governamentais”. Com a participação social, os cidadãos podem ser ouvidos para a tomada de decisão, participando do processo de criação da política.

O controle social é como “os cidadãos podem fiscalizar a ação do Estado, exigindo que o governo preste contas sobre o uso dos recursos públicos. A população verifica, assim,

²¹ SABEDORIA POLÍTICA. Site que se dedica ao estudo da política. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/controle-social/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

se o poder público está, de fato, atendendo às demandas da sociedade” (MDS, 2015). Para a Controladoria Geral da União, o controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

Segundo o Caderno de Estudos do Censo Escolar, é muito importante realizar o controle social dos dados informados no Censo Escolar. Sendo assim,

acompanhar de perto as ações do governo e de suas instituições e acompanhar e controlar a aplicação de recursos públicos são o exercício de direito e dever do cidadão. **Os Conselhos exercem um papel fundamental no sentido de assegurar que os recursos públicos sejam utilizados adequadamente e em benefício de toda a população** (BRASIL, 2015, p. 146 – grifo nosso).

Diegues (2013) entende que essa divisão de poderes instituída pela Constituição possibilitou diversas formas participativas na gestão e no controle das políticas públicas pela sociedade. Nas políticas educacionais, por exemplo, conforme apresentado no Caderno de Estudos do Censo Escolar (BRASIL, 2015), existem diferentes tipos de conselhos para “acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas educacionais, como, por exemplo: o Conselho Nacional, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, além do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS/Fundeb”, que iremos abordar nesta seção, visto que o CACS fiscaliza políticas de transferência de recursos, como transporte escolar, merenda e apoio à oferta da EJA, que são programas que estão diretamente ligados aos dados gerados no Sistema Educacenso.

Observa-se também que são definidos por leis conselhos para garantir os direitos da criança e do adolescente que, em Cacoal, são representados pelo Conselho Tutelar, como já foi abordado na seção 2.2 deste capítulo, quando falamos sobre o direito à educação. Como a escola fica responsável por inserir os dados, também vamos identificar quais colegiados poderiam estar realizando o controle das informações geradas no Sistema Educacenso.

Cada conselho atua de forma diferente, mas complementar. Por isso, foi importante pesquisar a atuação de alguns desses conselhos dentro do município de Cacoal e nas escolas pesquisadas.

Como destacado na seção 1.1, com a instituição do Fundef e depois do Fundeb, o Censo Escolar, por meio do Sistema Educacenso, torna-se a principal ferramenta para a distribuição de recursos a partir da quantidade de alunos informada na matrícula inicial. A

Controladoria Geral da União (CGU), após um estudo com 90 CACS-Fundeb, nas esferas estadual e municipal, desenvolveu uma cartilha de orientação aos conselheiros denominada “O Censo da Educação Básica: Orientações para os CACS-Fundeb”. O estudo revelou

questões relacionadas ao trabalho dos conselheiros no âmbito do Censo Escolar, como: falta de infraestrutura para realização das atividades; ausência de acesso ao Sistema Educacenso para acompanhamento das informações; pouco conhecimento sobre a legislação referente ao Censo da Educação Básica e ao Fundeb; falta de capacitação para exercer as funções relacionadas à supervisão e ao acompanhamento do Censo Escolar; entre outras questões (BRASIL, 2015, p. 5).

A cartilha tem como objetivo orientar como os conselheiros devem acompanhar as informações do Censo Escolar, orientando, também, como utilizar o Sistema Educacenso para controle da matrícula inicial. Os conselheiros devem acompanhar se as matrículas informadas pelas escolas estão corretas, ficando atentos, principalmente, no período de retificação (período para as inconsistências serem corrigidas), quando são enviados aos gestores municipais os relatórios com os dados por escola (BRASIL, 2015). Segundo a cartilha, as atribuições dos conselheiros são:

Acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundeb. **Supervisionar a realização do Censo Escolar.** Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação. Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do Fundeb a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE (BRASIL, 2015, p.10-11 – grifo nosso).

Diante do exposto, viu-se a necessidade de conhecer como é realizado o acompanhamento do CACS/Fundeb municipal e do Conselho Escolar em Cacoal. Ao entrar em contato com a presidente do CACS/Fundeb municipal, ela informou que não teria competência para relatar ações da gestão passada, já que assumira a função recentemente (posse em 2018). Marcou um dia para conversarmos com a ex-presidente, mas, por motivo de trabalho, o encontro foi desmarcado. Ela informou que a ex-presidente, em conversa acerca do acompanhamento do Censo Escolar, respondera que, durante o seu mandato, nenhuma ação de acompanhamento da matrícula inicial fora feita (PRESIDENTE CACS- conversa em

17 de abril de 2018). Supomos, a partir dessa fala, que o CACS em Cacoal não está cumprindo seu papel de Controle Social do Censo Escolar.

Nas escolas de Rondônia, a Lei da gestão democrática, Lei nº 3.972, de 10 de janeiro de 2017, no art.10º, dispõe que os conselhos escolares “têm por finalidade efetivar a Gestão Democrática na forma de colegiado, tendo funções consultiva, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora e executora das questões pedagógicas, administrativas e financeiras”. Define 16 atribuições no artigo 11, dentre as quais, temos:

IX - apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos da comunidade escolar; XI - analisar e aprovar o plano de aplicação e a prestação de contas dos recursos financeiros adquiridos ou repassados à escola, comunicando aos órgãos competentes as medidas adotadas pelo Conselho Escolar, em casos de irregularidades na Unidade Escolar; XII - monitorar a merenda escolar no âmbito da Unidade Escolar, no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos; XIII - apoiar, assessorar e colaborar com a administração da Unidade Escolar em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, no sentido de cumprir as disposições legais, a preservação das instalações físicas e equipamentos da escola, bem como a aplicação de medidas pedagógicas previstas no Regimento Escolar. (RONDÔNIA, 2017)

Portanto, o Conselho Escolar é o primeiro órgão de controle social que deve participar das decisões e aprovar a prestação de contas da escola. A composição dos membros também é definida tendo, como presidente, o diretor escolar e, como tesoureiro, um pai de aluno. No artigo 51 da lei, também é garantido à instituição mais um colegiado na escola: o Grêmio Estudantil que “é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes, norteado pelos valores cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais” (RONDÔNIA, 2017). A proposta do Grêmio é o desenvolvimento da autonomia e da participação dos jovens nas decisões escolares. Esses dois colegiados podem atuar como controle social de diferentes ações na escola, principalmente da inserção de dados no Sistema Educacenso. É preciso que realmente os conselhos atuem para que tenham ações significativas.

No dia 19 de março de 2018, estive nas escolas que se constituem como objetos da pesquisa, analisando as atas de reunião do Conselho Escolar do ano de 2016. Nas três escolas, os conselhos se reuniram uma vez por mês a partir de março até dezembro, sendo que, em alguns meses, houve mais reuniões. Nas atas não localizei pauta referente ao Censo Escolar. Os assuntos, na maioria das vezes, versavam sobre o financeiro, programas de repasse de recurso, organização da prestação de contas. Em nenhuma reunião, foram dadas informações

sobre as etapas do Censo Escolar, sobre o trabalho realizado de inserção de dados e como esses dados podem ser utilizados.

Contudo, de acordo com a pesquisa, o Censo Escolar é visto como importante pela maioria dos diretores e secretários que destacam: “O Censo Escolar é muito importante, pois, com base nos dados coletados, se faz a implantação de políticas públicas e também com ele a escola recebe os recursos necessários para o funcionamento da mesma” (RESPOSTA DO D – Google Formulário enviado em 16 de março de 2018). Outro participante da pesquisa aponta o também como ferramenta para a melhoria da qualidade de ensino.

O Censo Escolar é muito importante, ele é o retrato das escolas brasileiras, dele depende a correta orientação das políticas educacionais dos três níveis de governo e, em última instância, a melhoria da qualidade do ensino público, através dele que podemos trazer melhorias para a educação (RESPOSTA DO D – Google Formulário enviado em 16 de março de 2018).

Em sua maioria, conquanto todos vejam o Censo Escolar como importante ferramenta para levantamento de dados estatísticos e para repasse dos recursos financeiros, não abordam sua importância para controle social e para monitoramento das políticas.

Nesta seção, identificamos que todos os cidadãos são responsáveis pelo controle social e que a organização em conselhos pode representar melhor a sociedade. Percebe-se, com a pesquisa, que não ficou claro se existem ações regulares protagonizadas pelos conselhos pesquisados para fiscalizar os dados do Censo Escolar. O Governo Federal, por saber que o Educacenso é um sistema fechado, disponibiliza aos cidadãos outras formas de acesso aos dados como o Dataescolabrasil e Consulta de Matrícula²². Mas, podemos questionar se só a divulgação desses canais impacta no interesse dos cidadãos em assumir esse controle. Guimarães e Abranches (2012, p.544) destacam que a proximidade da política, “o fato de estar mais próximo ao cidadão não é garantia de mais participação e de maior fiscalização e controle [...]. A sociedade civil tem dificuldades em exercer e operacionalizar os mecanismos de participação e controle social existentes”.

Essa seção foi importante, pois identificamos que, apesar das ações do INEP de divulgação do Censo Escolar, não conseguimos identificar, no controle social, ações de acompanhamento para os dados informados no Educacenso. Também temos, como hipótese,

²² Dataescolabrasil- Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.INEP.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>. Consulta de Matrícula: Esta ferramenta está disponibilizada no site do INEP e, por meio dela, é possível verificar, por estado ou por município, o número de matrículas registradas de acordo com a etapa de ensino. Acesso em: 20 mar. 2018.

que os conselhos pesquisados não utilizamos dados gerados nesse sistema para controle social das políticas públicas. Diante das reflexões teóricas, pode-se destacar que ainda existem dificuldades para operacionalizar os mecanismos de participação popular. Contudo, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada, dentro dos conselhos existentes, para identificar suas ações de controle social diante das políticas públicas educacionais.

Finalmente, encerramos o capítulo, identificando que, em todos os eixos trabalhados, há dificuldades e inconsistências que precisam ser minimizadas. Diante disso, no capítulo subsequente, vamos apresentar um Plano de Ação Educacional (PAE), construído com fins de minimizar as inconsistências diagnosticadas na pesquisa.

3 – PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR AS INCONSISTÊNCIAS NA INSERÇÃO DE DADOS NO SISTEMA EDUCACENSO.

Nos capítulos anteriores discutiu-se o Censo Escolar como política pública, analisando os dados do relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, disponibilizado no Sistema Educacenso, do ano de 2016. Buscou-se, por meio da pesquisa, compreender como se dá o processo de inserção de dados nas escolas e como a equipe entende o Censo Escolar, sendo entrevistados atores que estão diretamente ligados à inserção dos dados das três escolas definidas como objeto de pesquisa. Diante desses dados, realizou-se uma discussão embasada em autores como: Abrucio (2010), Oliveira (2011, 2015), Cury (2008), Davies (2011), Morin (2006), Saviani (2010), Lück (2009), Santos e Menezes (2001), entre outros, relacionando com os resultados da pesquisa. Primeiramente, identificou-se a política do Censo Escolar no contexto da educação com base na CF de 1988. Buscou-se também discutir a garantia do direito de permanência do aluno e quais ações são realizadas pelas diferentes instituições envolvidas na garantia do direito à educação. Por meio do monitoramento e entrevistas, percebe-se como a cultura organizacional e a gestão escolar podem influenciar no processo de inserção dos dados no sistema Educacenso. E, por fim, destaca-se a atuação dos conselhos como controle social dos dados do Censo Escolar.

O Conselho Tutelar foi ouvido, pois o relatório apresenta alunos que podem estar fora da escola. Ouviu-se, ainda, a Tutora do Programa de Formação pela Escola, uma vez que, embora o curso do Censo Escolar tenha sido disponibilizado principalmente para os gestores, obteve pouca adesão nos anos anteriores. Por meio da análise documental, foram comparados os dados do diário eletrônico com os dados do relatório. Com essas ações, foram identificados alguns achados que mostram que o relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, não retrata totalmente a realidade escolar.

Portanto, neste capítulo, serão apresentadas ações que buscam melhorar o processo de inserção de dados, para, assim, diminuir as inconsistências para que os dados apresentados no relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” estejam mais próximos da realidade e para que esse relatório seja utilizado como ferramenta de controle dos alunos que estão com transferência retida pela família, disponibilizando as informações com as instituições de fiscalização competentes (MP, Conselho Tutelar).

As ações serão divididas em três seções. Serão apresentadas, inicialmente, ações implementadas e ações a implementar. Isso se dá porque, durante o processo de pesquisa,

percebeu-se a importância da realização de algumas estratégias visando à melhoria do processo de inserção de dados no Educacenso. Na última seção serão abordadas as ações de monitoramento que têm sido realizadas de forma contínua, possibilitando o seu aperfeiçoamento ao longo da pesquisa. A figura 8 apresenta os achados da pesquisa dentro dos eixos analisados a partir dos quais o PAE foi elaborado.

Figura 8 - Achados da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Analisando os achados da pesquisa, observa-se que algumas ações envolvem a Secretaria de Educação e o INEP, enquanto outros problemas podem ser minimizados com ações da Coordenadora Regional do Censo Escolar em parceria com as escolas. Em primeiro lugar, vamos abordar as ações que necessitam de atores externos, como, por exemplo, o problema do aluno com ID duplo.

Uma forma de minimizar esse problema é que todos os alunos tenham Cadastro de Pessoa Física (CPF). Em 2015, a Receita Federal divulgou a Instrução Normativa nº 1548/15, cujo art. 4º orienta que o CPF deve estar mencionado na Certidão de Nascimento. Só no ano de 2017, contudo, que se determinou um modelo único de Certidão em todo o território nacional, com o Provimento nº 63, de 14/11/17, do Conselho Nacional de Justiça. O art.6º traz: “o CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito”. Portanto, futuramente esse problema será minimizado. Todavia, atualmente, temos, na escola, os alunos que nasceram antes desse período. Assim, uma maneira de buscar resolver esse

problema seria uma intensa campanha da equipe escolar estimulando os pais a providenciarem o CPF dos seus filhos.

Outra questão é que o Educacenso é um sistema fechado e, por isso, não consegue atender totalmente à modalidade EJA. As turmas que iniciam no primeiro semestre são informadas no sistema, mas as turmas do segundo semestre não são cadastradas devido ao fato de a data base para informação de matrícula no Censo Escolar ser até a última quarta feira de maio. Portanto, os alunos que pedem transferência do regular e vão para essa modalidade, no segundo semestre, aparecem no relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”. A Secretaria Estadual de Educação já solicitou ao INEP um censo diferenciado para a EJA, mas até o momento não foi disponibilizado.

Há, ainda, a questão dos sistemas desarticulados de diário eletrônico entre os entes federados. A existência de um único sistema eletrônico facilitaria o monitoramento e a localização dos alunos. Importante ressaltar que essas ações demandam a articulação entre estado e município.

Na pesquisa percebeu-se que algumas das inconsistências se dão por falhas na inserção e na conferência dos dados. Para sanar essas inconsistências, serão apresentadas ações de melhoria no sistema de diário eletrônico. Observou-se também, com a pesquisa e até mesmo no monitoramento realizado nas escolas, que o secretário fica com a maior responsabilização sobre o Censo Escolar. Portanto, para minimizar essas falhas, entende-se que, primeiro, deve-se ter conhecimento da política, principalmente por parte dos gestores, que são definidos pelo INEP como os principais responsáveis pelos dados do Censo Escolar. Outra questão é que mais atores precisam estar envolvidos nesse processo de organização para a inserção dos dados, pois as ações na escola são interligadas, como, por exemplo, inserir no processo os orientadores que podem identificar os alunos que não estão frequentando para que não sejam inseridos na matrícula inicial.

A escola precisa conhecer o Censo Escolar como política que pode ser usada como controle social, prestação de contas. Por meio do relatório de “*Alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, o Conselho Tutelar pode identificar os alunos com transferência retida, mas é necessário que o relatório tenha informações fidedignas. Sendo assim, por entender que a informação é o melhor processo para minimizar a distância da política e melhorar o seu uso, que o acompanhamento e o monitoramento são ações importantes para garantir fidedignidade dos dados, o Plano de Ação Educacional encontra-se pautado em ações que abordam esses dois temas. Portanto, serão abordadas, na seção 3.1, ações implementadas divididas em duas subseções: 3.1.1 Formação Continuada para Gestores

e 3.1.2 Divulgação de política para remediação da distorção idade/série. Na seção 3.2, ações a implementar que estão divididas em: 3.2.1 Sistema de Diário Eletrônico; 3.2.2 Formação para os conselheiros; 3.2.3 Formação para utilização do Sistema Educacenso. Na seção 3.3, o monitoramento e o acompanhamento das ações. Todas as ações propostas buscam minimizar os problemas detectados com a pesquisa.

Para a formulação das proposições que compõem o PAE desta pesquisa, fez-se uso da ferramenta 5W2H cujos termos se apresentam no quadro a seguir.

Quadro 14 - Ferramenta 5W2H

What	O que será feito (etapas)
Why	Por que será feito (justificativa)
Where	Onde será feito (local)
When	Quando será feito (tempo, período)
Who	Por quem será feito (responsabilidade)
How	Como será feito (método)
How much	Quanto custará fazer (custo)

Fonte: Adaptado de Meira (2003).

3.1 Ações implementadas

Na pesquisa, e principalmente no primeiro capítulo, foi destacada a importância da aproximação da política com os atores que vão implementá-la. Sabe-se que, de acordo com a legislação do Censo Escolar, o diretor é o responsável por declarar os dados da sua escola no Sistema Educacenso. Como já abordado no capítulo 1, o curso do Censo Escolar do Programa de Formação pela Escola é uma estratégia de formação utilizada pelo INEP, para que a comunidade tivesse acesso à política do Censo Escolar e ao Sistema Educacenso, conhecendo, assim, suas funcionalidades e importância. Em Rondônia, o curso foi oferecido devido à necessidade de melhorar a inserção de dados no sistema. Nas entrevistas, percebe-se que ainda há pouco envolvimento dos gestores na sistemática para inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar no Sistema Educacenso. Com a possibilidade de oferta do curso no mês de março de 2018, viu-se a necessidade de implementar a ação, antes da conclusão do

trabalho, para que, com mais informações, os gestores possam liderar a equipe e planejar ações que minimizem as inconsistências do Educacenso em 2018.

Outra ação implementada foi o levantamento dos alunos que tinham direito a se inscrever no programa Governo Federal que tem como objetivo oportunizar a conclusão da etapa em defasagem por meio de avaliação. Mesmo sabendo que essas ações não resolvem o problema da distorção idade-série, trata-se de uma oportunidade ofertada ao aluno que precisa ser informado desse direito, que, muitas vezes, passa despercebido pela escola, mesmo com toda divulgação na mídia.

3.1.1 – Formação Continuada

A ação realizada teve como objetivo a melhoria da inserção dos dados, e aproximação da política do Censo Escolar. A proposta foi criar estratégia de mobilização para que os gestores pudessem participar do curso do Censo Escolar do Programa de Formação pela Escola. Essa ação foi realizada em parceria com a Coordenação, a Tutora do Programa de Formação pela Escola e com a Coordenadora Regional e Gerência Pedagógica da CRE.

Quadro 15 – Oferta de formação para os gestores

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Mobilização para participação dos gestores no curso sobre do Censo Escolar do Programa de Formação pela Escola.
Por que será feito?	Para que todos os gestores tenham conhecimento da política do Censo Escolar, a fim de que eles entendam os objetivos do Censo e a importância da inserção de dados fidedignos no Sistema Educacenso.
Onde será feito?	Coordenadoria Regional de Educação – CRE.
Quando será feito?	Fevereiro a abril.
Por quem será feito?	Gerente Pedagógica da CRE, Coordenadora Regional do Censo Escolar e Tutora do Programa de Formação pela Escola.
Como será feito?	A equipe da CRE vai mobilizar os gestores sobre a importância e buscar formas para que eles possam se matricular, enviando documento e ajustando horários e pré-requisitos.
Quanto vai custar?	Alimentação para os dois encontros presenciais para 37 pessoas e material de apoio como sulfite e impressão - R\$500,00.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a realização da ação, foi necessário entrar em contato com a Coordenação do Programa de Formação pela Escola, em Porto Velho, solicitando que os diretores fossem dispensados do pré-requisito (conclusão do curso de Competências Básicas) para realização do curso do Censo Escolar. A justificativa apresentada foram as atribuições dos diretores e a importância da formação diante da sua responsabilidade com a inserção dos dados no Sistema Educacenso. Após a liberação, a Gerente Pedagógica da CRE enviou memorando de convocação para que os gestores participassem do curso. A Coordenadora Regional de Educação também reforçou a importância da participação dos gestores e, assim, foram encaminhadas as fichas de inscrição para todos.

O curso foi iniciado pela tutora do Programa de Formação pela Escola no dia 16 de março com 37 cursistas, sendo: 21 diretores e vices, 3 secretários, os outros cursistas são funcionários de escolas e acadêmicos. No primeiro encontro presencial, a Coordenadora Regional do Censo Escolar destacou a importância desse curso e orientou que o Plano Operacional que deveria ser entregue como trabalho final fosse um planejamento real das ações que eles deveriam realizar com a equipe durante as etapas do Censo Escolar 2018.

Segundo os gestores, suas expectativas para o curso foram²³:

Busco interatividade e troca de experiências, pois o conhecimento que tenho sobre o censo foi através da participação em reuniões e conversas com colegas de trabalho. (DIRETORA – Escola Buriti, apresentação em 16 de março 2018).

Tenho a pretensão neste curso de aprimorar os conhecimentos sobre o Censo Escolar e assim efetivamente contribuir para melhor desenvolvimento do mesmo (DIRETORA – Escola Araçá Boi, apresentação em 15 de março 2018).

Minha expectativa é que o mesmo me proporcione conhecimentos para poder colaborar com maior presteza ao fazer o censo de nossa Instituição de Ensino, quanto ao preenchimento dos formulários e os dados coletados o mais transparente possível (DIRETORA – Escola Banana Nanica, apresentação em 13 de março de 2018).

Sempre tive a necessidade de saber mais sobre o censo escolar, como funciona. É através do censo que são construídas as políticas públicas para a resolução de problemas enfrentados pela população que almejam providências por parte dos nossos governantes” (DIRETORA – Escola Açaí, apresentação em 13 de março de 2018).

É obter mais informações sobre a importância do censo escolar para poder colaborar mais e melhor com o censo da minha escola, quanto ao preenchimento dos formulários e os dados coletados os mais transparentes possíveis, para subsidiar o planejamento, a elaboração, a execução e o encaminhamento das políticas públicas educacionais (DIRETORA – Escola Cacau, apresentação em 12 de março de 2018).

²³ Dados disponibilizados pela tutora do Programa de Formação pela Escola, retirados da plataforma do curso do chat de apresentação.

Nas falas dos gestores, percebe-se que, em sua maioria, as expectativas são as mesmas propostas para o oferecimento do curso, ou seja, que o conhecimento sobre a política e suas ferramentas possa melhorar o processo de inserção dos dados e diminuir as inconsistências. O curso finalizou com 33 cursistas, sendo que três dos desistentes são gestores.

3.1.2 Divulgação de política para remediação da distorção idade-série

Os dados do Censo Escolar mostram que muitos alunos estão em distorção idade/série. Na seção 2.2, destacamos diferentes causas para o aluno ficar fora da escola, dentre as quais a própria negligência dos pais. Na entrevista, a orientadora da Escola Café destacou que a distorção pode ser uma das responsáveis pela transferência retida, porque o aluno acaba não se enquadrando em uma série devido à idade. Sendo assim, opta pelo Encejeja, programa nacional que certifica os alunos que não concluíram a etapa na idade certa, por meio de realização de uma prova. Cabe destacar que essa ação não resolve o problema da garantia do direito de acesso e permanência do aluno na escola, sendo apenas uma forma de certificação.

A certificação, por sua vez, também não garante um ensino de qualidade, ou seja, trata-se apenas de uma ação paliativa para resolver um problema que está posto. Não se ignora que o problema da distorção idade-série, para ser resolvido, precisa de uma ação conjunta entre os entes federados, escolas, famílias e órgãos de fiscalização como MP e Conselho Tutelar. Porém, buscando garantir que todos tenham acesso às informações e a seus direitos, realizou-se uma ação buscando assegurar o conhecimento dos alunos sobre uma política que garante o direito à conclusão da etapa em distorção por meio da prova.

Quadro 16 – Divulgação do Encejeja nas escolas

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Mobilizar os orientadores para que apresentem aos pais e alunos o Encejeja, divulgando seu edital e colaborando com a inscrição.
Por que será feito?	Para oportunizar aos alunos conclusão de uma etapa e sequência da outra na idade certa.
Onde será feito?	Escolas Estaduais da Regional de Cacoal – Cre.
Quando será feito?	Abril

Por quem será feito?	Coordenadora Regional do Censo Escolar em parceria com as escolas e coordenadora do Encejea.
Como será feito?	Será enviada para as escolas a lista de alunos com distorção por série, juntamente com as informações para inscrição do Encejea. Em seguida, a Coordenadora do programa vai realizar uma divulgação em todas as escolas para sanar dúvidas.
Quanto vai custar?	Deslocamento até as escolas, combustível - aproximadamente R\$500,00

Fonte: Elaborado pela autora

No primeiro momento, a Coordenadora Regional do Censo Escolar, utilizando a ferramenta do diário eletrônico, realizou o levantamento dos alunos por escola/série, que estavam aptos para fazer a avaliação. Segundo o edital do programa, 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, completos até a data da prova. Em seguida, foi encaminhado um email para todas as escolas com orientações sobre a inscrição do Encejea solicitando que elas realizassem divulgação para os alunos da lista encaminhada e acompanhassem os interessados no processo de inscrição. O email foi enviado no dia 16 de abril de 2018, quando iniciaram as inscrições do Encejea. A Coordenadora Regional de Educação também reforçou as orientações junto aos diretores, destacando que essa é uma ação que pode reduzir o número de alunos em distorção idade/série.

Com essa ação, percebeu-se que as escolas possuem uma grande quantidade de alunos em distorção, conforme apresentado na tabela 5.

Tabela 5 - Alunos em distorção por escola aptos para realizar o Encejea

NOME FICTÍCIO DA ESCOLA	QUANTIDADE DE ALUNOS DO ENS. FUNDAMENTAL 2017	QUANTIDADE DE ALUNOS DO ENS. MÉDIO 2017
Manga	2	-
Graviola	27	-
Banana Nanica	16	-
Café	13	67
Cupuaçu	13	-
Jambo	7	24
Cacau	3	54
Buriti	-	33
Açaí	11	-
Araça Boi	7	-

Jatobá	15	-
Pupunha	-	12
Limão Thaiti	6	-
Jambu	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do diário eletrônico

Podemos visualizar que as escolas que atendem ao Ensino Médio possuem maior número de alunos em distorção, o que pode ser um reflexo dos alunos que já saem do Ensino Fundamental acima da idade considerada ideal. Na tabela, as escolas que não têm informação de alunos em determinados segmentos são aquelas que não os oferecem, A Escola Jambu, por exemplo, atende apenas aos anos iniciais e não apresenta alunos com idade de 15 anos para realizar a prova com objetivo de concluir o Ensino Fundamental.

As planilhas enviadas para as escolas foram organizadas para que elas identificassem o nome dos alunos, a idade e a série que estão cursando, para, assim, facilitar sua localização. Na tabela não foram inseridos os alunos das últimas séries de cada etapa (9 E.F. e 3 E.M.), já que estão concluindo o ciclo, conquanto tenha sido sugerido que as escolas também divulgassem para esses alunos, os quais também teriam direito à realização da prova. Não foi possível identificar, por meio da Coordenação Regional do Censo Escolar, os alunos em distorção do Ensino Médio do campo, já que eles não estão cadastrados no diário eletrônico. Portanto, foi solicitado que as escolas divulgassem para os alunos, enviando o relatório do Educacenso de 2017, emitido em 25 de setembro de 2017, que apresentou 70 alunos em distorção distribuídos nas turmas do 1º e 2º anos. Os quadros foram enviados conforme figura 9 que apresenta alunos da Escola Café.

Figura 9 - Alunos com idade para se inscreverem no Enceja da Escola Café

ORD	NOME	IDADE	SÉRIE	ORD	NOME	IDADE	SÉRIE	ORD	NOME	IDADE	SÉRIE
1		15	7A	28		20	1D	55		23	2B
2		15	7A	29		20	1D	56		19	2B
3		15	7B	30		21	1D	57		21	2B
4		15	7B	31		18	1D	58		18	2B
5		15	8A	32		22	1D	59		22	2B
6		16	8A	33		18	1D	60		18	2B
7		15	8A	34		19	1D	61		19	2B
8		15	8A	35		19	1E	62		18	2B
9		15	8B	36		20	1E	63		23	2B
10		15	8B	37		20	1E	64		18	2B
11		15	8B	38		21	1E	65		18	2C
12		16	8B	39		20	1E	66		18	2C
13		15	8B	40		20	1E	67		20	2C
14		20	1C	41		19	1E	68		20	2C
15		18	1C	42		18	1E	69		18	2C
16		20	1C	43		18	2A	70		19	2C
17		24	1C	44		18	2A	71		23	2C
18		18	1C	45		18	2A	72		18	2C
19		19	1C	46		18	2B	73		18	2C
20		18	1C	47		18	2B	74		27	2C
21		18	1C	48		27	2B	75		20	2D
22		20	1D	49		19	2B	76		18	2D
23		24	1D	50		19	2B	77		21	2D
24		18	1D	51		20	2B	78		18	2D
25		19	1D	52		18	2B	79		20	2D
26		20	1D	53		18	2B	80		20	2D
27		20	1D	54		21	2B				

Fonte: Print do instrumental utilizado pela Cre Cacoal.

Na próxima seção, serão apresentadas propostas de ações que visam melhorar o processo de inserção de dados e de aproximação com a política do Censo Escolar.

3.2 Ações a implementar

Nesta seção, serão apresentadas ações que podem ser realizadas para melhoria das inconsistências diagnosticadas na pesquisa. Uma ação constitui uma sugestão para a Secretária Estadual de Educação, voltada para o sistema de diário eletrônico, e as outras duas estão focadas na formação que será realizada pela Coordenadora Regional do Censo Escolar em parceria com a Tutora do Programa de Formação pela Escola.

3.2.1 Sistema de Diário Eletrônico

O Estado de Rondônia utiliza o sistema de diário eletrônico no qual são realizadas as matrículas e inseridos os dados referentes à vida escolar dos alunos. Esse sistema, se estivesse adequado aos formulários do Sistema Educacenso, poderia facilitar a inserção dos dados e diminuir as inconsistências por meio da migração das “informações educacionais por meio de arquivos texto (txt), caso as redes ou instituições de ensino possuam sistemas próprios” (BRASIL, 2015, p. 86). Para essa migração de dados, o sistema deve ter um *layout* conforme o divulgado pelo INEP. Diante disso, a proposta de ação será a adequação do sistema de diário eletrônico para migração dos dados.

Quadro 17 – Adequação do sistema de diário eletrônico para migração dos dados

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Adequação do sistema de diário eletrônico de acordo com o <i>layout</i> do INEP para que os dados possam ser migrados.
Por que será feito?	Para diminuir as inconsistências, pois assim os responsáveis utilizarão um único sistema e o trabalho de inserção de dados será apenas uma vez, facilitando, principalmente, a conferência dos dados.
Onde será feito?	Secretaria Estadual de Educação RO.
Quando será feito?	2019
Por quem será feito?	Equipe do CTI da Seduc, responsável pela programação do diário eletrônico.
Como será feito?	A equipe precisa conhecer as exigências de <i>layout</i> para migração dos dados, adequando os termos utilizados no diário com o Educacenso e acrescentando as modalidades e projetos que o sistema atende.
Quanto vai custar?	A Seduc já possui uma equipe de programação, ou seja, não haverá custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora

3.2.2 Formação para os Conselhos

O Censo Escolar precisa ser conhecido por toda a equipe, principalmente pelos membros dos conselhos que têm a função de realizar o controle social das políticas educacionais. Assim, uma das ações será mobilizar para que o Conselho Escolar e Conselho Tutelar participem do curso do Programa de Formação pela Escola. Além disso, nas escolas onde o grêmio tem alunos com 16 anos, é importante incluí-los no curso.

Quadro 18 – Oferta de formação para os Conselhos

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Mobilização para que os membros do Conselho Escolar, Tutelar e membros do Grêmio Estudantil conheçam o curso de Formação pela Escola sobre o Censo Escolar e matriculem-se.
Por que será feito?	Para que as pessoas responsáveis pelo controle social possam conhecer os objetivos da política do Censo Escolar e como o Sistema Educacenso pode ser usado para controle social por meio dos seus relatórios.
Onde será feito?	Coordenadoria Regional de Cacoal – CRE.
Quando será feito?	Agosto a setembro
Por quem será feito?	Coordenadora Regional do Censo Escolar e Tutora do Programa de Formação pela Escola
Como será feito?	Será realizada uma mobilização com os gestores para que incentivem os membros do Conselho Escolar e Grêmio Estudantil para realizar o curso. Também serão realizadas visitas para apresentar o curso nas escolas. Por meio de ofício, será enviado convite aos membros do Conselho Tutelar e agendamento da visita para explanação sobre o curso.
Quanto vai custar?	Alimentação para os 2 encontros presenciais para 40 pessoas e material de apoio impressão - R\$500,00. Deslocamento combustível 40km – R\$ 200,00.

Fonte: Elaborado pela autora

Isso será divulgado nas escolas, em parceria com os gestores, para que eles estimulem a adesão dos membros do Conselho Escolar. O curso será oferecido aos membros do Conselho Tutelar, visto ser importante para a boa execução de suas funções. O curso será realizado conforme a metodologia do Programa de Formação pela Escola com dois encontros

presenciais e atividades *on-line*. Essa ação é importante, pois, como já vimos, os cidadãos precisam assumir a tarefa de participar da gestão pública exercendo o controle social, sendo a escola um espaço ideal para o início dessa ação. Não foi inserido o Conselho do CACS/Fundeb nessa ação, pois existe, como citado no texto, a cartilha de orientação sobre o Censo Escolar específica para esse conselho, a qual foi encaminhada pela Coordenadora Regional do Censo Escolar, no dia 17 de abril de 2018, para a atual presidente, que também se colocou à disposição para mais orientações sobre o Sistema Educacenso. Os membros do CACS também foram convidados para participar do treinamento do Censo Escolar.

Na próxima subseção, vamos apresentar uma ação mais técnica de treinamento para utilização do sistema. Essa ação é importante devido ao fato de o Educacenso ser uma plataforma com formulários e nomenclaturas específicos.

3.2.3 Formação para utilização do Sistema Educacenso

Na pesquisa, identificamos que alguns alunos apresentados no relatório não foram inseridos no Sistema Educacenso. Portanto, é fundamental que os responsáveis pela inserção dos dados tenham conhecimento de todas as ferramentas do sistema para evitar, assim, falhas de inserção de dados.

Quadro 19 – Treinamento para utilização do Sistema Educacenso

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Treinamento para conhecimento e utilização das ferramentas do Sistema Educacenso para diretores, secretários, orientadores, supervisores coordenadores de programas e sala de AEE, membros do conselho escolar e grêmios estudantis, Coordenadora do Censo Escolar municipal e diretores e secretários das escolas privadas. Total de 100 pessoas no início, no segundo momento, 40 pessoas.
Por que será feito?	Para que os responsáveis pela inserção dos dados possam ter conhecimento das ferramentas do sistema e para que a equipe escolar tenha conhecimento de como funciona o Censo Escolar e Sistema Educacenso.
Onde será feito?	Coordenadoria Regional de Cacoal – CRE.
Quando será feito?	Matrícula Inicial e Situação aluno serão marcadas em 2019
Por quem será feito?	Coordenadora Regional do Censo Escolar

Como será feito?	O treinamento será realizado em 2 momentos: 1 de informes do Censo Escolar /Sistema Educacenso, 2 de Navegação Guiada.
Quanto vai custar?	<i>Coffee breack</i> para 100 pessoas - R\$ 200,00.

Fonte: Elaborado pela autora

No treinamento da matrícula inicial, o primeiro momento tem o objetivo de sensibilizar a equipe escolar apresentando como o Censo Escolar funciona, qual é a função do Sistema Educacenso, quem pode ter acesso ao sistema, a divisão das etapas e quais dados são inseridos em cada uma delas. Destaca-se, também, como cada componente da reunião pode auxiliar o responsável pela inserção dos dados. Por exemplo: os professores do Atendimento Educacional Especializado podem enviar a lista dos alunos com necessidades especiais e os recursos de que esses alunos necessitam. Com essas pequenas ações em equipe, o processo fica menos burocrático e mais fidedigno.

No segundo momento, ficarão apenas os responsáveis pela inserção dos dados no Sistema Educacenso: diretores, secretários e auxiliar de secretaria. Nesse momento, será realizada a chamada “Navegação Guiada” durante a qual são passados detalhadamente os formulários de cada etapa, informando os dados que devem ser inseridos em cada item e tirando as dúvidas dos programas específicos, como Correção de Fluxo, Progressão Parcial, Programa Novo Mais Educação etc. Normalmente, o curso é realizado na abertura das etapas, para que os responsáveis, com as dúvidas sanadas, possam iniciar o processo de inserção dos dados.

Conhecer o sistema é essencial, mas criar uma cultura de monitoramento das ações realizadas para conferência das informações inseridas é muito importante para que os dados estejam corretos. Portanto, na seção subsequente, vamos abordar ações de monitoramento e acompanhamento do trabalho.

3.3 Monitoramento e acompanhamento das ações

Durante a pesquisa, mostrou-se a importância da realização do monitoramento e do acompanhamento das ações não apenas por parte da escola, mas também por parte da Coordenação Estadual e Regional. Essa ação foi realizada com o objetivo de diminuir as inconsistências e de também criar uma cultura de conferência dos dados entre os atores responsáveis pela sua inserção.

Quadro 20 – Realização de monitoramento e acompanhamento da inserção dos dados

Etapa	Detalhamento
O que será feito?	Monitorar, por meio do Sistema Educacenso, as ações realizadas e organizar um cronograma de conferência nas escolas. Comparar os dados do Educacenso com o diário eletrônico.
Por que será feito?	Para diminuir as inconsistências de inserção dos dados e para estimular a prática de monitoramento das ações pelos gestores e secretários.
Onde será feito?	Escolas Estaduais da Regional de Cacoal – CRE.
Quando será feito?	Nas duas etapas do Censo Escolar – Matrícula Inicial e Situação Alunos, conforme cronograma da portaria 254/INEP/ABRIL/2018.
Por quem será feito?	Coordenadora Regional do Censo Escolar em parceria com as escolas.
Como será feito?	Inicialmente será feito o acompanhamento pelo Sistema Educacenso. 15 dias antes do fechamento do sistema, será feito um cronograma de visita para conferência dos dados inseridos com os dados do diário eletrônico, utilizando instrumental específico para cada etapa.
Quanto vai custar?	Deslocamento até as 24 escolas, combustível aproximadamente 200km R\$ 2000,00 para as duas etapas.

Fonte: Elaborado pela autora

Primeiramente, realiza-se o acompanhamento no Sistema Educacenso, verificando as escolas que ainda não iniciaram a inserção dos dados. Com a finalização das inserções, será realizado um cronograma de conferência com o responsável pela inserção dos dados, que será enviado por email para as escolas. Após o fechamento do sistema, acompanha-se o envio dos relatórios para identificar as inconsistências e informar os responsáveis para correção.

Na segunda etapa do Censo Escolar, ao final do processo de inserção dos dados no Sistema Educacenso, será solicitada a geração do relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” e que cada escola relacione o destino informado no livro de transferência. Com esses dados, será realizada uma busca de aluno por aluno no diário eletrônico para identificar os alunos que estavam em escolas estaduais e ainda não haviam sido admitidos após no Sistema Educacenso. Também será enviada, para a Semed, a relação de alunos que informaram transferência para escolas municipais e, para a Seduc, as transferências para outros estados.

Essa ação é importante não apenas pela Coordenadora Regional do Censo Escolar, mas também deve acontecer na escola após a inserção dos dados em parceria com a equipe.

Com essa ação, a coordenadora vai demonstrando a importância de retomada para que os responsáveis pela inserção dos dados possam criar essa rotina na escola. A Coordenação Estadual do Censo Escolar também realizou esse trabalho em Cacoal, mas de forma amostral, visitando apenas três escolas que apresentaram o trabalho de conferência, realizado em parceria com a Coordenadora Regional, apresentando o instrumental.

Na pesquisa, identificamos alunos que realmente ficaram fora da escola. Conseguimos detectar alguns motivos para essa ausência, porém, há necessidade de uma pesquisa mais aprofundada a fim de averiguar por que isso tem ocorrido.

Frente ao exposto, na próxima seção, serão apresentadas as considerações finais do trabalho até aqui realizado, enfatizando que ele foi um recorte das escolas estaduais de Cacoal. Diante da amplitude do Censo Escolar em nível nacional, a pesquisa pode ser utilizada para despertar a importância do tema, motivando, assim, novas pesquisas e/ou aprofundamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as argumentações apresentadas, objetiva-se, neste momento, tecer algumas considerações finais a respeito da investigação realizada até aqui. Cabe destacar que a pesquisa teve como base de análise a delimitação de três escolas, que foram definidas conforme critérios já apresentados. A partir dos resultados da investigação, foram analisados os dados e elencados os resultados das análises. Portanto, as considerações aqui feitas não podem ser vistas como uma análise definitiva sobre o caso estudado. Elas podem, sim, ser consideradas uma síntese e utilizadas como ponto de partida para futuras e novas investigações.

A pesquisa foi desenvolvida para que os resultados pudessem atingir os objetivos definidos no início do caso de gestão, tendo, como objetivo geral, analisar o preenchimento e o monitoramento do Educacenso a partir do relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” no ano vigente na rede estadual de Cacoal (RO) e propor um Plano de Ação Educacional. A metodologia e os instrumentos utilizados foram escolhidos para que os objetivos definidos pudessem ser atingidos e, assim, fosse possível responder à questão de investigação: “como se dá o processo de inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar nas escolas na rede estadual de Cacoal – RO?”

Com a proposta de apresentar as evidências que comprovassem a importância dessa pesquisa, o capítulo 1 apresentou um breve histórico do Censo Escolar como política e as funcionalidades do Sistema Educacenso que é utilizado como ferramenta para coleta, análise, sintetização e divulgação dos dados. O leitor pôde conhecer como é organizado o sistema de coleta de dados e por que o Censo Escolar é considerado uma política de centralização do governo, apresentando os programas federais que utilizam sua base de dados. Também foi possível identificar os atores responsáveis e suas atribuições dentro da política do Censo Escolar. O texto apresentou, ainda, o objeto de estudo da pesquisa, que foi o relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, apresentando as evidências das escolas de Cacoal e definindo a delimitação da pesquisa. Nesse capítulo, pôde-se compreender como se dá a política do Censo Escolar e como funciona o Sistema Educacenso, além de ter sido apresentado como é realizado o acompanhamento por parte do INEP, Seduc e Coordenação Regional do Censo Escolar junto às escolas. Percebe-se, assim, a importância do Censo Escolar como política de centralização de recursos e o Educacenso como ferramenta descentralizada para recenseamento educacional. Nesse sentido, ressalta-se a

importância de se terem informações fidedignas, pois os dados são utilizados para programas/políticas que buscam melhorar a qualidade da educação.

Após conhecer as informações necessárias para compreender o processo da pesquisa, no capítulo 2, foram apresentados os resultados, divididos em 4 eixos. Com base na teoria, buscou-se refletir e compreender o contexto da política do Censo Escolar e os resultados da pesquisa. No primeiro eixo - Sistemas Educacionais e Descentralização - abordamos que a política do Censo Escolar e o Sistema Educacenso foram desenvolvidos atendendo à dinâmica do novo sistema federativo brasileiro instituído a partir da Constituição Federal de 1988 e como o federalismo influenciou na dinâmica educacional e nas decisões da organização dos sistemas de ensino. Pôde-se concluir, de acordo com a pesquisa, que as escolas compreendem o Sistema Educacenso como bem organizado e de fácil utilização, além de identificar que os dados do relatório de *“alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade”* não retratam fielmente a realidade educacional das três escolas pesquisadas.

No segundo eixo, que teve como tema - Direitos de Aprendizagem: um olhar sobre a garantia de acesso e permanência no município de Cacoal -, foi realizada uma discussão sobre a educação como direito social, público e subjetivo, destacando que o Estado tem o dever de ofertar e, principalmente, de garantir a permanência do estudante. Com os dados da pesquisa, percebe-se que, não raro, a falta de estrutura socioeconômica dificulta a permanência do estudante, pois, devido às condições da família, ele se sente obrigado a trabalhar para ajudar na renda familiar. Foi abordado também que, por ser um direito subjetivo, muitas vezes a educação precisa ser exigida. Para isso, existem as instituições, como o MP, que cobram dos responsáveis (Estado e Família) a garantia desse direito. Também abordamos o Conselho Tutelar como principal parceiro dessas instituições, por serem eles que fazem a interligação escola/família/MP. Concluiu-se que as instituições ainda têm dificuldade na realização de ações para localizar alunos com transferência retida, não existindo, atualmente, estratégias para que isso aconteça, apenas ações para alunos infrequentes, o que dificulta a localização desses alunos.

Com o tema - Cultura Organizacional e Gestão Escolar em Cacoal (3º eixo), vimos como a cultura da escola pode influenciar na implementação de políticas públicas e na organização da rotina da escola e qual o papel da gestão escolar nesse contexto. A pesquisa das três escolas apontou que, na maioria das vezes, o principal responsável pela inserção dos dados do Censo Escolar é o secretário, não tendo sido identificada uma cultura de ação sistematizada pelo gestor escolar para monitoramento dos dados inseridos. Percebe-se que não há um planejamento de organização desse momento por parte da maioria dos gestores das

escolas pesquisadas. Eles apenas acompanham, perguntando se está tudo certo e se estão seguindo os prazos.

Na pesquisa identificou-se que seria importante abordar o tema - Controle Social e a Atuação dos Conselhos no Município de Cacoal (4º eixo), principalmente porque identificamos, com os estudos, que o Censo Escolar, por meio do Sistema Educacenso, além de levantamento de dados estatísticos educacionais, também é utilizado para controle social das políticas e recursos enviados pelo governo. Embora saibamos que o controle social deve ser realizado por todo cidadão, vimos que, normalmente, são organizadas instituições representativas como os conselhos, como, por exemplo, o Conselho Escolar e o Conselho do Fundeb (CACS). Diante da pesquisa, identificou-se que, nas três escolas, não existem ações específicas de controle para o Censo Escolar e para verificação dos dados inseridos no Sistema Educacenso.

Após o levantamento e análise dos dados, apresentamos os achados da pesquisa e, a partir deles, apresentaram-se ações que tinham como objetivo minimizar as inconsistências do relatório de *“alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade”* e de aproximação da política aos atores responsáveis. Portanto, foram expostas ações para melhoria do sistema de diário eletrônico do estado, para que os dados possam ser migrados para o Educacenso, diminuindo, assim, o trabalho de inserção em dois sistemas, possibilitando, com isso, mais ações de monitoramento. De posse dos resultados, viu-se a necessidade de formações, dado o fato de que quanto mais informação, maior será a apropriação da política pelos atores envolvidos. A pesquisa também apresentou o monitoramento como importante ferramenta para diminuição das inconsistências. Portanto, foi planejada uma ação de intensificação de monitoramento nas etapas do Censo Escolar. Diante da nova política apresentada para redução da distorção idade/série, foi realizada uma ação de divulgação do Enceja, destacando que essa política não vai diminuir o problema da distorção idade-série causado também pela retenção de transferência, como apresentado na pesquisa, mas que se pode diminuir um problema que está posto e oportunizar a escolha do estudante em concluir a etapa por meio da avaliação. Cabe aqui deixar claro que não é objetivo desta pesquisa discutir que essa avaliação vai garantir o direito ao ensino de qualidade, sendo apenas uma ação que oportuniza que o estudante conclua a etapa e defasagem.

A partir de todos os dados apresentados e análises realizadas com base nas três escolas pesquisadas, pode-se concluir que a investigação conseguiu atingir o objetivo proposto. Com o monitoramento realizado, foi possível conseguir identificar como se dá a

realização da inserção dos dados nas escolas, podendo-se elencar as principais inconsistências apresentadas no relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, como ID duplicado, não inserção dos alunos na escola de destino, falta de abrangência do censo em todas as etapas da EJA. Com isso, foi possível responder a questão de investigação de como se dá o processo de inserção e monitoramento dos dados do Censo Escolar nas escolas da rede Estadual de Cacoal-RO.

Além disso, desmitificou-se também uma hipótese apresentada na introdução de que as escolas estaduais em Cacoal compreendem o Censo Escolar apenas como indicador do IDEB e para repasse de recursos (quantidade de alunos da matrícula inicial) e se essas preocupações influenciam as inconsistências apresentadas no relatório. Como a quantidade de recursos enviados para a escola é definida pela matrícula inicial informada no Sistema Educacenso, poder-se-ia informar os alunos como transferidos para não influenciar na nota do IDEB. Todavia, com o monitoramento *in loco* realizado pela Seduc e pela Coordenadora Regional do Censo Escolar, pôde-se perceber que a maioria das escolas não insere alunos que não estão frequentando só para aumento da matrícula.

Conforme a entrevista realizada com os três gestores, todos destacaram a importância da não permanência desses alunos na matrícula inicial, caso se confirme que realmente desistiram antes da data base do Censo Escolar. Percebe-se que, com o monitoramento, a diminuição dos alunos no relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*”, em 2017, no município, para 411 alunos e 288 nas escolas estaduais. O trabalho realizado em parceria com os secretários foi importante para redução desse número. Ainda que não seja um número tão significativo, nesse processo, eles perceberam a importância de retomar as ações realizadas e conferir os dados.

Isso posto, podemos concluir que, devido a essas inconsistências, o relatório de “*alunos transferidos e não admitidos após em nenhuma modalidade*” não pode ser utilizado ainda como ferramenta de governo para que as instituições como MP e Conselho Tutelar possam identificar os pais que ficam com a transferência retida, pois não apresenta dados totalmente fidedignos. Assim sendo, é fundamental um olhar mais atento para ele, ajustando essas inconsistências, pois é uma ferramenta importante para identificar alunos que ficam fora da escola e não são caracterizados nos sistemas como evadidos.

Na pesquisa, destacou-se a dificuldade de monitoramento porque Estados e Município possuem sistemas diferentes. Por isso, é fundamental destacar a definição de um sistema de educação articulado, coerente e operante que, segundo Saviani (2010), pode ser chamado de “Sistema Nacional de Educação”, sendo “a unidade dos vários aspectos ou serviços

educacionais mobilizados por determinados país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente” (SAVIANI, 2010, p. 381). Esse contexto poderia proporcionar um único sistema de diário eletrônico, no mínimo dentro do estado, possibilitando, assim, que os dados inseridos no Censo Escolar pudessem ser monitorados e até mesmo migrados desse sistema. Com o monitoramento, foi possível localizar alunos que estavam matriculados em escolas estaduais, porque existe um sistema, mas não foi possível verificar a situação dos não encontrados, se foram para uma escola municipal a qual deixou de inserir a informação no Educacenso.

É importante destacar que essa seria apenas uma ferramenta de melhoria da coleta de dados, mas que o INEP ainda necessita realizar uma articulação melhor no Educacenso do ensino regular e EJA. Os dados apresentados nesta pesquisa foram apenas um recorte das escolas estaduais. Com certeza, uma pesquisa mais aprofundada poderia apresentar novos olhares e resultados que pudessem ajudar na apresentação fidedigna dos dados do relatório utilizado como objeto da pesquisa, possibilitando, assim, que os estados possam utilizar essa ferramenta como ação para diminuir os casos de transferência retidas. Destacamos, aqui, como o Censo Escolar, por meio do Sistema Educacenso, pode nos trazer subsídios para debater temas pouco abordados, como, por exemplo, a transferência retida. Na pesquisa iniciamos uma breve abordagem que pode levar a estudos mais aprofundados sobre o tema. Essas foram algumas proposições e indagações que podem levar a novos olhares e pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Org.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010, v, p. 39-70. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2018.

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 93-103, jul/dez 2013.

CRUZ, Rosana Evangelista da, Federalismo e Financiamento da Educação: a Política do Fnde em Debate. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (Org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica Sistema Educacenso**. Caderno de Estudos. Secretaria de Educação a Distância. 1ª ed. Brasília: MEC, FNDE, 2015.

_____. Diário Oficial. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **Portaria nº 269**, de 23 de março de 2017. Estabelece as datas e os respectivos responsáveis pela coleta dos dados do Censo Escolar. Seção 01, Nº 59, segunda-feira, 27 de março de 2017. p.1.

_____. MEC. FNDE. Conselho Deliberativo. **Resolução nº 35**, de 15 de agosto de 2012. Disponibiliza os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), assim como estabelecer os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola/sobre-o-plano-ou-programa/legislacao>. Acesso em: 24 fev. 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view>. Acesso em: 20 fev. 2018.

____. União. **Decreto 6425 de abril de 2008**. Estabelece a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP realizar anualmente o Censo Escolar. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/basica-censo/legislacao-e-documentos>. Acesso em: 05 dez. 2016.

____. FNDE. **Programa Formação pela Escola**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>. Acesso em: 01 dez. 2016.

____. IBGE. **Panorama introdutório**. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/panorama-introdutorio>. Acesso em: 13 abr. 2017.

____. IBGE. **Cidades**. Panorama de Cacoal. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/cacoal/panorama>. Acesso em: 21 ago. 2017.

____. MEC; INEP. **Cartilha Módulo Situação Aluno: conceitos e orientações**. INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília/DF, jan. 2017.

____. MEC; INEP. **O Censo da Educação Básica: Caderno de instrução**. INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília/DF, 2017.

____. INEP. **O Censo da Educação Básica: orientações para os Cacs-Fundeb**. INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília/DF, 2015.

____. INEP. Ministério da Educação. **Sinopse do Censo Escolar**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 mar. 2017.

____. INEP. Censo Escolar. **Microdados**. Disponível em: http://INEP.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/658704. Acesso em: 23 ago. 2017.

____. INEP. Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2016**. Notas Estatísticas Brasília/DF, fev. 2017. Disponível em : http://download.INEP.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

____. Ministério da Educação. Censo Escolar. **Legislação e documentos**. Disponível em: <http://portal.INEP.gov.br/basica-censo/legislacao-e-documentos>. Acesso em: 05 dez. 2016.

____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional de Alfabetização (Ana): cartilha da escola**. Brasília/DF, 2016, p. 10.

____. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Participação e controle social**. Publicado em 01 jul. 2015. Brasília. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/participacao-e-controle-social>. Acesso em: 05 abr. 2018.

BARBOSA Fernanda Aparecida Loiola. **Indisciplina Escolar: Diferentes Olhares Teóricos.** Disponível em: http://www.janehaddad.com.br/new/indisciplina-escolar/259-indisciplina-escolar-diferentes-olhares-teoricos#_ftnref1. Acesso em: 29 mai. 2018.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistemas Nacionais de avaliação e informações educacionais. **Perspec.** vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100014. Acesso em: 12 mar. 2018.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Modelo federativo brasileiro e suas implicações no campo das políticas educacionais.** UFMG, 2012. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/CacildaRodriguesCavalcanti_res_int_GT7.pdfhttp://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/CacildaRodriguesCavalcanti_res_int_GT7.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

CERVI, Mari Gisele. **Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle.** [Trabalho de conclusão de curso]. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Ciências Sociais. 2010. Disponível em: <http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4216>. Acesso em: 09 mai. 2017.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa – elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. **Pesquisa e debate em educação.** Responsabilização na educação, v. 2, n. 2, p. 78-100, 2012. Disponível em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/view/24>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sistema Nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação & Sociedade.** Campinas vol.29 n. 105. Set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____. A Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa,** v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença. **Cadernos de Pesquisa,** n. 116, p. 245-262, julho/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DIEGUES, Geraldo César. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social.** Novos Territórios, v.4, n.6, p. 82-93, Maio/Out 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/article/view/File/284/247>. Acesso em: 05 abr. 2018.

DAVIES, Nicholas. A aplicação das verbas da educação: Controle estatal ou social. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (Org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil.** Brasília: Ipea, 2011,

EBC. Unicef alerta: trabalho infantil é causa significativa do abandono escolar. **Agência Brasil**. Publicado por Amanda Ciegliniski em 31 de ago. 2012. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/2012/08/unicef-alerta-para-trabalho-infantil-como-causa-significativa-do-abandono-escolar>. Acesso em: 03 abr. 2018.

FERREIRA, Victor Claudio Paradela. **A Escola como uma Organização**. Caed. 2016. Disponível em: <http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4213> Acesso em: 09 mai. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Augusto Sant’Anna; ABRANCHES, Ana de Fátima de Sousa. Instituições participativas na educação: entre a governança democrática e a captura de recursos. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 21, n. 47, p. 527-548, set/dez 2012. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/763/618>. Acesso em: 30 mar. 2018.

KLEIN, Ruben. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores do fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 2, p. 107-121, 2007.

_____; RIBEIRO, Sérgio Costa. O censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, n. 197/198, p. 5-45, 1991.

LAMAS, Fernando. **A (Re)forma do ensino médio**. Vide aula PPGP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O-GJsxMJC8o>. Acesso em: 15 jun. 2017.

LARIEIRA, Leticia. Atraso escolar e trabalho forçam evasão na Educação Básica. Publicado em 25 de maio de 2015. **Movimento todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/33802/atraso-escolar-e-trabalho-forcam-evasao-na-educacao-basica/>. Acesso em: 05 mar. 2018.

LIMA, Angélica Acácia Ayres Angola de; SOUSA Fábio Pereira de. Censo Escolar da Educação Básica: Uma Referência para Elaboração de Políticas Públicas e Transferência de Recursos para Educação Pública. **Revista Com Censo**, Vol. 1, n.1, 1ª ed., Brasília-DF, , p.p. 94-102, dezembro de 2014. Disponível em: http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/revista_comcenso/artigo_censo_escola_r_da_ed_basica.pdf. Acesso em: 22 ago. 2017.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. A evolução da gestão educacional, a partir de mudança paradigmática. **Revista Gestão em Rede**, no. 03, p. 13-18, nov, 1997. Disponível em: <http://cedhap.com.br/wp->

content/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true. Acesso em: 20 abr. 2018.

MAGALDI, Juliana Alves. **Por que adotamos a metodologia do caso no PPGP?** S/D. publicado no site do PPGP na disciplina de Estudo de Caso. Disponível em: <http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=3203>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69 jan./abr. 2006.

Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

MEIRA, Rogério Campos. **As ferramentas para a melhoria da qualidade**. Porto Alegre: SEBRAE, 2003.

MERITT. Fundação Lemann. **QEDu**. Taxas de Rendimento (2016). Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/122-rondonia/taxas-rendimento>>. Acesso em: 19 out. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete sistema educacional brasileiro. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/sistema-educacional-brasileiro/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. **ICSW. Conferência 2006**. Disponível em: http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/19_07_PDF/jose_antonio_moroni.pdf. Acesso em: 20 mai. 2018.

OLIVEIRA, Rafaela Reis A. de. **Judicialização da Educação Infantil: desafios à política municipal e a exigibilidade de seu direito em Juiz de Fora/MG**. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora -MG.

_____. **Judicialização da Educação Infantil: a atuação do Ministério Público como mecanismo de exigibilidade do direito à Educação no município de Juiz de Fora-MG**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora -MG.

_____. **Reforma curricular do Ensino Médio**. Disponível em: <http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=4049>. Acesso em: 15 jun. 2017.

POL Milan, *et al.* Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais. **Revista Lusófona de Educação**, 10, p. 63-69, 2007. Departamento de Ciências da Educação, Faculdade das Artes, Universidade de Masaryk em Brno, República Checa. Tradução do Inglês de Gabriela Lopes. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n10/n10a06.pdf>. Acesso em: 25 mai.2018.

POPKEWITZ, Thomas; LINBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n. 75,p. 111-148, ago/2001.

RIANI, Frederico. **Estado Liberal**, Estado social e Direitos Fundamentais. 2013. Disponível em: <<http://www.ppgp2014.caedufjf.net/course/view.php?id=61§ion=1>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

RONDÔNIA. Sistema de Gestão. **Diário Eletrônico**. Disponível em: <http://diario.seduc.ro.gov.br/escola/turmamanutencao/form_imprimi_turma_aluno.php?turma=26399>. Acesso em: 28 mar. 2017.

_____. Diário Oficial 67 10/04/17. **Lei complementar nº 940 de 10 de abril de 2017. Institui o Ensino Médio em Tempo integral**. Disponível em: <http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/04/Doe-10_04_2017.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

_____. Diário Oficial 6 10/04/17. **Lei nº 3.972 de 10 de janeiro de 2017**. Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.018, de 17 de abril de 2013, que “Dispõe sobre a Gestão Democrática na Rede Pública Estadual de Ensino de Rondônia, Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/01/Doe-10_01_2017.pdf. Acesso em: 22 fev. 2018.

ROSSELLINI, Marcos. Evasão escolar: as principais causas e como evitar. **INFOGEEKIE** - publicado em 23/04/2015. Disponível em: <http://info.geekie.com.br/evasao-escolar-as-principais-causas-e-como-evitar/>. Acesso em: 05 abr. 2018.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014, p. 1-8. Disponível em: <https://issuu.com/cengagebrasil/docs/9788522118649_livreto>. Acesso em: 25 set. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação** v.15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SOUZA, Rosângela Maria de Oliveira; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon. **O Censo Escolar no contexto da democratização da Educação Básica e do Pacto Federativo Brasileiro**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. Livro 3. Campinas: Junqueira&Marin Editores, 2012.

TAVARES JÚNIOR, Fernando; SANTOS, Joan Rosa dos; MACIEL, Mauricio de Souza. Análise da Evasão no Sistema Educacional Brasileiro. **Revista E.ducação**. Equidade, políticas e financiamento da educação pública. v. 6, n. 1, p. 73-92, 2016. Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

VAITSMAN, Jeni *et al.* **O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais:** a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. Unesco. 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Disponível na plataforma do PPGP <http://www.ppgp3.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=3351>. Acesso em: 30 out. 2016

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PARA SECRETÁRIO E DIRETOR ESCOLARES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Programa de Pós-Graduação Profissional

INSTRUMENTO DE PESQUISA COM OS RESPONSÁVEIS (SECRETÁRIO, DIRETOR) PELA INSERÇÃO DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR.

O instrumento de pesquisa tem como objetivo identificar como os usuários do Sistema Educacenso percebem suas funcionalidades, destacando as dificuldades e facilidades no processo de inserção dos dados. Será realizada em sistema *on-line*, enviada por drive, a todas as escolas diretamente ligadas à coordenação da autora, que, neste caso, são 16 escolas estaduais. O principal público-alvo é o diretor – que, segundo a portaria do Censo Escolar, é o principal responsável pela declaração das informações do Censo Escolar – e o Secretário – que, na maioria das escolas, é o responsável por executar essa ação.

1) Qual o seu perfil no Censo Escolar e quais ações realiza?

- Gestor Escolar – Superusuário (fecha o sistema)
- Gestor Escolar – Superusuário (insere os dados e fecha o sistema)
- Secretário Escolar – Superusuário (insere dos dados e fecha o sistema)
- Secretário Escolar – Superusuário (insere os dados)
- Técnico de Secretaria Escolar – Executor (Insere os dados)

2) O Sistema Educacenso:

- possui as informações muito bem organizadas e de fácil acesso;
- as informações estão pouco organizadas, dificultando o acesso a algumas funcionalidades.

3) Qual a principal dificuldade que você enfrenta no Sistema para inserir os dados?

- conexão de internet lenta

- Sistema costuma travar
- dificuldade de compreender o sistema

4) Sobre os prazos de inserção e conferência dos dados no Sistema, você avalia como:

- Suficiente
- Insuficiente

4.1 Se a resposta anterior foi insuficiente, indique qual seria o tempo ideal: _____

5) Sobre as formações oferecidas para o uso do Sistema, você as define como:

- adequadas
- adequadas na maioria das vezes
- inadequadas

5.1) Se, na resposta anterior, você apontou a formação como inadequada, justifique abaixo a sua resposta. _____

6) Como os dados da sua escola são inseridos no sistema?

- Importação de um sistema eletrônico
- Digitação com base nos dados de um sistema eletrônico
- Digitação com base em dados em documentos *off-line*
- Digitação com base nos dados de um sistema eletrônico e documentos *off-line*.

7) No processo de cadastramento de alunos, qual a principal dificuldade que você percebe no Sistema?

- localização dos alunos
- inserção de novos dados
- outro: _____

8) Os relatórios de perfis que são gerados pelo Censo Escolar são utilizados pela equipe escolar?

- Não
- Sim, para uso exclusivo da secretaria
- Sim, eles são impressos quando alguém da equipe solicita
- Sim, eles sempre são impressos e compartilhados com a equipe;

9) Os relatórios são utilizados com quais objetivos pela equipe escolar?

10) Qual a importância do Censo Escolar?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Programa de Pós-Graduação Profissional

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS RESPONSÁVEIS (SECRETÁRIO, DIRETOR) PELA INSERÇÃO DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR

Tem como principal objetivo conhecer como se dá a organização da escola para a inserção dos dados no sistema. Será realizada nas três escolas definidas como objeto da pesquisa. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para tabulação e análise.

I – Dados do entrevistado:

1. Há quanto tempo atua na área de educação?
2. Há quanto tempo como Diretor e/ou Secretário?

II- Questões sobre a organização para inserção dos dados no Censo Escolar:

1. Como a equipe se organiza para separar os documentos para inserção dos dados no Sistema Educacenso?
2. Quem é o principal responsável pela inserção dos dados
3. O responsável recebe auxílio de alguém? Quem?
4. Como é realizada a conferência dos dados inseridos no sistema?
5. A escola consegue seguir a data base de 31/05 para inserção dos dados? Se não, por quê?
6. Algumas escolas inserem na matrícula inicial os alunos infrequentes. Por que é feita essa prática? Na sua escola é feito dessa maneira?
7. Você considera o Sistema seguro e capaz de realizar um retrato fidedigno da escola? Por quê?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Programa de Pós-Graduação Profissional

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O ORIENTADOR ESCOLAR

Tem como principal objetivo identificar como é organizado o processo de transferência na escola e como o orientador visualiza o Censo Escolar. Será realizada nas três escolas definidas para objeto da pesquisa. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para tabulação e análise.

I – Dados do entrevistado:

1. Há quanto tempo atua na área de educação?
2. Há quanto tempo atua como orientador escolar nesta escola?
3. Você já participou de alguma formação do Censo Escolar?

II- Questões sobre o trabalho da orientação escolar e a vinculação com o Censo Escolar:

1. Como é organizado o processo de emissão de transferência na escola?
2. Que trabalho é realizado com os alunos infrequentes?
3. Como você percebe a evasão escolar? (causas, consequências e propostas para redução.)
4. Você tem conhecimento dos relatórios gerados pelo Censo Escolar? Qual é o mais usado pela orientação?
5. Em sua opinião, por que muitos pais pegam transferência e não matriculam o filho em outra escola?

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Programa de Pós-Graduação Profissional

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O CONSELHO TUTELAR

Tem como principal objetivo identificar se o conselho tem conhecimento desses alunos que estão fora da escola com *status* de transferidos e se existe alguma ação do Conselho junto às escolas para diminuir esse resultado. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para tabulação e análise.

I – Dados do entrevistado:

1. Há quanto tempo atua como conselheiro tutelar?

II- Questões sobre o trabalho do Conselho:

1. O que você conhece sobre o Censo Escolar?

2. Já participou de alguma formação sobre o Censo Escolar?

3. Como se dá a relação do Conselho com a escola?

4. Que trabalho é realizado com os alunos infrequentes?

5. Qual a principal dificuldade hoje em manter o aluno na escola?

6. Em sua opinião, por que muitos pais pegam transferência e não matriculam o filho em outra escola?

7. Que ações são tomadas nos casos mencionados anteriormente?

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Faculdade de Educação / Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

Programa de Pós-Graduação Profissional

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A TUTORA DO CURSO “FORMAÇÃO PELA ESCOLA”

Tem como principal objetivo identificar como é organizado o curso de Formação do Censo Escolar dentro do programa de formação pela escola. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita para tabulação e análise.

I – Dados do entrevistado:

1. Há quanto tempo atua na área de educação?
2. Há quanto tempo atua na tutoria do Formação pela Escola?

II- Questões sobre o Curso de formação sobre o Censo Escolar:

1. O que você conhece sobre o Censo Escolar?
2. Desde quando é ofertado o curso do Censo Escolar pelo programa Formação pela Escola?
Qual é o público-alvo?
3. Como o curso é organizado? Qual a principal dificuldade na realização do curso?
4. Como foi a adesão das escolas para realização do curso?

APÊNDICE F



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF

36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“CENSO ESCOLAR E O DESAFIO FRENTE ÀS INCONSISTÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DO EDUCACENSO”**. Nesta pesquisa pretendemos **“descrever as inconsistências apresentadas no censo escolar”**. O motivo que nos leva a estudar “A pesquisa é relevante pois os dados do Censo Escolar são utilizados como ferramenta de planejamento Estratégico, responsável pelo banco de dados para formulação e implementação de políticas públicas, repasse financeiro e organização de quantitativo para as avaliações externas.”.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: análise documental, entrevistas e questionários. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos por expressão de opiniões. A pesquisa contribuirá para **“melhorar a fidedignidade das informações declaradas no censo escolar e as possíveis falhas no sistema”**.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no **"Cre Cacoal"** e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa **“CENSO ESCOLAR E O DESAFIO FRENTE ÀS INCONSISTÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DO EDUCACENSO”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Cacoal, _____ de _____ de 2018.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Simone Pinheiro Matos	Data
------	-----------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humano-UFJF

Campus Universitário da UFJF

Pró-Reitoria de Pesquisa

CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

Simone Pinheiro Matos

Av. Dorzorio Gomes da Silva 2105

76961774 Cacoal RO

Email: Simoneulbracac@gmail.com

ANEXOS

ANEXO I: RELATÓRIO GERENCIAL DOS ALUNOS TRANSFERIDOS E NÃO ADMITIDOS



Ministério da Educação
 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
 Diretoria de Estatísticas Educacionais - DEED
 Situação do Aluno 2016
 Educaenso

Relação de Alunos Transferidos no Ensino Fundamental, Médio (modalidade regular) e Curso Técnico Integrado (modalidade profissional) que NÃO foram Admitidos Após em nenhuma Modalidade.

Filtros	
UF	RO
Município	Cacoal
Órgão regional	00002 - CRE - CACOAL

Código do Aluno	Nome do Aluno	UF (Matrícula Inicial)	Município (Matrícula Inicial)	Administrativa (Matrícula Inicial)	Escola (Matrícula Inicial)	Destino (Matrícula Inicial)
127323023415		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
124894830808		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
121420053905		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
110188860010		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
121484481533		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
119053594468		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
119366429644		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
116490789603		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
120697784109		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
121456587349		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
117817142660		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
116869482399		RO	Cacoal	Estadual	11026758	Transferido
121366727036		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
121402512456		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
123288009551		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
12388537907		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
123391266901		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
116449147279		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido
113134963670		RO	Cacoal	Estadual	11027320	Transferido

Fonte: MEC/INEP/DEED

Emitido em: 21/08/2017 às 20:34

URL: http://172.29.6.99:8080/censobasico_2016/rest/situacao-aluno/relatorios/gerenciais/alunos-transferidos-nao-admitidos.xls

ANEXO II: PLANO OPERACIONAL – TRABALHO FINAL DO CURSOS DO CENSO ESCOLAR – OFERECIDO PELO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA

2 PLANO OPERACIONAL – ACOMPANHAMENTO DO CENSO ESCOLAR.

Identificação		Instituição de Ensino/Órgão ligado à Educação: Responsável: (seu nome)		
Objetivo geral do plano				
Etapas		Procedimentos/ Ações (Descreva os procedimentos que você adotaria para a realização das atividades em cada uma das etapas.)	Recursos (Aponte os recursos necessários para a realização de cada etapa.)	Períodos (Apresente os prazos em que você irá realizar cada procedimento das etapas – lembre-se da Portaria de Cronograma do Censo)
Matrícula inicial	Planejamento (anterior ao início da coleta do Censo)	<ul style="list-style-type: none"> * Participar do Treinamento realizado pela SEDUC. * Enviar documentos para que as escolas confeccionem um mural informando sobre o Censo Escolar. * Planejar a 	<ul style="list-style-type: none"> Pedido de diárias; Prestação de Contas. * Power Point, Email, Cronograma do Censo. Internet, computador. Legislação; 	<ul style="list-style-type: none"> Início de Maio Maio 30/05/17

		<p>Formação para repasse do Treinamento;</p> <p>* Realização da Formação com Diretores, secretários, orientadores, professores do AEE, Coordenadores de programas. Para disseminar a importância do Censo para o Planejamento da Escola.</p> <p>* Enviar convite, confirmar local.</p> <p>* Preparar o instrumental para monitoramento da inserção dos dados.</p>	<p>Formulários de Preenchimento do Censo Escolar. Slides. Lista de Presença. Computador, internet. Auditório.</p>	
	<p>Período de coleta</p>	<p>* Acompanhar no sistema o preenchimento pelas escolas comparando com os documentos comprobatórios.</p> <p>*Agendar</p>	<p>Computador, internet, Sistema Educacenso, instrumental de acompanhamento. Diário eletrônico. Carro.</p>	<p>Portaria nº 269, de 23 de março de 2017. INEP</p> <p>A partir do dia nacional do censo (última quarta-feira do mês de maio)</p> <p>Portaria 264/07</p>

		<p>Cronograma de monitoramento após o término da coleta de dados.</p> <p>* Relatar e auxiliar possíveis inconsistências no sistema.</p> <p>* Monitorar o cumprimento dos prazos;</p> <p>* Orientar a geração dos relatórios para divulgação na escola.</p>		<p>INEP.</p> <p>Data Inicial: 31/05/17</p> <p>Data Final: 31/07/17</p>
	Retificação	<p>* Acompanhar os relatórios enviados de inconsistências;</p> <p>* Orientar as escolas para a retificação dos dados ou justificativa dos mesmos.</p>	* Sistema Educacenso, email. DOU.	<p>Portaria nº 269, de 23 de março de 2017. INEP</p> <p>Data Inicial: a partir da data da publicação dos resultados preliminares no DOU.</p> <p>Data Final: 30 dias após a publicação dos resultados preliminares no DOU.</p>
	Confirmação de matrícula	* Confirmação de Matrículas	Educacenso; Diário eletrônico. DOU.	Portaria nº 269, de 23 de março de

		<p>duplicadas.</p> <p>* Enviar para as escolas o relatório disponibilizado pelo INEP.</p> <p>* Acompanhar as escolas que geraram esse relatório monitorando os documentos comprobatórios.</p>		<p>2017. INEP</p> <p>Data: 10 dias a contar do prazo final para verificações das Coordenações Estaduais do Censo Escolar e da Coordenação Setec/MEC.</p>
	Publicação Final	<p>* Acompanhar o DOU e os boletins enviados pelo INEP.</p> <p>* Divulgar as Escolas e comunidade os resultados.</p>	<p>Internet. DOU. INEP</p>	<p>Portaria nº 269, de 23 de março de 2017. INEP 31/01/18</p>
Situação do aluno	Planejamento (anterior ao início da coleta)	<p>* Acompanhar no diário eletrônico o fechamento dos resultados de 2017.</p> <p>* Verificar se as escolas já possuem as atas de resultados finais homologadas.</p> <p>* Construir instrumental de</p>	<p>Diário eletrônico. Email. Computador. Pedido de diária; Auditório.</p>	<p>Dezembro a fevereiro.</p>

		<p>Acompanhamento.</p> <p>*Participar do treinamento oferecido pela Seduc.</p> <p>* Realizar Formação para repasse as Escolas. Definir data e local e enviar convite.</p>		
	Período de coleta	<p>* Acompanhar o preenchimento dos dados no sistema.</p> <p>* criar um cronograma de monitoramento das ações.</p> <p>* Orientar as escolas a gerar o relatório de alunos transferidos e não admitidos para informar às escolas que receberam e não admitiram.</p> <p>* Acompanhar o cumprimento dos prazos.</p> <p>* Gerar relatório de</p>	<p>Computador, internet, Educacenso, Instrumental, email, carro.</p>	<p>Portaria nº 269, de 23 de março de 2017. INEP</p> <p>Data Inicial: 01/02/18</p> <p>Data Final: 16/03/18</p>

		<p>fechamento.</p> <p>* Arquivar recibo de encerramento.</p>		
	Retificação	<p>* Acompanhar os relatórios enviados de inconsistências;</p> <p>* Orientar as escolas para a retificação dos dados ou justificativa dos mesmos.</p>	<p>Computador, Educacenso, email, telefone e internet.</p>	<p>Portaria nº 269, de 23 de março de 2017. INEP</p> <p>Data Inicial: 02/04/18</p> <p>Data Final: 16/04/18</p>
	Divulgação dos dados finais	<p>* Divulgar e arquivar os resultados finais.</p>	<p>Site do INEP, computador, internet.</p>	<p>Portaria Nº 269, de 23 de Março de 2017. INEP</p> <p>Data: 14/05/18</p>

ANEXO III: CRONOGRAMA DA 1 ETAPA “MATRÍCULA INICIAL” DE 2017

Cronograma de atividades

Atividades	Data
Data de referência do Censo Escolar	31/05/2017
Período de coleta de dados	31/05 a 31/07/2017
Publicação preliminar no DOU	2ª quinzena de agosto/2017 (previsão)
Período de retificação	30 dias após publicação preliminar
Período de verificação e conferência feita pelas coordenações municipais	5 dias a contar do prazo final para correções
Período de verificação e conferência feita pelas coordenações estaduais e SETEC/MEC	15 dias a contar do prazo final para correções
Período de confirmação de matrículas duplicadas	10 dias a contar do prazo final para verificação das coordenações estaduais e SETEC/MEC
Publicação Final	2ª quinzena de dezembro/2017 (previsão)

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NO CENSO.

ESCOLA: Maria Aurora do Nascimento

INEP: 11026758

Parabéns a Equipe pela agilidade e comprometimento.

Observações:

CBA 2A: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Ugo Cassiano Teixeira, Pedro Henrique dos Santos Guimarães.

CBA 2B: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Oypagoemagad Kaban Surui

CBA 3B: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Ana Clara Cardoso Cordeiro.

- Igor Felipe Souza Pinheiro Censo está **Aprovado** Ata de resultados finais **Transferido**

4° ano A: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Mateus dos Santos e Karem Nunes de Oliveira.

5° ano A: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Savio Freitas de Noronha Apurinã

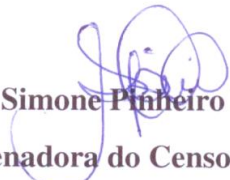
6° ano B: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Victoria de Lima Oliveira, Emilly Gabriela S. Cardoso, Edilton Nunes C. e Jayane R. Silva

7° ano B: Aluno não aparece no censo nem no admitidos após: Helen Crisitna Aguiar Seabra.

Gislaine de Carvalho Agostinho e Layssa Cris Alves Nascimento Ata de resultados finais **Transferido** Censo **Aprovado**

9° ano B: Marília Dumer Castilho Ata de resultados finais **reprovado por faltas** no Censo **Deixou de frequentar.**

Data: 15/02/17


Simone Pinheiro Matos
Coordenadora do Censo/CRE Cacoal.

ANEXO V: CRONOGRAMA DE MONITORAMENTO DA PRIMEIRA ETAPA DO CENSO ESCOLAR 2017 “MATRICULA INICIAL”

Cronograma de conferência do Censo

Entrada x



Coordenadoria Regional de Educação - Cacoal-RO <censo_estadistica@seduc.ro.gov.br>

30 de jun

para CEEJA, CEEJA, FREI, EEEFM, EEEFM, AURELIO, BERNARDO, BERNARDO, CARLOS, CARLOS, CARLOS, CLODOALDO, CORACORA

Boa Tardel

Senhores Gestores!

Envio o cronograma de conferência, desde já agradeço a todos pela agilidade e comprometimento e peço que no dia agendado o secretário esteja disponível para realização da conferência. Devido a viagem que farei e só retorno no final do mês precisamos fazer esse procedimento nesta semana de 03 à 07/7.

DATA	03/07	04/07	05/07	06/07
HORÁRIO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA
8H	AGD	JB	Indígena (7H)	NC
10H	PF	-	CFC	-
14H	FC	GR	BG	CEEJA
16H	HLB	MAN	CG	ULBRA
19H	ABHF	CNA	CDA	CC

Obrigada!
Favor Acusar Recebimento
Simone Matos
Fiquem com Deus!
Um ótimo final de semana

**ANEXO VI: INSTRUMENTAL DE MONITORAMENTO DA PRIMEIRA ETAPA DO
CENSO ESCOLAR 2017 “MATRICULA INICIAL”.**


RONDÔNIA
 Governo do Estado
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 Complexo Rio Madeira, Ed. Rio Gaupari, Rota 1, Po. Chiqueba - CEP 76.801-908-Porto Velho-RO, Fone: (69) 3216-5338/5366/seduc@sebio.ro.gov.br

MEMO CIRC. nº 438 -2017-GCAE/DGE/SEDUC

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

Às: Coordenadorias Regionais de Educação – CRE's

Município:

Assunto: Informar sobre período de realização da Inspeção in loco – Força Tarefa – Matrícula Inicial 2017 nas escolas da rede estadual.

Senhores Coordenadores Regionais,

Com os nossos cumprimentos, informamos que no período de 21/08/2017 a 23/09/2017, as equipes de técnicos da SEDUC, realizarão a Pesquisa de Inspeção In Loco - Força Tarefa, correspondente a matrícula inicial 2017, nas escolas da rede estadual das CRE's e jurisdição, conforme programação que será repassada pelos técnicos que realizarão a atividade.

Esclarecemos que esta ação é importante para a comprovação dos dados informados no Sistema Educacenso e matrículas nas escolas, como também detectar se houve escolas que possivelmente estão inserindo dados que não refletem a realidade escolar, o que pode comprometer os indicadores de fluxo escolar e qualidade dos dados educacionais de nosso estado. Serão utilizados instrumentais de apresentação das equipes junto às escolas e de coleta de dados, no intuito de facilitar a tabulação posteriormente. O trabalho poderá ser realizado em todos os turnos de funcionamento das escolas.

Diante do exposto, solicitamos a esta CRE apoio referente ao deslocamento do(a) técnico(a) do hotel à escola a ser inspecionada, nos horários das 08h, com retorno as 12h e 14h e com retorno as 18h, conforme a programação.

Estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento, através do telefone (69) 3216-7271/5384 e email: estatisticarios@educ.ro.gov.br.

Atenciosamente,


 Milton Ribeiro de Carvalho
 Diretor-Geral de Educação

MUNICÍPIO: CACOAL – PERÍODO 27/08 A 02/09/2017

TÉCNICO: NILTON RIBEIRO DE CARVALHO

ESCOLAS E TURMAS A SEREM VERIFICADAS

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
28/08/2017	EEEFM CORA CORALINA	3°	236
29/08/2017	EEEFM CORA CORALINA	2°	217
30/08/2017	EEEFM CORA CORALINA	1°	288
31/08/2017	EEEFM CORA CORALINA	1°	
01/09/2017	EEEFM ANTONIO GONÇALVES DIAS	5° AO 9°	99

TÉCNICO: GERDALVA

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
28/08/2017	EEEFM AURELIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA	9° E 8°	244
29/08/2017	EEEFM AURELIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA	7°	184
30/08/2017	EEEFM AURELIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA	6°	204
31/08/2017	EEEFM PAULO FREIRE	5° E 4°	230
01/09/2017	EEEFM PAULO FREIRE	3° EF	100

TÉCNICO: INÊS

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
28/08/2017	EEEFM CARLOS GOMES	9° E 8°	220
29/08/2017	EEEFM CARLOS GOMES	6° E 3°EF	206
30/08/2017	EEEFM CARLOS GOMES	7° E 5°	180
31/08/2017	EEEFM CARLOS GOMES	4°/2°/1° EF	214
01/09/2017	EEEFM MARIA AURORA DO NASCIMENTO	6° E 7°	116

TÉCNICO: THÂNIA

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
28/08/2017	EEEFM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	1° EM	216
29/08/2017	EEEFM CARLOS DRUMMOND	2° E 3° EM	234

	DE ANDRADE		
30/08/2017	EEEFM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	9º/8º/7º	203
31/08/2017	EEEFM MARIA AURORA DO NASCIMENTO	1º AO 5º	209
01/09/2017	EEEFM MARIA AURORA DO NASCIMENTO	9º E 8º	103

MUNICÍPIO: CACOAL – PERÍODO: 10 A 16/09/2017

TÉCNICO: NILTON RIBEIRO DE CARVALHO

ESCOLAS E TURMAS A SEREM VERIFICADAS

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
11/09/2017	EEEFM BERNARDO GUIMARÃES	8º E 9º	213
12/09/2017	EEEFM BERNARDO GUIMARÃES	5º E 6º	203
13/09/2017	EEEFM BERNARDO GUIMARÃES	3º EF	167
14/09/2017	EEEFM BERNARDO GUIMARÃES	7º E 2º EF	178
15/09/2017	EEEFM BERNARDO GUIMARÃES	1º EF	60

TÉCNICO: THÂNIA

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
11/09/2017	EEEM JOSINO DE BRITO	1º EM	244
12/09/2017	EEEF FREI CANECA	7º/8º/9º	211
13/09/2017	EEEFM GRACILIANO RAMOS	1º EF	167
14/09/2017	EEEFM GRACILIANO RAMOS	7º AO 9º	213
15/09/2017	EEEFM GRACILIANO RAMOS	5º E 6º	110

TÉCNICO: ANA MARIA

DIA	ESCOLA	ANOS	TOTAL/ALUNOS
11/09/2017	EEEM JOSINO DE BRITO	2° E 3° EM	175
12/09/2017	EEEF FREI CANECA	1° AO 5°	177
13/09/2017	EEEFM CLODOALDO NUNES DE ALMEIDA	1° EM	209
14/09/2017	EEEFM CLODOALDO NUNES DE ALMEIDA	2° EM	154
15/09/2017	EEEFM CLODOALDO NUNES DE ALMEIDA	3° EM	125

